UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MONIQUE FÉLIX BORIN

A BARRA FUNDA E O FAZER DA CIDADE:
Experiências da urbanização em São Paulo
(1890-1920)

EXEMPLAR CORRIGIDO

SÃO PAULO
2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MONIQUE FÉLIX BORIN

A BARRA FUNDA E O FAZER DA CIDADE:

Experiências da urbanização em São Paulo

(1890-1920)

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias.

SÃO PAULO

2014

*Para Maria Concebida, minha avó, e Ruth, minha mãe,
raízes da força feminina que me sustenta*

Agradecimentos

À Maria Odila Leite da Silva Dias, orientadora que me acolheu e me nutriu com diálogos que me ajudaram a atravessar o difícil caminho das fontes. Mais que isso, ter o privilégio de ter contato com uma das intelectuais mais apuradas de nosso tempo, que deu ânimo a gerações de mulheres a seguir o caminho da pesquisa histórica, certamente marcará minha trajetória como pesquisadora profundamente.

À Lucília Siqueira, que não só contribuiu diretamente para esse trabalho com leituras de projetos e valiosas indicações na banca de qualificação, como também está presente na minha vida acadêmica desde a graduação. Não tenho dúvida que esse encontro ainda nos primeiros momentos da minha formação como historiadora foi fundamental para me fazer perseguir uma prática intelectual que não se contente com a mediocridade.

Ao professor Paulo Garcez, cuja participação na minha banca de qualificação foi bastante decisiva para os rumos trilhados por esse trabalho. Com sua leitura apurada e as indicações de caminhos possíveis aparei arestas e pude perceber mais claramente as questões mais fundamentais que devia perseguir. Agradeço também ao professor Alexandre Macchione Saes, pela disciplina que ministrou com importantes indicações de leitura e pela disponibilidade ao diálogo mesmo após o fim do curso.

À todo o grupo de pesquisas que partilhou as mesas empoeiradas do Arquivo do Tribunal Judiciário de São Paulo (ATJSP) no Ipiranga. O trabalho de cada umas das pessoas está representada aqui nos autos crimes digitalizados com muito esforço. Especialmente, a Maíra Rosin e Fernanda Bretones, que persistiram por longos meses nesse trabalho.

À Regina, em especial, e a todos os funcionários do ATJSP, que por tantos dias de trabalho compartilharam conosco seu parco espaço, e mostraram-se sempre a disposição para tentar contornar as dificuldades materiais impostas aos pesquisadores pelas complicadas condições em que se encontra o acervo da instituição. Também agradeço às funcionárias do Arquivo Municipal Histórico de São Paulo, que igualmente se empenham em driblar as dificuldades para atender da melhor forma possível os pesquisadores.

Agradeço também pessoas que ajudaram de diversas formas esse trabalho: ao Tiarajú, pela revisão de projetos, de trabalhos de disciplinas, indicações de leitura e empréstimos de livros, que foram importantes no princípio dessa pesquisa; à Jéssica, pelas importantes revisões de texto e por alegrar meus dias dividindo a baía de trabalho; à Haike Silva e Lauro Ávila, que além de excelentes chefes, me permitiram as ausências necessárias para a realização desse trabalho, mostrando-se sempre interessados no andamento dessa pesquisa e apostando na minha capacidade intelectual.

O amor pela história me persegue desde que posso recordar. Nesse caminho, ainda tive a sorte de encontrar dois professores no ensino básico que só me aguçaram ainda mais a vontade de me aprofundar cada vez mais nesse campo: agradeço ao Ivan e ao Maurício.

Às minhas queridas amigas puquianas, com que atravessei a graduação e compartilhei todas as delícias e frustrações desse ofício: à Marjah, pelos encontros no pátio da cruz; à Juliana, pelos encontros nas loucuras da vida a fora; à Talita, por dizer sempre o que o mundo precisa ouvir; à Vanessa, por ser a alegria onde ninguém mais achou que ela caberia; à Barbara, por mostrar que a gente sempre pode fazer as coisas mais bem feitas, e com mais carinho; à Ana Elisa, por ser uma morada fora de mim.

A toda gente que compartilhou o teto comigo e faz da casa um lar: ao Adriano e ao Maykol, por serem todo esse diálogo de amor e arte; à Tati, por ser a prova de que a bondade existe e de que ainda podemos acreditar; à Vili, por segurar as minhas barras e ser um ser humano sem medida nesse mundo.

As pessoas queridas que não precisaram de um lugar fixo para ocupar meu coração: à Helena, sem ela eu não seria eu, mesmo com uma Dutra de distância; à Vivis, que chegou de mansinho e me fez ver que “eu não ando só”; ao Taka, que é a medida do compromisso com o outro, por todas as vezes que me salvou e salvou os nossos; ao Danilo, que me acolheu em tantos momentos que precisei e que me ensinou que o afeto segue mesmo para além das impossibilidades; ao Vitor, pelos sambas e pelas inconveniências adoráveis; ao Ciola, por ser o Ciola – sorte de quem tem o privilégio de entender isso.

Ao Otávio, por ter me proporcionado um refúgio mineiro nos necessários momentos de fuga e respiro. E por ter se tornado, ele próprio, um refúgio.

À todas as companheiras e todos os companheiros do Movimento Passe Livre – São Paulo, que contribuíram sem medida para esse trabalho ao longo desses anos tantos que partilhamos essa batalha para transformar a cidade. Minha São Paulo não seria a mesma sem todas as viagens para fazer atividades em escolas, em ocupações, em associações de bairro – sem dúvida, boa parte do meu desenvolvimento intelectual eu construí em nossos acalorados debates. Sem dúvida, boa parte do entendimento da relação das pessoas com a cidade é nossa formulação conjunta.

As minhas manhãs, tardes e noites na biblioteca Florestan Fernandes não seriam as mesmas sem a ala passe-livresca: ao Preis, por sempre fazer a pergunta mais descabida e emocionante, por ser a sinceridade e a ingenuidade que tanto faz falta no mundo; à Mariana, por entender minhas amarguras e por ser o que uma amiga deve ser; à Erica, minha irmã desgarrada, por provar todo dia que podemos viver com a integridade do coração – sem ceder um milímetro.

Família a gente constrói, e eu preciso agradecer a todas as minhas.

A minha nova família que vem se formando, que cresça sempre em ardor de transformar o mundo em um lugar melhor e em amor: à Mayara, minha irmãzinha, que é só coração e nunca me deixou só - só de saber que ela existe o mundo já não parece mais tão assustador; ao Marcelo, por partilhar correrias e angústias, e por ser a prova de que a bondade vale a pena.

À Kátia, pessoa cuja as palavras não alcançam, por ter apertado minha mão no ar tantas vezes quando era impossível pisar o chão; ao Kleber, por cuidar dela e por me receber tão carinhosamente sempre que preciso.

À Juliana, por ser meu coração que mora fora de mim – não existe outra forma de alcançar tanta sintonia; ao Legume, companheiro sem igual, na luta e na vida. Não sei onde eu estaria sem o porto seguro que vocês são sempre pra mim.

Aos meus irmãos, Igor e Wilsinho, por me ensinarem a ser humana, em todas as dimensões.

Ao meu pai, Wilson, um erudito da classe, que me ensinou que a gente pode muito mais do que querem fazer a gente acreditar.

À minha mãe, Ruth, já que palavras não bastam para retribuir todo seu carinho e sua força na batalha de nos criar, fica aqui meu agradecimento e gratidão - sei que não teria chegado a parte alguma sem você.

A história não conhece verbos regulares

E.P. THOMPSON

As cidades dão-nos a medida constante do inatingível,
por isso não conseguimos afastar-nos delas

INÊS PEDROSA

RESUMO

A presente pesquisa propõe estudar as experiências da urbanização no bairro da Barra Funda durante o período de 1890 a 1920, através da análise do cruzamento de fontes, especialmente autos crime do do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo com ofícios e croquis das Obras Particulares do Arquivo Histórico de São Paulo. No momento histórico a que se refere essa pesquisa, São Paulo vivia um processo conflituoso de reestruturação social e espacial, advindo, principalmente, de três grandes mudanças no cenário urbano paulistano: a abolição e a consolidação de um mercado de mão de obra livre; a proclamação da República; e o surto de expansão econômica vivido pela capital paulista. Nesse processo se deu o crescimento da ocupação de regiões antes consideradas fora do perímetro urbano, e a integração destas a cidade. O caso do bairro da Barra Funda, inserido nesse contexto, é exemplar por se tratar de um espaço de ocupação mista: além de ser ocupada por distintas classes sociais, serviu tanto como zona residencial quanto como área de distribuição de mercadorias e industrial. A partir dos elementos trazidos pelos auto crimes, discutiremos as experiências da urbanização vivenciadas por moradores do bairro, como estes entenderam e participaram do processo de ocupação urbana deste território. O foco do estudo é, portanto, como os habitantes do bairro viveram o processo de sua urbanização, e como essa experiência se relacionou com os dispositivos do poder público e dos capitais privados que também interferiam naquele espaço. Dessas experiências da urbanização, podemos refletir como, para além das políticas públicas, os habitantes da cidade se relacionaram de fato com o avanço da urbanização pela cidade.

PALAVRAS-CHAVE: urbanização, Barra Funda, bairros, auto crime, mercado de terras, mercado imobiliário.

ABSTRACT

This essay aims to study the experiences of urbanization in the district of Barra Funda during the period comprised between 1890 and 1920, by analyzing the crossing between the files in the justice court of Sao Paulo with private work stored in the History Archive of Sao Paulo. At the time in history referred to in this research, São Paulo was going through a conflicting process of social and spatial restructuring, coming especially from three large changes to the São Paulo urban setting: the abolishment and consolidation of a free labor market; proclamation of the Republic; and the sudden economic expansion experienced by the São Paulo capital city. During such process, the growth of occupancy in some regions previously considered as out of the urban perimeter took place, as well as their integration to the city. The case of the district of Barra Funda, inserted into such context, is an example for being a mixed occupancy space: in addition to being occupied by different social classes, it served both as residential zone and as area for distribution of goods and industrial area. From the elements brought by the crime records, we shall discuss the urbanization experiences lived by district dwellers, how they understood and took part of the urban occupancy process of such territory. The study is focused in how the habitants of the neighborhood lived the urbanistic process, and how this experience is related to the government actions and the private capital, wich also interfered in that space. Out of such urbanization experiences, we shall be able to reflect on how, beyond the public policies, the city inhabitants actually related with the advancement of urbanization through the city.

KEY WORDS: urbanization, Barra Funda, neighborhoods, crime records, land market, realstate market.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	
RESUMO.....	
ABSTRACT	
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
Fazer a cidade pelas bordas: o bairro da Barra Funda e a urbanização de São Paulo	19
1.1 Arruar e lotear: mercado de terras e seus investidores.....	22
1.2 Ocupação da Barra Funda: os setores populares e as franjas da cidade.....	35
1.3 A ocupação da Barra Funda: o projeto de cidade de Antônio da Silva Prado.....	45
CAPÍTULO II	
Fazer a cidade com o lucro: bairros mistos e o mercado de aluguéis.....	58
2.1 O cotidiano da ocupação mista da Barra Funda.....	63
2.2 Explosão demográfica: o urbano como investimento.....	75
2.3 O mercado de aluguéis e os bairros mistos.....	86
CAPÍTULO III	
Fazer a cidade com a resistência: relações de poder e a cidade dual	105
3.1 Os poderes constituídos e as sociabilidades na urbanização.....	116
3.2 As relações de poder informais no cotidiano do bairro.....	129
3.3 Cidade dual: projetos e contraposições.....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153

Introdução

Quem percorre os caminhos dos estudos da urbanização paulistana acaba por se deparar com a Barra Funda, um bairro da zona oeste da capital. Próximo ao Campos Elíseos e Higienópolis, além de caminho para a Lapa, o bairro teve seu processo de urbanização representado em várias linguagens artísticas. Da referência fundamental do romance modernista *Brás, Bexiga e Barra Funda*, de Âlcantara Machado, aos sambas de Geraldo Filme, além de outras memórias de cronistas do período, desenhou-se um imaginário de um bairro operário e pobre, que tinha um lugar bem demarcado na cidade quando do processo de expansão econômica, e urbana, da virada do século XIX para o século XX. A Barra Funda que nos chega por esse imaginário tão ordenado e linear da cidade parece perder os contornos quando nos debruçamos sobre outras fontes que tratam do cotidiano da população que viveu o processo de ocupação e urbanização do bairro.

Através de um conflito que ocorreu no bairro em 1909¹, temos dimensão do choque entre o imaginário construído e o concretamente vivido: uma briga entre dois carroceiros – um negro e nascido no Brasil, e o outro italiano –, que desembocou em uma peleja com faca no botequim de Theresa, também italiana, e se seguiu com uma perseguição dos oponentes pelas ruas do bairro, terminando com um confronto entre o carroceiro negro e vários membros da Guarda Cívica e, por fim, com a sua prisão. De muitas maneiras, o desenrolar dessa contenta traz profundos questionamentos acerca dos consensos estabelecidos sobre a urbanização paulista. Em primeiro lugar, permite enxergar a Barra Funda para além de como ficou conhecida, como um bairro operário. Ora, os personagens presentes nessa briga eram, em grande parte, trabalhadores, mas não operários de fábrica. Além disso, o carroceiro negro conseguiu se livrar da prisão porque dois negociantes pagaram sua fiança, e, o que parece mais relevante, é que não se tratavam de senhores alheios, e sim de vizinhos do carroceiro, isto é, também residiam na Barra Funda.

Esse diálogo com as fontes, buscando nelas a própria problematização da pesquisa, só foi possível por buscar ler nas entrelinhas (ODILA, 1995) a construção de uma história a contrapelo (BENJAMIN, 1994), que privilegiasse buscar as sociabilidades em todas as suas dimensões, em todos os seus contornos, sem negligenciar os seus elementos mais complexos e

¹A Justiça contra João Cláudio, 1909. Processo número 058J0244 - 0032 – 2, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

contraditórios. Partindo da experiência vivida pelos nossos personagens, nos centramos em entender seus espaços tal como eles os experimentavam: preenchidos de tensões, mediações, acordos (DIAS, 1995:50). O fundamento deste trabalho, foi perseguir, através do cruzamento de fontes, a experiência concreta de nossos personagens. A experiência, tal como a tratamos aqui, é um elemento essencialmente relacional na sociabilidade dos agentes históricos, sendo, ao mesmo tempo, tanto o que eles viveram concretamente, quanto as perspectivas que foram derrotadas ao longo do caminho, o que poderia ter sido e não foi. Assim, se trata da vivência e da representação, dos embates e dos conflitos, das visões de mundo que venceram e das que foram soterradas (THOMPSON, 1981, p.194). Trilhando essa senda, nos deparamos com uma história da Barra Funda que aos poucos foi se evidenciando como representativa de um momento peculiar que atravessava a urbanização paulista: um bairro que contava com uma ocupação mista e tinha sua estruturação urbana envolta em um intrincado jogo de interesses dentro de setores da própria elite, do poder público e, ao mesmo tempo, dos moradores que construíam e significavam o bairro a sua forma.

Barra Fundo e arredores. Recorte da Planta Geral de São Paulo, 1895. Arquivo Público do Estado de São Paulo

Assim, delineamos os rumos da presente pesquisa, que propõe estudar as experiências da urbanização no bairro da Barra Funda durante o período de 1890-1920, através do cotidiano da população, apreendido através do cruzamento de fontes, especialmente autos crime com ofícios e croquis das Obras Particulares. O foco do estudo é, portanto, como os habitantes do bairro viveram o processo de sua urbanização, e como essa experiência se relacionou com os dispositivos do poder público e dos capitais privados que também

interferiam naquele espaço. Em última instância, as próprias fontes utilizadas nesse trabalho mostraram este caminho: por mais que se façam políticas e investimentos, o espaço acaba sempre sendo resignificado pela forma com que as pessoas que ali estão se relacionam com ele e pelas marcas que deixam, que sobrevivem por gerações. A periodização da pesquisa surgiu principalmente nos questionamentos sobre como entender os conflitos que apareciam em nossa documentação. Assim, os marcos que delimitam temporalmente esse trabalho provém de uma dupla relação: relacionam-se não só com balizas importantes de modificações pelas quais passava a sociedade brasileira, que repercutiam fortemente na urbanização paulistana, mas também abriga questões específicas da urbanização da Barra Funda, que não deixam de ser também desdobramentos desse processo, como veremos.

Esse período, compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, é alvo de muitos estudos que se debruçam sobre São Paulo por conter um processo de grandes transformações. A cidade vivenciava, como todo o país, fortes impactos na sociedade provocados por mudanças estruturais: abolição da escravatura, construção do Estado republicano e imigração europeia. As mudanças que mais impactaram a cidade, sem dúvida, tiveram relação com a migração de mão de obra de regiões agrícolas – efeito direto da abolição da escravatura – e da elevadíssima imigração europeia, que incrementaram não somente o exército de mão de obra, mas também o do mercado consumidor. Já em relação à recém-instaurada República, nota-se como principal mudança a maior proximidade e liberdade na gestão da cidade, já que foi instaurada uma esfera federativa tanto no plano fiscal quanto no plano político (SANTOS, 2006, p. 67). Na prática, os Estados passaram a gerir com exclusividade o imposto sobre as exportações, não tendo mais que partilhá-lo com o poder central (como ocorria no Império), além de permitir aos Estados a busca de empréstimos internacionais por conta própria; correspondia também, simultaneamente, ao estabelecimento de uma esfera de poder representativo, garantindo aos governadores uma gestão do poder local sem intervenções e destituições pelo poder central.

Esse quadro favorecia a potencialização das ações dos poderes públicos locais sobre os processos de urbanização, desde que houvesse, obviamente, recursos disponíveis para tais empreitadas. Esse era o caso de São Paulo, que viveu tal momento de transformação justamente em um período em que havia mais capital circulando, e que poderia ser investido na infraestrutura urbana. Esses capitais em circulação em São Paulo se relacionavam com a condição particular de um surto de expansão econômica (PINTO, 1994, p. 33) vivenciado

pela capital paulista, que tomava forma desde 1870 com o fortalecimento da cultura do café e a valorização do gênero no mercado internacional. É importante recordar que o mundo vivia então o que ficou conhecida como a Segunda Revolução Industrial, que se fez principalmente na expansão econômica em âmbito internacional das nações europeias. Se para a África e Ásia esse momento significou uma nova leva de incorporações coloniais, para a América Latina significou vultosos investimentos internacionais. O Brasil, que recebia investimentos internacionais até 1870 especialmente nas províncias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, viu o destino desses capitais ser alterado a partir de então: São Paulo, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul passaram a ser cada vez mais atraentes para o capital internacional (SANTOS, 2006, p. 42). São Paulo, no desenvolvimento da cultura do café e todos seus correlatos que passaram a conformar o que ficou para a historiografia como “complexo do capital cafeeiro”, passou a ser o principal pólo exportador do país (SANTOS, 2006, p. 42).

Essa modificação tão acentuada nos recursos disponíveis ao poder local toma novo vulto se atentarmos ao já apresentado fato do pacto federativo: a possibilidade de dispor mais livremente desses recursos, repassando um valor consideravelmente menor aos poderes centrais. A reforma fiscal, elaborada em dezembro de 1891, significou uma entrada de recursos notável, já que no período de 1890-1891 o Estado teve de receita o montante de 9.100 contos de réis, e no ano imediatamente posterior à reforma, ou seja, 1892, esse valor passou para 388.100 contos de réis (SANTOS, 2006, p. 67-68). Claro que a elevação teve também relação com as flutuações no mercado internacional do café², mas esse aumento extraordinário permite que se tenha uma dimensão mais clara de como as modificações advindas da República foram determinantes para a utilização de recursos, por parte do poder público local, em intervenções de seu interesse. Outro elemento que movimentou o capital pela cidade foi o encilhamento: a disponibilização de fundos isentos de juros, que desencadeou um forte processo especulativo. Em São Paulo, esses recursos foram alocados especialmente nas atividades imobiliárias (LÉRIAS, 1988). Três grandes mudanças, então, estão sendo tratadas: a abolição e a consolidação de um mercado de mão de obra livre; a proclamação da República; e o surto de expansão econômica vivido pela capital paulista. Essas mudanças, articuladas umas às outras, criaram um quadro novo nas relações sociais, econômicas e políticas da cidade de então.

² Em 1892, ocorreu um aumento da quantidade de café exportado, que saltou de 137.898.061 quilos, em 1888-1890, para 245.456.719 quilos, em 1892; somado a isso, o preço do produto, cujo valor médio do quilograma fora de 586 réis em 1889-1890, subiu para 1.026 réis em 1892.

Uma boa parte dos recursos investidos nesse período nas atividades urbanizadoras tiveram como destino a exploração comercial, ocupação e urbanização das franjas da cidade – regiões ainda não plenamente integradas à mancha urbana, que emanava do centro da antiga vila. A Barra Funda foi um dos espaços que abrigou essa movimentação: durante a década de 1890, recebeu estações ferroviárias, o estabelecimento de loteamentos que retalharam as suas antigas chácaras e áreas de várzea, e foi aos poucos sendo arruada, quebrando a rotina de um espaço até então pouco integrado com a dinâmica urbana do centro. Ao chegarmos a 1920, o cenário do bairro estava profundamente modificado, plenamente integrado à mancha urbana, com linhas de bonde elétrico, com o seu rio vizinho, o Tietê, sendo cada vez mais retificado, perdendo as curvas e recebendo em suas novas áreas livres na várzea um crescente estabelecimento de indústrias.

A Barra Funda teve seu desenvolver urbano atrelado, então, a um espriar da urbanidade que tinha tantos caminhos quantos sentidos diversos para cada um dos seus rumos. A expansão da cidade do século XIX contou com barreiras físicas importantes, naturais e construídas. Um importante obstáculo que dificultava o avanço da cidade para o sentido leste foi o Tamanduateí e sua várzea inundável, especialmente a várzea do Carmo, fenômeno acentuado em 1867, quando da inauguração da estrada de ferro São Paulo Railway, já que usou o vale do rio como caminho para assentar seus trilhos. No sentido oeste, o rio e o vale do Anhangabaú também se colocavam como barreira, mas de forma menos intensa, já que o rio era mais estreito, apesar de mais fundo, que o Tamanduateí, e o vale também era menor e com pouca várzea alagável, não contando ainda com a presença da ferrovia. Em relação à direção sul, no sentido do que é hoje o bairro da Liberdade, não havia obstáculos físicos para a expansão da cidade (VILLAÇA, 2001, p.116). Assim, São Paulo se expandiu em todas as direções, mas de maneira seletiva para cada classe social: as elites majoritariamente seguiram para além do Anhangabaú, já que tinha uma barreira a menos em relação à região que até então era o centro da cidade, e dispunha, uma vez atravessado o vale, de uma topografia ondulada, mas sem grandes elevações; as altitudes crescentes conduziam a um pico na região, onde se localizou a Avenida Paulista (VILLAÇA, 2001, p.117). A massa de população mais pobre se deslocou em direção à zona leste da cidade, transpondo o Tamanduateí. Em relação à direção sul, a ocupação foi mais lenta, e mesmo, por muito tempo, disforme, acentuando o papel da ideologia na formação do espaço que buscava criar uma ruptura com a antiga

centralidade urbana (VILLAÇA, 2001, p. 194). Havia, portanto, uma *direção* das disposições gerais da expansão paulistana, mas não um processo uniforme.

Neste contexto, delimitar um recorte espacial preciso é inviável tanto do ponto de vista das constantes mudanças espaciais pelas quais a cidade atravessava, quanto pela própria definição do que é um bairro. Se buscamos apreender o cotidiano vivido, o fazer-se (THOMPSON, 2010) dos moradores do bairro, e não as disposições legais que estipulam os limites de um território, é necessário trabalhar com a fluidez do próprio espaço urbano e com as significações próprias de limite e pertencimento ao lugar elaborados por nossos personagens. Dessa relação com os limites e não limites, com as possibilidades de pertencimento, com o reconhecimento de um determinado espaço físico como parte essencial de sua vida, nasce a possibilidade do estudo sobre os bairros constituir um espaço privilegiado para poder se tocar o cotidiano de maneira mais próxima:

El barrio, en una ciudad que crece, puede transformarse en núcleo de vida social. La unidad de la ciudad, extendiéndose, dispersándose, puede encanarse, si nos atrevemos a expresarnos así, en un fragmento privilegiado. [...] un barrio consolidado y organizado de esta forma por las fuerzas sociales que han modelado la ciudad y orientado su desarrollo, puede resistir mucho tiempo después que el escalón “barrio” se haya deteriorado a causa del crecimiento urbano, que lo desborda, y por otros problemas mucho más amplios planteados por la práctica social. (LEFEBVRE, 1978, p.200)

Não buscamos, então, o bairro como representação de uma “essência da realidade urbana” (ANDRADRE, 1991, p.16), mas o entendemos como um espaço em que as relações interpessoais se constroem, com perspectivas profundas e duráveis, de forma intimamente ligados ao espaço. O bairro seria então uma forma de organização concreta do espaço e do tempo na cidade (LEFEBVRE, 1978, p.200), mas que não se desliga do todo citadino. Buscar a Barra Funda é, simultaneamente, encontrar como as pessoas viviam concretamente naquele espaço e o significavam, e também entendê-la como uma expressão de um processo histórico vivenciado por diversas regiões das franjas da cidade naquele mesmo momento. Isso é dizer que juntar as histórias pontuais de cada bairro não seria capaz de abranger toda história paulistana. O todo de uma cidade é mais do que a soma de suas partes. Mas cada parte sua guarda elementos que ajudam profundamente a entender e a ressignificar o seu todo.

Delimitação provável dos terrenos que pertenciam ao Conselheiro (pontilhado laranja) e da área em construiu seu palacete (marcado em amarelo). Planta Geral da Cidade de São Paulo, 1895. In: CANUTTI, Rita Cássia. *Planejamento urbano e produção do espaço urbano*. 2008. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2008.

Barra Funda. Recorte da Folha 36 do Mappa Topographico do Municipio de São Paulo – SARA BRASIL, 1930. Arquivo Histórico de São Paulo.

Para chegar a essa espacialização do nosso objeto de estudo, primeiro percorremos as fontes que abriram as possibilidades de pesquisa e nos apontaram sobre quais processos sociais iríamos nos debruçar. A pesquisa foi desenvolvida principalmente com base em fontes do acervo do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (ATJSP), que foram coletadas como parte do grupo de trabalho “História das mulheres ex-escravas e imigrantes na

história social da urbanização de São Paulo”, coordenado pela professora Maria Odila Leite da Silva Dias, e que também contou com a orientação da professora Lucília Siqueira, entre os anos de 2007 e 2011. O principal objetivo do grupo era realizar um levantamento de processos-crime do Tribunal Judiciário de São Paulo, já que, de acordo com pesquisas realizadas anteriormente pelas professoras coordenadoras do grupo, ainda havia nos depósitos desse arquivo muito material que não tinha sido trabalhado por outros pesquisadores, e que constituía uma fonte importante para acessar de forma mais próxima os estratos mais pobres da sociedade daquele período.

Em 2008, foram iniciadas as tratativas com o Tribunal a fim de se conseguir autorização para realizar as pesquisas, já que o Arquivo Histórico da Justiça, em São Paulo, não é aberto a todos livremente: é necessário enviar um ofício, ter vínculo com alguma instituição (universidade, instituto de pesquisa) e esperar o retorno do juiz responsável pela Divisão Técnica de Arquivos para, só então, dar início à pesquisa. A partir desse momento, é possível ter acesso à documentação, mas com uma série de limitações impostas pela forma com que esses arquivos são gerenciados. Primeiro, a pesquisa dos processos é realizada na unidade localizada no bairro do Ipiranga; no entanto, os processos estão em depósito a cargo de uma empresa na cidade de Jundiaí. Dessa forma, o pesquisador tem que realizar a solicitação prévia para o envio dos processos a São Paulo. Importante salientar que os processos não têm qualquer classificação de modo minimamente aprofundado, e sequer é possível ter-se uma ideia segura sobre o tamanho do universo de documentação que compõe o acervo da Justiça. Até o momento, continua em curso um processo de informatização desse acervo, com vistas à criação de uma base de dados digital para dimensionar o acervo e indexar algumas informações básicas sobre o processo, tais como: réu, querelante, vara, cidade e ano de abertura. Por último, os processos do ATJSP já estiveram em todo tipo de situação de guarda e não passaram por um processo de conservação preventiva e de restauro dos danos sofridos pela ação do tempo e pela guarda inadequada: vários processos passaram por incêndios e enchentes, fazendo com que sua manipulação, especialmente para fins de reprodução, seja muito complicada, e também alguns deles já perderam de maneira irreversível informações, seja pelo borramento das letras, pelo esfacelamento das páginas pelo tempo, pela ação do fogo ou mesmo pela perda de folhas em circunstâncias não esclarecidas.

Com todas essas limitações, iniciamos as pesquisas no ATJSP com a intenção de fotografar a maior quantidade possível de processos que estivessem inseridos no período de

1870 a 1930, com a perspectiva inicial de privilegiar os que contassem com mulheres e a população pobre como agentes prioritários nas situações tratadas. Seguimos com visitas regulares ao ATJSP, realizando o levantamento dos processos, fotografando-os e incluindo seus dados básicos em uma planilha unificada entre todas as pesquisadoras do grupo, a qual, além das informações básicas dos processos, também apresentava o teor da documentação, ou seja, informações a respeito do crime tratado por aquele processo e também dos sujeitos envolvidos. Durante esse período, foram digitalizados e catalogados 629 autos crime. Desse montante, foi feita a seleção de parte dos processos-crime que são analisados nesta pesquisa.

Após a interrupção das atividades do grupo de trabalho, prossegui com o levantamento de autos crime no ATJSP, já durante o período de vigência do mestrado. A partir de então, foi necessário realizar uma separação dos processos não pelo tipo de crime, mas pela espacialidade: com a definição dos rumos da pesquisa, passei a focar na busca de processos que tinham alguma relação com o bairro da Barra Funda. Nesse segundo período de pesquisa, que se desdobrou de abril a julho de 2012, analisamos 227 processos, sendo que somente a parte diretamente selecionada para análise na presente pesquisa foi fotografada e catalogada. Sendo assim, ao longo da elaboração e desenvolvimento dessa pesquisa, tivemos contato com 859 autos crime, que foram lidos na íntegra ou parcialmente. Apesar da seleção final do trabalho, dos processos que são diretamente analisados no corpo do texto, ser consideravelmente menor, julgamos que era indispensável dar a dimensão do todo da documentação com que tivemos contato pois ela foi tão fundamental quanto a bibliografia consultada para caracterizar a São Paulo em que viveram nossos personagens, e também serviu de contraponto para comparar a experiência dos moradores da Barra Funda com a de outras localidades de São Paulo, ainda que não tenha sido possível explicitar essas relações diretamente no texto.

Os processos do ATJSP são referenciados neste trabalho da seguinte maneira: órgão processante, nome do réu e ano de abertura do processo, e, quando disponível, sua numeração eletrônica na base de dados. Essa é a única padronização que consta em todos os documentos do acervo pesquisado, já que este se encontra em processo de catalogação, além de contar com diversos problemas de conservação que ocasionaram perda de informações, inclusive da numeração da catalogação original. Parte desse acervo foi transferida no ano de 2011 para o APESP, uma parcela pequena que se remete principalmente ao período anterior ao ano de

1889. Todos os autos crime aqui utilizados serão transcritos da maneira como estão na fonte original, ou seja, o texto não será adequado à forma escrita vigente da língua portuguesa.

Para conseguir ampliar o entendimento do bairro, e materializar o seu crescimento, procedemos também pesquisas no Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP). Concentramo-nos em buscar informações, como ofícios, requerimentos, autos, croquis e plantas de edifícios em construção ou reformas no bairro, procedendo a pesquisa na Sério Obras Particulares, que compõe o sub-fundo Diretoria de Obras e Viação, que por fim faz parte do fundo Prefeitura Municipal de São Paulo (BUENO, 2011). Nesta série estão compreendidos todos os pedidos formais para alinhamento, reforma, adequação, ou construção de edifícios no período de 1870 a 1922³. Em geral, os ofícios de pedido são acompanhados por croquis ou plantas, que, no entanto, não tem nenhuma padronização, podendo ser desde plantas elaboradas, feitas por engenheiros, até simples rascunhos tracejados a lápis por um mestre de obras. A organização dessa documentação é realizada pelo nome da rua, assim podemos proceder a buscas por todas as ruas da Barra Funda que encontramos nos instrumentos de pesquisa.

Essa possibilidade facilitou bastante a pesquisa, mas fica evidente que parte da documentação ou não está disponível para consulta ou foi perdida, já que há muita documentação disponível de alguns anos concentrada e sobre alguns períodos não há qualquer documentação disponível. Outro elemento que dificulta a pesquisa são as regras de consulta estabelecidas pelo AHSP: o pesquisador só pode realizar cópia fotográfica de um número muito restrito de documentos consultados – que só é permitida após aprovação em um processo burocrático que exige documentação oficial da unidade ao qual está vinculada a pesquisa e que pode levar cerca de 3 semanas. Foram consultados 107 croquis e plantas, mas só foi autorizada a reprodução de 20 documentos. Toda a documentação textual teve de ser transcrita diretamente em visitas ao AHSP, pois não são permitidas cópias desse tipo de documento, sendo que o uso de computador para realizar a cópia do conteúdo da documentação deve ser autorizada pela diretoria do AHSP. Os procedimentos rígidos de pesquisa parecem ter mais a função de impedir que a documentação possa ser pesquisada e estudada do que garantir sua integridade: é comum não encontrar a documentação que se está procurando por desencontro na informação nas bases de dados, ou mesmo pelo documento ter se perdido de forma não esclarecida. Da mesma forma, o estado de conservação dos

³ SÃO PAULO. Arquivo Histórico de São Paulo. Guia do Acervo. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/fundos_documentais_1255023339.pdf> Acesso em: 10 jan. 2014.

documentos também não é animador: plantas e croquis são mantidos dobrados em meio a encadernados, ou dentro de caixas, o que acarreta rasgos e perdas de informações às vezes irreversíveis. Nos deparamos com muitas plantas que seriam de grande valia para esse trabalho, mas que estavam completamente rasgadas e não há uma política do AHSP de proceder a recuperação desse material através de trabalho de restauração a curto prazo.

Contamos ainda com valiosa documentação de apoio dos acervos do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e da Biblioteca do Senado Federal, que disponibilizam na internet, para livre consulta, parte do seu acervo. Do APESP consultamos principalmente manuscritos do final do século XIX e começo do século XX, e da Biblioteca legislação pertinente a essa pesquisa, especialmente ligadas aos temas criminais.

Uma parte expressiva desse estudo está focado nas fontes criminais. Essa escolha não foi casual: há uma linha de estudos, cada vez mais consolidada, que aponta que esse tipo de documento, no âmbito da história social do cotidiano, é, na síntese proposta por Wissenbach, “capaz de reestabelecer o contato com a concretude de vivências sociais, bem como de deslindar espaços pouco documentados, movimentos sutis e não hegemônicos, papéis sociais informais subjacentes” (WISSENBACH, 1997, p.15). Ou seja, pela própria lógica do processo criminal, essa fonte não consegue sufocar as expressões das tensões sociais que ligam as normas as pessoas que as infringem – o cotidiano expresso num processo criminal é sempre imbuído de um forte dinamismo social. Há que se pensar também que a finalidade de um processo criminal tem muito mais a ver com os usos que serão feitos dela na sociedade em que ele foi produzido, e não como um registro para sociedades futuras. Ou seja, por mais que não seja um espaço livre de projeções, mesmo as projeções tem mais relação com o próprio jogo de interesses inerentes as disputas e acordos entre aqueles sujeitos que com a necessidade de construção de uma imagem para o exterior e para o futuro, como no caso das crônicas de viajantes. As possibilidades de encontrar o que não devia permanecer na memória sobre o passado da cidade, sobre suas práticas cotidianas que se buscou abafar, estão impressas no arquivo de caráter judiciário, que “toma a cidade em flagrante delito” (LAFARGE apud WISSENBACH, 1997, p. 15), sendo ao mesmo tempo retrato das tentativas de controle da polícia e do judiciário e da resistência da população. Portanto, em processos criminais não trabalhamos com fatos dados, mas sim com a “neblina e a fumaça que escondem a trilha que precisamos seguir” (CHALOUB, 2001, p.39).

No caso dos autos crimes analisados nesta pesquisa, é necessário ressaltar que eles

foram abertos e tiveram seu trânsito jurídico sob o Código Penal de 1890⁴, o primeiro do período republicano. O Código trouxe como maior novidade a universalidade da aplicação da lei, já que com o fim da escravidão passaria a haver um regramento jurídico indistinto para todos os habitantes do Brasil. Ele foi severamente criticado por parte da elite contemporânea, principalmente por especialistas da área que aderiam às proposições da criminologia (como juristas, políticos e médicos), que o consideravam demasiadamente brando e incapaz de lidar com o cenário criminal no país. Acentuavam como pontos problemáticos a manutenção do júri, a prescrição dos crimes, a fiança, a divisão da ação penal em pública e privada, a anistia, a graça, o perdão do ofendido, o livramento condicional, a impunidade do mandante, a reincidência e as nulidades processuais (ALVAREZ; SALLA; SOUZA, 2003). Apesar das críticas, o mesmo Código se manteve por toda a primeira República e integrou uma característica importante ao processo criminal para esta análise: a valorização da escrita em detrimento dos encaminhamentos menos formais que antes predominavam nas ações penais, apesar de não aboli-las totalmente. Vê-se que no novo regime jurídico penal instalado com o Código de 1890, “a oralidade do julgamento vigorava nos debates plenários diante do júri; entretanto o processo escrito dominou todo o procedimento preliminar do inquérito policial ou de formação da culpa.” (ALVAREZ; SALLA; SOUZA, 2003, p. 8).

A priorização do registro escrito para as investigações possibilita material documental mais completo para a pesquisa; no entanto não podemos perder de vista que grande parte desse trabalho de registro foi realizado pela própria polícia, que tinha suas motivações e sua forma particular de conduzir as ocorrências. O que era observado pelos guardas, escrivães e delegado que conduziam os casos era sempre o padrão de comportamento dos envolvidos na ocorrência, e não ela em si. A busca da “verdade” jurídica esteve sempre submetida não à forma como a ação transcorreu efetivamente, mas, sim, em torno das circunstâncias em que estavam envolvidos aqueles agentes. Ou seja, o que importa não é determinar como decorreu o ato e quem eram os culpados, mas as motivações dos participantes, tal como suas características de adequação às normas sociais. E, no caso desta análise, as novas normas sociais que estavam nascendo com a República, impondo um novo padrão de sociabilidade que iria se consolidar muitas décadas depois:

Uma vez que para além da fachada da igualdade de todos perante a lei

⁴ BRASIL. Senado Federal. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. 1890. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

persistem as desigualdades estruturais de nossa sociedade, é através da análise das variações históricas dos códigos – os casos – que um outro código vem a tona, um código não formalizado, social. Os manipuladores técnicos, anteriormente a discussão pública dos casos, já fizeram a sua tradução de uma realidade complexa e ambígua para uns mais simples e polarizada, uma que possa ser aceita e enquadrada dentro dos padrões de comportamento aceitos pelo júri. [...] Por isso as decisões podem ser também colocadas num continuum que se estende da adequação a inadequação dos acusados a ambos os códigos transformados em um. (CORRÊA, 1983, p. 308).

Por essa leitura, estão abertos dois caminhos possíveis para quem trabalha com processos criminais: a primeira do próprio estudo do crime e da criminalidade, como fez Boris Fausto, no estudo *Crime e Cotidiano*, que buscava na transgressão da norma penal identificar regularidades que indicassem como a criminalidade era, mesmo tempo, um fator que evidenciava padrões de comportamentos, representações e valores sociais das relações individuais e sociais (FAUSTO, 1984, p.17). Nesse campo também se inscreve a pesquisa de Marisa Corrêa, em um estudo sobre os crimes de morte praticados por homens contra suas parceiras (CORRÊA, 1983), mas com enfoque na compreensão do que é o estudo do crime em si mesmo para relacioná-lo com a imagem social criada pelo aparato jurídico e midiático sobre os ditos “crimes passionais”. No segundo caminho possível é que se insere essa pesquisa: o trabalho com os autos crimes não para investigar o crime em si ou a criminalidade, mas sim para buscar o cotidiano da população, especialmente dos setores mais invisibilizados (DECCA, 2013) na historiografia tradicional, nestes registros. Assim, seguimos o rumo de trabalhos como os de Maria Cristina Wissenbach (1989, 1997) e Sidney Chalhoub (2001), buscando não estudar o crime em si, mas sim nos debruçar sobre todas as dimensões expressas por aquele auto crime, pelas relações de seus agentes, pelas possibilidades de acessar instantâneos da vida cotidiana. Assim, não buscamos encontrar nos autos crimes “o que realmente se passou” (CHALHOUB, 2001, p. 41) no conflito que o gerou, mas sim trabalhando com todos os aspectos do documento como um dado relevante, inclusive nos seus elementos que mais tendem para o ficcional – vendo, em tudo isso, evidências para aproximarmos-nos do cotidiano daqueles personagens. A “baforada de ar fresco, de vida, de surpresa” (CHALHOUB, 2001, p.53) que nos traz a leitura de um auto crime é justamente a sensação do confronto do cotidiano preenchido de tensões e do imaginário liso que se tentava construir, seja na própria época ou no que foi construído posteriormente pela historiografia.

É nas tensões de um auto crime, nas diversas versões sobre um mesmo ocorrido contada por cada um dos seus participantes, parte do processo ou testemunhas, que mora a riqueza dessa fonte histórica. Na busca de apreender como se produzem essas diferentes versões, é que vemos que cada uma delas é na verdade “um símbolo ou interpretações cujos significados nos cabe desvendar” (CHALHOUB, 2001, p.40). As contradições do processo, o jeito próprio que cada um dos que falam no processo tem de ver e contar a sua leitura dos fatos é que nos permite “ter acesso as lutas e contradições inerentes a qualquer realidade social” (CHALHOUB, 2001, p.40). Assim, partimos, na análise de processos criminais, das “contradições, as incoerências, das construções ou “ficções”” (CHALHOUB, 2001, p.39) inerentes àquela documentação.

Em todos esses elementos reside uma das questões fundamentais a esse tipo de pesquisa histórica, fundada em fontes criminais, que não permite uma busca pela totalidade:

Em sua complexa heterogeneidade, a documentação criminal estiliza a realidade em milhares de fragmentos e inviabiliza qualquer ansiedade em captá-la de maneira organizada, a partir de rótulos pré-estabelecidos [...] os autos crime permitem sim, naquilo que é próprio à história social, que sejam captados os nexos entre essas manifestações e a organização social de determinados grupos no contexto de determinados momentos históricos. (WISSENBACH, 1997, p.11)

Por vezes, na leitura de um auto crime, se tem a sensação de que não vai ser possível utilizá-lo para análise, já que as informações trazidas não parecem ser suficientes para “ordenar todos os elementos” (SIQUEIRA, 1999, p.20) necessários para caracterizar a experiência social dos personagens, mostrando que nos “escapava a nitidez da sua configuração social” (SIQUEIRA, 1999, p.20). Na sanha racionalista de tudo ordenar, perdemos justamente a riqueza da nossa documentação, que nos faz confrontar com o fragmentário próprio da vida social. A falta de ordenação é então, uma expressão da própria vida dos personagens – e de nós mesmos. Buscar entender uma totalidade na experiência dos personagens de nossos autos crimes esbarra ainda em outras barreiras, como a própria organização do acervo do qual essa documentação provém. Como já dito, o acervo do ATJSP não tem uma base de dados que permita saber sua dimensão real, não sendo possível então saber o montante total de processos em geral, quanto mais de processos por tipo de crime⁵ ou

⁵ Como realizado por Chalhoub, que analisou a totalidade dos processos referentes a tentativa de homicídio e homicídio do 2º Cartório do Tribunal do Júri, da primeira década do século XX, disponíveis no Arquivo Nacional.

por localidade. Assim, não podemos criar um referencial entre os processos analisados nesse estudo e o todo da documentação da qual provém, mesmo que fosse apenas circunscrito ao período temporal aqui analisado. Buscamos superar essas e outras impossibilidades fazendo uma análise qualitativa profícua das fontes, e percorrendo os caminhos que elas deixavam em aberto.

No primeiro capítulo, procuramos entender como vários processos fundamentais pelos quais a cidade atravessou se relacionaram com a ocupação e a urbanização da Barra Funda. Para entender a dinâmica da ocupação territorial de São Paulo, foi necessário retomar brevemente os vários regimes de concessão de terras em São Paulo, que foram elementos importantes para determinar o sentido da exploração da terra urbana no período que cabe a esse estudo. Nesse caminho, também discutimos as regulamentações institucionais sobre o uso da terra, as normas que determinavam quais eram os limites da terra urbana e quais eram as áreas periurbanas, e as mudanças que a República traz a essa legislação. Os deslocamentos efetivos de ocupação da cidade, a partir do núcleo central, e qual foi o sentido de cada um desses deslocamentos, também são abordados nesse capítulo, assim como quais foram os agentes dessa expansão urbana, de que forma estavam organizados e quais eram os interesses que estavam em jogo – e quem lucrou com esse processo. Assim, abordamos a legislação e a prática sobre os arruamentos e loteamentos que passaram a ocorrer em ritmo acelerado pela cidade naquele momento, localizando-os nas suas dimensões econômicas, mas também sociais. Por fim, discutimos a relação da ocupação da Barra Funda com todos esses processos, buscando entender as modificações pelas quais aquele espaço passou a partir da segunda metade do século XIX, não de forma isolada, mas sim em paralelo com outros processos que também tomavam curso na cidade. Buscamos destacar similaridades e diferenças com a ocupação de outras regiões da cidade que tem alguma relação, geográfica e/ou simbólica, com a Barra Funda, como os territórios além-Tamanduteí, especialmente o Brás, a Várzea do Carmo e Campos Elíseos.

No segundo capítulo, nos voltamos ao cotidiano dos habitantes da Barra Funda, que nos mostra um bairro de ocupação mista: seja por sua dinâmica de uma composição social bastante diversa, abrigando desde setores das mais ricas e tradicionais famílias paulistas, como o próprio Conselheiro Antônio Prado, passando por setores médios, como negociantes e funcionários público, até setores pauperizados como os carroceiros das estações de trem; seja pelo bairro abrigar uma série de funções simultâneas, servindo de bairro residencial e

comercial, servindo também como um espaço de entreposto de escoamento de produção, por sua estações de trem, e ainda abrigando parte da uma incipiente indústria paulista, em pequenas oficinas ou em algumas fábricas. Discutimos os elementos que contribuíram para essa composição do bairro, esmiuçando as relações entre a explosão demográfica vivida pela cidade, a imigração europeia e o destino dos recursos acumulados pelo capital cafeeiro com as transformações vivenciadas nesse momento de expansão urbana – e como elas impactaram a urbanização das franjas da cidade. Por fim, desembocamos em uma problematização sobre o mercado de aluguéis na cidade, qual foi seu papel nos processos de modificação urbana de São Paulo, quais agentes o operavam e quais eram os embates nesse mercado, assim como as motivações que o levaram a ser tão florescente nesse período e que marcas esse processo deixou no bairro da Barra Funda.

Por fim, no terceiro capítulo, buscamos entender as dimensões dos conflitos vivenciados por moradores do bairro, e como estas se relacionam com o processo de urbanização com o qual estavam convivendo. Trabalhamos então os regramentos formais, institucionais, que atingiam o cotidiano dos moradores, mas também as próprias relações que os habitantes do bairro estabeleciam entre eles, seja em redes de apoio e solidariedade, seja em disputas que os colocavam em campos opostos. Olhando para essas relações de poder, e seus vários níveis de normatização institucional ou social, buscamos apreender uma teia de relações que estava intimamente relacionada com formas de viver o bairro. Assim, o cotidiano das relações e conflitos que esmiuçamos nessa última parte do trabalho está refletindo sobre a influência que a experiência urbana de cada um dos nossos personagens teve na composição urbana da Barra Funda. Talvez mais que isso: o mergulhar nos fragmentos de vida dos moradores da Barra Funda nos permite fazer reflexões sobre questões candentes da São Paulo de então, que construiu um imaginário bastante distanciado das suas práticas concretas de sociabilidade.

Capítulo I – Fazer a cidade pelas bordas: o bairro da Barra Funda e a urbanização de São Paulo

As cidades, como os sonhos, são construídas
por desejos e medos, ainda que o fio condutor
de seu discurso seja secreto, que as suas regras
sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas,
e todas as coisas escondam uma outra coisa
ÍTALO CALVINO

Em um final de tarde do mês de novembro de 1909, por volta das 16h, começou um tumulto na venda de Thereza. A venda da italiana, que consistia apenas em uma porta com balcão voltada pra rua, era muito frequentada pelos trabalhadores das estações da Barra Funda, em especial os carroceiros, nos intervalos do trabalho ou ao final da jornada. O estabelecimento ficava na Rua do Bosque, na porção do bairro da Barra Funda entre as linhas dos trens e o rio Tietê, ou o que se convencionou chamar de a “Barra Funda de baixo”. Ou seja, era próxima das estações de trem e também da maioria das moradias dos habitantes mais pobres, vinculados às classes trabalhadores, do bairro. O tumulto ocorreu no momento que João Cláudio⁶, um carroceiro de 28 anos, casado, negro, natural de Campinas e que não sabia ler ou escrever, chegou ao bar de Thereza, junto de seu companheiro Henrique Cruz. Lá encontraram José Marcelino, outro carroceiro da estação Barra Funda, com quem Henrique tinha um desentendimento. O bate-boca entre os três se transformou em luta física, e João Cláudio sacou uma faca na intenção de agredir José Marcelino. Enquanto José pode entrar na venda e se evadir pelos fundos do estabelecimento, João e Henrique não tiveram o mesmo tratamento, sendo impedidos de entrar na venda por um sobrinho de Thereza que dizia que não “*consentia questões na venda*”.

A contenda de João Cláudio não terminaria por ali, seguiria por muitas ruas do bairro da Barra Funda e se arrastaria até a noite, quando o desdobramento da sua briga com José se transformaria em um enfrentamento com guardas civis, razão principal para abertura de processo contra ele – o que possibilitou que conhecêssemos essa história. No Inquérito Policial contra João Cláudio, há só três testemunhas além dos guardas civis que dão depoimento: são três carroceiros, homens, com idades entre 20 e 35 anos, todos moradores

⁶ A Justiça contra João Cláudio, 1909. Processo número 058J0244 - 0032 – 2, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

declarados do mesmo endereço, Rua do Bosque, 182. Ao que dá entender os relatos dos depoentes, assim como a documentação levantada sobre o período, é provável que esse endereço representasse uma moradia coletiva de trabalhadores da ferrovia. Vemos referências a esse tipo de habitação em outros dois processos: no ano de 1896, num processo relativo a atropelamento, Antonio Maia⁷, um português de 29 anos, “*trabalhador da linha inglesa*”, declarou que era “*morador no rancho dos trabalhadores na barra funda*”, sem especificar o endereço; também em um processo sobre atropelamento, datado de 1911, tanto o maquinista, José Lopes⁸, um espanhol casado de 27 anos, quanto o foguista, Cyrillo Amorim, de 21 anos e também casado, declararam que residiam na Estação da Barra Funda.

Tantos trabalhadores ferroviários – que iam desde trabalhadores sem grande notabilização social como os carroceiros, até trabalhadores especializados como maquinistas – nos fazem pensar sobre a composição da população que habitava a Barra Funda e como ela se formou. Seria, como sugere o primeiro olhar sobre esse auto crime e o imaginário consolidado sobre o bairro, um espaço habitado apenas por trabalhadores? A ferrovia foi o principal fator que marcou a composição social do bairro? Para problematizar essas e outras questões que o confronto das fontes e do imaginário constituído sobre a Barra Funda nos desperta, é necessário entender esse bairro não como um recorte isolado da cidade, mas sim buscar os nexos que fazem aquela experiência singular se relacionar com os processos que se desenrolavam por todo o espaço citadino paulistano.

Nesse sentido, é importante dar a dimensão da ocupação dessa região antes do adensamento de sua urbanização. Em julho de 1859, uma carta assinada pelos “Moradores da Barra Funda” foi endereçada ao Presidente da Província, solicitando que os terrenos da localidade não fossem disponibilizados para aquisição por particulares nos moldes das terras devolutas, pois eram de uso público⁹. Em outras duas correspondências encontradas na série que faz parte *Ofícios Diversos*¹⁰, o então delegado da Diretoria de Terras Públicas, José Joaquim Machado de Oliveira, respondia à demanda dos moradores, primeiro em carta datada

⁷ A Justiça contra Manuel Garcia, 1896. Processo número A81 1000152045 – 0, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

⁸ A Justiça contra José Lopes, 1911. Processo número A81 1000165983 – 3, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

⁹ OFÍCIOS DIVERSOS, jul. 1859. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/poder_frame.php?cod=20882&nomen=0091021014&img=ODSP0091021014_001.jpg>. Acesso em: 29 jan. 2013.

¹⁰ Série atual denominada *Ofícios de Municípios Paulistas*, pertencente ao Fundo Secretaria de Governo, parte do acervo permanente do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Trata-se de correspondências recebidas pelos governadores de São Paulo de 1822 a 1921. Essa documentação está digitalizada e pode ser acessada no site do APESP (arquivoestado.sp.gov.br).

de setembro, em que justificava não poder dar parecer porque não recebera as informações necessárias da Câmara Municipal em relação aos logradouros que seriam disponibilizados e às terras de uso comum da região. Na segunda correspondência, de dezembro, o delegado informa seu parecer sobre a situação, estabelecendo que o que ficasse à margem esquerda do rio poderia ser disponibilizado, já o que ficava à margem direita deveria obedecer à solicitação dos moradores¹¹. O pequeno conflito, evidenciado por essa troca de cartas iniciadas por interlocutores quase anônimos (“moradores da Barra Funda”), revela que mesmo antes de um avançar mais sistemático da urbanização para essa região da cidade já havia disputas por aquelas terras. E não se tratava de um caso isolado: vemos um processo semelhante na ocupação da Várzea do Carmo e dos territórios do além-Tamanduateí. Antes mesmo dos trilhos da São Paulo Railway chegarem à cidade, houve um largo debate na Câmara de Vereadores, movido por um pedido de revogação das concessões de terras nas várzeas do Carmo e do Brás (ANDRADE, 1991, p.32). Ou seja, já se projetava um interesse pelas terras que provavelmente seriam priorizadas, pelas suas condições geográficas, para instalação de ferrovias. Isso revela que o mercado de terras não passava somente pela parte já urbanizada e integrada da cidade, mas também por suas franjas.

Todos esses elementos apontam que a Barra Funda viveu uma ocupação que é paradigmática do padrão de ocupação das áreas em torno do perímetro urbano paulistano no final do século XIX. Essas localidades, naquele tempo, se dedicavam a atividades diversas, como agricultura, criação de animais, manufatura, artesanato e também serviam de espaço para ocupações que não tinham lugar no então centro da cidade, como o comércio de víveres em larga escala (OLIVEIRA, 2005). Outra característica dessas áreas era sua localização: por razões naturais – os rios – ou por equipamentos construídos pelo homem – as linhas férreas –, a cidade se cindiu entre o “lado de cá”, que até a ampliação do perímetro urbano compreendia todo o terreno entendido como terra urbana pelas disposições da legislação, e o “lado de lá”, áreas localizadas nas várzeas ou além dos rios e ferrovias (MARTINS, 2002, p. 114). Eram regiões da cidade em que os moradores enfrentavam a distância do centro e despendiam mais tempo e mais recursos para alcançá-lo. Aqui começa a se desenhar como a localização e o deslocamento foram essenciais para definir sentidos a ocupação dessas regiões e sua integração ao urbano. Apesar dessa dinâmica, essas regiões estavam sujeitas a disputas de

¹¹ OFÍCIOS DIVERSOS, dez. 1859. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/poder_frame.php?cod=19715&nomen=0091015103&img=ODSP0091015103_001.jpg>. Acesso em: 29 jan. 2013.

terras mesmo antes da aceleração da expansão da malha urbana, como vimos nessa troca de correspondências.

A ocupação da Barra Funda está profundamente inserida em modificações no mercado de terras urbanas em São Paulo, que se relacionam não só com a expansão da cidade, com a abertura de loteamentos e ruas, mas também com os processos especulativos com a terra, que influenciava de maneira forte o espraiar urbano para além do núcleo central. Os diversos atores que de alguma forma participaram de todo esse processo também estiveram presentes na Barra Funda, seja na sua ocupação mais popular, seja nos investimentos que buscavam transformar a região num espaço de habitação das elites. Relacionar esses elementos foi o caminho encontrado para nos depararmos com as multiplicidades de questões que a urbanização de um bairro pode trazer para o todo de uma cidade em constante mutação.

Arruar e lotear: mercado de terras e seus investidores

No crescimento de uma cidade, é necessário abrir ruas, determinar caminhos e disponibilizar áreas demarcadas onde se possa realizar construções de edificações. A ação de arruar e lotear foram a forma física de expressar a expansão da cidade, já que “espelham a resultante espacial dessas relações (estruturais do conjunto da sociedade) no que se refere à apropriação da terra para fins urbanos.” (GROSTEIN, 1987, p. 21). A forma como se deu esse processo reflete, em parte, como essa sociedade estava lidando em termos espaciais com as consequências do desenvolvimento econômico pelo qual atravessava o estado. O processo de arruamento e loteamento em São Paulo foi explorado pela historiografia sobretudo a partir de duas perspectivas de análise: os primeiros estudos se debruçaram fortemente sobre a ação e regulamentação do poder público, enquanto os estudos mais recentes se concentraram na ação de agentes privados. A confrontação desses dois grupos de estudos permitiu compreender a lógica de estruturação dessa nova realidade da cidade de maneira mais completa, evidenciando a limitação de se ater somente a uma ou outra perspectiva, principalmente por elas se encontrarem intrinsecamente relacionadas naquela realidade.

No que toca a legislação, no estado de São Paulo as determinações da Lei de Terras de 1850 e sua regulamentação para as terras urbanas de 1854 foram implementadas a partir da década de 1880. Decidiu-se deixar sob o controle dos municípios (nesse caso, somente dos municípios com mais de mil habitantes) a área do *rossio*, ampliando seu perímetro de 3 para 6

quilômetros, a partir do marco zero de cada cidade. Ou seja, dobravam as terras que passavam a ser consideradas urbanas, o que gerava maior receita para os municípios, já que eles recebiam diretamente pelas concessões de terras (SIMONI, 2009, p. 11). Para se ter mais clara a importância dessa medida, é necessário caracterizar o que era o *rossio*: “[Eram terras] destinadas ao ‘uso comum’ dos habitantes e a expansão urbana. Podiam ser livremente usufruídas pelos moradores para caça, para pasto, como pouso de tropas, extração de lenha dentre outras atividades, ou podiam ser apossadas ou, ainda, apropriadas de forma legítima.” (SIMONI, 2009, p. 5).

O que se pode apreender disso é que um dos pontos mais relevantes nesse quadro é justamente a questão da apropriação e da propriedade da terra no período. Para representar a situação vivenciada pela capital paulista na época da proclamação da República no que tange à propriedade fundiária, é necessário ter em vista que diversos regimes de concessão e comércio de terras estiveram em vigor nos anos anteriores. Obviamente, as políticas de concessão de terras desde o período colonial influenciaram nesse processo, porém serão resgatados aqui somente os períodos mais recentes em relação ao recorte temporal instituído. Em 1875, foi estabelecido que as concessões de terras não seriam mais de caráter gratuito, mas, sim, por meio de datas onerosas. Essa medida consistia em o interessado pagar um valor, uma única vez, quando adquirisse as terras. Esse regulamento de acesso à terra durou 18 anos, e ao longo desse período as datas onerosas sofreram drástica valorização:

Na década de 1880 as concessões de datas valorizaram-se de maneira extraordinária. Como já mencionamos, os valores cobrados até 1881 variavam entre 4,13 e 6,19 réis o metro quadrado. Em 1882, este valor alcançou um patamar bastante superior, sendo cobrado 40 réis o metro quadrado. Quatro anos mais tarde, em 1886 elevou-se para 80 réis e em 1890 atingiu 160 réis por metro quadrado. (SIMONI, 2003, p. 99).

O advento da República trouxe outros elementos para a transformação do solo urbano em São Paulo. O principal deles veio em 1891, com a promulgação da Constituição da República Federativa, que repassou aos Estados o domínio das terras devolutas, assim como a responsabilidade pela criação de um Serviço de Terras, que procedesse a discriminação entre as terras particulares e as devolutas. Em 1893, quando foram extintas as datas onerosas, também foram suspensas as concessões de cartas de datas de terras, sendo escolhidas como formas de acesso as terras devolutas do *rossio* o aforamento perpétuo e os arrendamentos temporários (SIMONI, 2003, p. 114). No mercado valorizado das datas onerosas, essas

modificações favoreceram o mercado imobiliário, já “que por pagar foros anuais à Câmara correspondia a valor inferior ao cobrado pela data onerosa, pago uma única vez.” (SIMONI, 2003, p. 279). O aumento do perímetro urbano foi sintomático também do crescimento da cidade e dos loteamentos em curso, como pode-se perceber no estudo realizado por Lucia Simoni, que sobrepôs a “Planta Geral da Capital de São Paulo” dos anos de 1868, 1881, 1890, 1897, 1905 e 1914. Um estudo fundamental para a investigação realizada nesta pesquisa, por tratar das relações entre o crescimento da cidade, a abertura de loteamentos e sua efetiva ocupação nesse período agudo de urbanização.

Estudo (que gerou a imagem) elaborado por: Lucia Noemia Simoni. Disponível em : A Planta da Cidade de São Paulo de 1897: uma cartografia da cidade existente ou da cidade futura. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3., 2009, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto, 2009.

Não irei me deter nas discrepâncias apresentadas entre o volume da extensão urbana, representadas pelas plantas de 1897, 1905 e 1914. Para fins deste estudo, já é suficiente verificar-se que, a partir de 1890, a cidade viveu uma expansão de dimensões exponenciais, seja a título de ocupação efetiva, seja a título de lançamento de loteamentos, que só seriam ocupados em período posterior. Em todo caso, parece importante salientar o que Lucia Simoni apreendeu da leitura da sobreposição dessas plantas, que a levou a reforçar a importância da planta de 1897 por nos trazer mais um retrato da sociedade paulista daquele momento do que um retrato da cidade de então. Essa planta, na iminência de o município proceder à delimitação real das terras devolutas, refletiu o temor do fim do monopólio da terra que a elite possuía no escravismo já que, a partir desse momento, as terras poderiam ser requeridas por outros que não tivessem relações estreitas com os detentores do poder econômico. De alguma forma, a planta que ampliava os contornos reais da cidade apontava os loteamentos futuros, que foram planejados pela elite paulista e também as problemáticas que as questões da posse e da propriedade da terra trariam para a cidade (SIMONI, 2009).

Uma das consequências das políticas de concessões de terras em São Paulo mostrou-se nesse momento de necessidade de expansão geográfica, já que se tornou impossível expandir sem interferir nas áreas anteriormente concedidas:

[...] a alta concentração da propriedade de terras nos arredores da Cidade e a inexistência de um plano de extensão que estabelecesse áreas de terras reservadas para vias, praças e edifícios públicos, obrigou a extensão de ruas sobre terras anteriormente concedidas. (SIMONI, 2003, p. 277).

Sem dinheiro para desapropriações, os arruamentos seguiram dois padrões principais na cidade, na tentativa de contornar o problema: os possuidores das terras, pelas quais passariam os arruamentos empreendidos pelo poder público, eram indenizados sob a forma de isenção de impostos, já os os arruamentos realizados em áreas mais afastadas da então região central eram realizados pelos próprios detentores dos terrenos (SIMONI, 2003). Essa produção privada das áreas e vias públicas foi entendida pela legislação municipal de muitas maneiras ao longo desse período, sendo uma chave fundamental para o entendimento desse complexo relacionamento entre poder público, investidores e proprietários de terras. Optei por discorrer primeiramente sobre as questões ligadas ao poder público, tratando da legislação em torno dos arruamentos e loteamentos. Esse debate remete à importante tese de Marta Grostein, em que a autora analisa de forma detida as irregularidades e as clandestinidades nesse

processo ao longo do período de 1900 a 1987. Essa perspectiva de análise foi ampliada por Simoni em tese que tem como objeto os arruamentos e loteamentos na legislação entre 1840 e 1930. A partir desses estudos, é possível resumir as principais disposições do poder público no que diz respeito à regulamentação dos arruamentos e loteamentos no período que nos cabe, divididos em três momentos essenciais:

1. 1890 a 1913: antecede a primeira lei sobre arruamentos propriamente dita, vigorando sobre esse campo o Código de Posturas de 1886, em que era exigido, quanto às condições físicas do arruamento, que as ruas tivessem no mínimo 16 metros de largura, as avenidas 25 metros, as praças 70x100 metros e os quarteirões 60x120 metros, pelo menos. Estabeleceu-se também uma relação entre o leito da rua e seus passeios, sendo o leito 3/5 do total da rua – art. 23. Ficava para a Prefeitura a responsabilidade por todas as obras de infraestrutura dos arruamentos (GROSTEIN, 1987, p. 81). Simoni aponta que essa relação entre poder público e proprietários de terras se estabeleceu, de certa forma, informalmente, até 1913 (SIMONI, 2003, p. 9). Até então, não era necessário ter uma autorização para proceder o arruamento, somente remeter à Câmara o aviso da doação das novas ruas ao patrimônio público (SIMONI, 2003).
2. 1913 a 1923: sob vigência da primeira lei que tratava especialmente do arruamento (Lei n. 1.666/13 apud GROSTEIN, 1987, p. 37). A partir de então foi exigida uma planta técnica dos arruamentos, cuja execução deveria ser acompanhada pela Diretoria de Obras, sendo os recursos para o arruamento provenientes dos próprios proprietários, não mais do poder público (SIMONI, 2003, p. 10). No entanto, parte dessa lei foi questionada na Justiça, sendo considerado que os particulares não eram obrigados a pagar pelos melhoramentos dos arruamentos como pretendia a lei (GROSTEIN, 1987). Várias outras disposições da lei também foram burladas de diversas formas nos processos de arruamentos e loteamentos que se seguiram (SIMONI, 2003).
3. Em 1923 foi feita a primeira lei que tratava do arruamento e dos loteamentos de maneira combinada, marcando a consolidação de uma política de ocupação do solo urbano na capital. Como o grande salto populacional ocorreu justamente nas décadas anteriores, essa consolidação só se deu após a explosão demográfica na cidade.

Esse cenário criou um quadro de muitos arruamentos precários espalhados por São Paulo, com plantas que não correspondiam à realidade topográfica do terreno. Assim, quando houve a necessidade da integração desses arruamentos à malha urbana oficial da cidade, o município dispendeu grandes recursos para adequá-los e padronizá-los (GROSTEIN, 1987, p. 56). Esse processo envolveu a expansão da cidade não somente em sua geografia e população, mas também em seus potenciais de acumulação e multiplicação de capitais. Estes foram expressos pelos tipos de loteamentos empreendidos na cidade durante o período, aprofundando tendência já estabelecida em décadas anteriores.

Os loteamentos se dividiram, nessa análise posterior, entre os que serviram para a expansão física da cidade, que foram logo ocupados, e os que serviram para a expansão dos negócios com a terra, que levariam muitas décadas para serem efetivamente ocupados. Esse duplo movimento criou uma expansão fantasiosa da cidade, expressa em plantas com uma extensão irreal e traçados de ruas em terrenos completamente vazios (GROSTEIN, 1987). Ou seja, “o arruamento se estabeleceu como meio de extração de renda da terra por parte dos proprietários e permaneceu requerendo pequenas quantias para a sua efetivação.” (SIMONI, 2003, p. 5). É preciso pensar paralelamente esses dois processos que estavam em curso na cidade, para dimensionar suas implicações de forma mais clara.

Nesse ponto, entramos no terreno da discussão de quem foram os agentes do processo de expansão geográfica em São Paulo, empreendida principalmente dentro da lógica dos loteamentos. Alguns estudos¹² apontam de forma difusa os loteadores como os próprios proprietários de terras. Uma parte desses estudos também carrega uma tônica de que esses investimentos foram oportunistas, no sentido de não serem planejados, de não estarem inseridos em uma racionalidade empresarial; apenas estariam se aproveitando da crescente valorização da terra em São Paulo naquele período. No entanto, estudos mais recentes¹³ vem apontando a necessidade de se determinar de forma mais precisa a participação de grupos empresariais coordenados investindo racionalmente nesse setor. Essa linha de estudos é representada pela dissertação de Brito (2000), que sintetiza com precisão essas proposições:

¹² Tais como: PRADO JUNIOR, Caio. *A cidade de São Paulo: Geografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1989; GROSTEIN, Marta Dora. *O papel da irregularidade na estruturação do espaço urbano no município de São Paulo*. 1987. Tese (Doutorado)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

¹³ Tais como: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Algumas experiências urbanísticas no início da República: 1890-1920*. Cadernos de Pesquisa do LAP – FAU-USP, São Paulo, n. 1, 1994; SILVEIRA, Mônica. *A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo, 1890-1911*. 2000. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

Os dados levantados e analisados na presente dissertação trazem evidências para que se reconheça, no processo de organização das atividades urbanizadoras em São Paulo, uma presença empresarial bem estruturada, pautada numa ação conjunta, planejada e restrita a um relativamente pequeno número de empresários, que articulava diferentes atividades econômicas, participava direta ou indiretamente da administração pública e concentrava a propriedade de uma razoável extensão territorial no entorno do núcleo urbano. Além disso, permite detalhar algumas características operacionais dessas empresas e discutir aspectos relativos ao dinamismo do mercado, ao longo do período. No que tange à postura das autoridades administrativas, os dados esclarecem não ser possível admitir que as mesmas se mantivessem alheias ou indiferentes ao processo de expansão da cidade e sua dotação material, uma vez que grande parte das terras disponíveis para o crescimento da área urbana pertenciam ao patrimônio da municipalidade e a ela incumbia o gerenciamento das mesmas, inclusive a concessão de datas, aforamentos, enfiteuses e venda em hasta pública. A tais autoridades cabia, ainda, a concessão de privilégios relativos à implementação de infraestrutura e serviços urbanos. (BRITO, 2000, p. 7).

Uma das características dessa racionalidade empresarial presente na expansão geográfica de São Paulo era a diversificação das atividades das empresas presentes no processo dos loteamentos: as empresas não só atuavam na compra de terrenos e no seu loteamento, mas também, em geral, acumulavam uma série de atividades correlatas ao setor, como a produção, importação e comercialização de materiais para construção (BRITO, 2000, p. 13), construção das habitações, instalação e exploração de serviços urbanos como abastecimento de água e transporte coletivo, além da cessão de crédito para aquisição de imóveis (BRITO, 2000, p. 22). Esses dados apontam para uma concentração dos agentes privados envolvidos no processo de elaboração do espaço urbano (LEFEBVRE, 1999) na cidade nesse período, o que é reafirmado pelo levantamento dos acionistas das Sociedades Anônimas envolvidas na abertura e comercialização de lotes, entre 1890 e 1911, em São Paulo, realizado por Brito: Victor Nothmann era acionista de treze empresas; FP Ramos de Azevedo, de oito; Antonio Proost Rodovalho, de sete; Pedro Vicente de Azevedo, de seis; e as famílias Domingos Sertório, Paes de Barros e Mello Oliveira, de quatro empresas cada. Isso num universo de 45 sociedades anônimas que atuavam nesse mesmo setor no período.

Em que pese esse cenário, a pesquisa de Brito aponta a necessidade de se questionar o aparente dinamismo do mercado imobiliário no período, já que foram mostradas sensíveis oscilações, especialmente após a proclamação da República (BRITO, 2000, p. 104). Relatos de empresários e comparações das plantas apontaram que houve uma estagnação do mercado

entre 1893 e 1907 (BRITO, 2000, p. 107). A explicação para esse processo foi a crise financeira vivenciada no período e aprofundada em 1905, aliada à valorização sem freios dos terrenos, que, com a especulação em marcha, fazia diminuir sensivelmente o número dos possíveis compradores desses lotes (SIMONI, 2003). Esse processo foi superado por dois lados: primeiro, com a crise financeira e o relativo rebaixamento do preço do café no mercado internacional, muitos imigrantes colonos se dirigiram para a capital, o que tornou mais sensível a dificuldade de acesso à moradia para as classes populares. Por conta disso, o governo implementou políticas de facilitação ao acesso à moradia para esse setor da população, auxiliando a fortalecer um tipo de comércio de loteamento que já estava em curso, mas não de uma forma tão ampla (SIMONI, 2003). Vemos nesse movimento a problematização das contradições internas do dinamismo econômico paulistano do período, além de apontar as várias facetas do processo de expansão territorial de São Paulo. O crescimento urbano, que movimentou a economia, se calcava também nos setores médios e empobrecidos, que financiavam a construção concreta e simbólica da modernidade das elites paulista urbanas – esse é um ponto fundamental que será retomado nos próximos capítulos.

Nesse caminho, se aprofundou outra forma de se lucrar no mercado imobiliário para além das grandes especulações de terrenos, como descreve Simoni:

[...] o baixo preço da terra em áreas mais distantes do centro, pode ser contornado, tanto mediante a redução das dimensões dos terrenos, quanto pela venda para pagamento em prestações. Um maior número de lotes comercializados simultaneamente, o que só é possível mediante o arruamento de largas extensões de terras, ou de vários empreendimentos, permitia auferir lucratividade, quando a demanda formada por uma população de baixíssima renda indicava o contrário. (SIMONI, 2003, p. 282).

O dado apresentado por Simoni nos faz atentar para mais uma dimensão da circulação e acumulação do capital nesse momento da urbanização paulistana, que tem a ver não somente com a ocupação efetiva do solo, mas também com as localizações e o deslocamento pelo espaço. Isso porque esse movimento da ocupação de regiões mais afastadas da centralidade nos obriga a observar não somente a dinâmica da circulação do capital no ambiente construído, mas também a circulação das pessoas por dito espaço, que se torna mais importante na medida em que estão longe da centralidade e passam a não poder executar todos os percursos a pé com rapidez. No quesito circulação, essa movimentação das pessoas,

enquanto consumidores da cidade acabou sendo mais marcante para a estruturação urbana do que a própria circulação das mercadorias (VILLAÇA, 2001, p. 42). Enquanto a lógica da circulação de mercadoria pôde ser rapidamente resolvida, com ligações expressas e, no momento histórico que estudamos, por meio da forte presença do transporte de trilhos – que inclusive esteve sempre mais direcionada à circulação da mercadoria para mercados externos do que para o abastecimento da cidade –, a questão do deslocamento das pessoas é um dado que permanece mais complexo e estruturante, já que tem que abarcar essa ocupação residencial dispersa vivida pela cidade, que ao mesmo tempo tem seus centros de consumo e produção muito centralizados.

Nesse ponto, Villaça afirma que é necessário observar com mais atenção a circulação das pessoas enquanto consumidoras, pois além de representarem a maior parte das movimentações pela cidade, o deslocamento do trabalhador de sua residência ao seu local de trabalho seria antes inserido na esfera do consumo do que da produção, pela lógica dos serviços de transportes em curso nas cidades brasileiras, que se tornaram um negócio atraente para muitos investidores:

[...] em grande parte dos movimentos de pessoas no espaço urbano, estas não se movem enquanto capital – variável – nem enquanto mercadoria – força de trabalho –, mas enquanto consumidores. Os movimentos entre a casa e escola, as compras, o médico, o lazer: mesmo em seu movimento casa-trabalho, é questionável que o trabalhador se mova enquanto capital, ou seja, que o transporte intra-urbano de passageiros seja inserido na esfera da produção. (VILLAÇA, 2001, p. 42-43).

Atentar para a questão da circulação como um elemento estruturante da urbanização paulista, como foi apontado por Villaça, só ganha a devida dimensão quando nos debruçamos sobre uma face desse desenvolvimento urbano, a qual foi abordada por Marta Grostein. Em seu estudo sobre as irregularidades na ocupação do solo urbano em São Paulo, ela, de certa forma, já identificava uma racionalidade empresarial na produção do espaço urbano de São Paulo ao apontar para a lógica desse processo em curso: “prover o mercado com uma nova modalidade de investimento econômico: lote para o futuro uso urbano.” (GROSTEIN, 1987, p. 58). Marta Grostein discute uma tendência desse processo de urbanização que pode ser sensivelmente notada ainda no ano em que a tese foi concluída, em 1987:

A forma assumida pelo processo de arruamento e loteamento, ou melhor, da atividade de transformação de terra rural em terra urbana está ligada, desde

sua origem, ao procedimento de estocar terras, isto é, à produção e estocagem de uma mercadoria especial geradora de lucros. As consequências espaciais desse procedimento podem ser avaliadas quando chegamos a uma cifra oficial relativa aos vazios urbanos da ordem de 47% da área urbanizada do município. (COGEP apud GROSTEIN, 1987, p. 55).

O percurso da ocupação urbana efetiva em São Paulo vem confirmar a tese de Grostein, sendo apenas necessário verificar as datas em que os loteamentos foram comprados, a data em que efetivamente foram postos à venda e, posteriormente, ocupados. Um exemplo é o caso da região oeste da cidade. Nessa região se verificou a construção de vazios urbanos na política de sua comercialização e ocupação, o que já foi discutido como uma estratégia empresarial de valorização dos terrenos (ROLNIK, 1997; BONDUKI, 1998), uma vez que o avanço da mancha urbana obriga a extensão dos serviços urbanos, beneficiando essas ilhas de terrenos vazios no meio do caminho. Vemos uma clara relação entre os loteamentos do Alto da Lapa, lançados para comercialização de lotes em 1917, e o loteamento do Butantã, em 1918. Só em 1925, os empreendimentos do Alto de Pinheiros e do Pacaembu foram comercializados, com a valorização de seus terrenos (BRITO, 2000, p. 121). Observando o mapa da cidade, é perfeitamente visível que os primeiros e mais antigos loteamentos estavam mais afastados do centro da cidade – que já passava a migrar do triângulo¹⁴ em direção a oeste –, e que os loteamentos lançados posteriormente, já na década de 1920, estavam no caminho que se realizava para ir do centro a esses loteamentos, o que fez com que esses loteamentos já tivessem infraestrutura instalada como água e luz quando foram lançados, o que não aconteceu com os primeiros. Esse movimento mostra que a ocupação da cidade reservava as melhores localizações, com as melhores infraestruturas, para o deslocamento das suas elites.

A entrada da Companhia City marcou fortemente o processo de produção do espaço urbano em São Paulo, fato que foi longamente discutido pela historiografia (SEVCENKO, 1992; SAES, 2010). Em 1911, a Cia. City passou a negociar a compra de terras em diversas partes da cidade e com os mais variados investidores. No final das negociações, ela reuniu uma soma de mais de 12 milhões de metros quadrados comprados na cidade, tanto na área considerada urbana como na área do *rossio*. Brito levantou dados que dão a dimensão desses negócios:

¹⁴ O triângulo paulistano era delimitado pelas ruas São Bento, Direita e XV de novembro, e tinha como referência o Pátio do Colégio, ponto de fundação da cidade, como marco principal.

Os terrenos negociados com a Cia. City perfaziam um total de 12.380.098m², espalhados por diversos quadrantes da cidade, a saber: 6.700m² nas ruas Traipu e Palmeiras; 800.000m² em Higienópolis; 354.000m² em Vila Romana; 2.141.700m² na Lapa; 785.100m² na antiga Estrada das Boiadas, em Pinheiros, parte deles pertencentes ao coronel Martinho Ferreira da Rosa; 180.000m² em Vila América, pertencentes a Alzira de Sales; 979.600m² em Vila América e Caaguassu, pertencentes aos coronéis Joaquim e Martinho Ferreira da Rosa; 180.000m², em Vila América, pertencentes a João Batista de Oliveira, mais 150.000 na mesma localidade, pertencentes à Cia. Edificadora de Vila América; 133.000m² na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, pertencentes aos herdeiros de Carlos Bresser; 34.000m² no bairro do Bexiga, às ruas Paim, Augusta e Martinho Prado; 800.000m² no Alto da Mooca, além de outros não especificados, mas que espalhavam-se por Água Branca, Butantã, Ipiranga e Vila Mariana. (BRITO, 2000, p. 121).

No entanto, é possível verificar que o entendimento do mercado de lotes como uma atividade empresarial racional não nasceu com a chegada da City a esses empreendimentos econômicos. É difícil precisar quando se iniciaram as ações de especulação com a terra urbana, seja no mercado presente ou futuro, pelos próprios proprietários ou por empresas especializadas, mas é visível que ela remonta a uma acumulação de terras ainda no período de concessão gratuita de terra por parte da Câmara. E aí está clara uma forte relação entre os agentes do poder público e os agentes do mercado imobiliário em São Paulo. O estudo de Brito comprovou que vários acionistas das empresas envolvidas na compra de terrenos e vendas de lotes também detinham cargos públicos, ou mantinham vínculo muito próximo aos ocupantes deles. Da mesma forma, vários proprietários que promoveram loteamentos por conta própria faziam parte da elite política da época: “dispunham de elevado poder de decisão sobre o arranjo de investimentos na cidade, por outro lado, como administradores públicos, podiam participar ativamente no estabelecimento das políticas urbanísticas e de dotação material da cidade.” (BRITO, 2000, p. 193).

Essa relação entre o poder público e o interesse privado da classe dos seus ocupantes foi um fator preponderante na expansão urbana apresentada no período, trazendo as *atividades urbanizadoras* (BRITO, 2000, p. 121) para o campo das atividades empresariais, enquanto uma opção para a acumulação do capital (BRITO, 2000, p. 6). Nesse processo foi inscrita, por exemplo, a oficialização do uso da terra urbana como garantia de crédito, que já era praticada há alguns anos, mas se tornou oficial em 1902 (BRITO, 2000, p. 117). Fica expressa, portanto, uma lógica de valorização e de acumulação a partir da terra urbana, desmontando o cenário de caos no desenvolvimento urbano de São Paulo:

A abrangência de tais formas de articulação, construídas com base numa complexa teia de relações, explicita a presença, já no período inicial do processo de consolidação das atividades urbanizadoras em São Paulo, de uma daquelas atividades sobre o espaço urbano e orientando a escolha de atividades e locais que deveriam tornar-se objeto dos investimentos. Portanto, nem a ação desses empreendedores nem a configuração espacial da cidade de São Paulo, ao longo do período estudado, pode ser considerada aleatória ou casual (BRITO, 2000, p. 193).

Poucos fatores decorrentes desse processo foram tão centrais quanto a estruturação dos vetores de expansão da cidade, esmiuçados no livro clássico de Flávio Villaça, *Espaço Intra-Urbano no Brasil* (2001). Um dos vetores até hoje expresso na cidade é o chamado *vetor de expansão das elites*, que percorreu, desde a primeira década do século XX, o quadrante sudoeste da cidade. Parece não ser tão fundamental, mas a proximidade ou distância desse centro econômico e de poder da cidade significou, na maioria dos casos, ter ou não acesso a uma série de equipamentos urbanos.

Pensando em termos mais concretos na construção e ocupação do espaço urbano de São Paulo, vemos que a expansão da cidade do século XIX contou com barreiras físicas importantes, naturais e construídas, como já apontado: no vetor leste, o Tamanduateí se colocava como um obstáculo de fôlego, que era acrescido pela sua várzea inundável, e que a partir de 1867 passava a contar também com os trilhos da São Paulo Railway, que usou o vale do rio como caminho; no vetor oeste, o obstáculo era o rio e o vale do Anhangabaú, mas mais facilmente transpostos pela várzea inundável ser bem menor e o rio mais estrito; já o vetor sul, seguindo para o que é hoje o bairro da Liberdade, não apresentava obstáculos físicos para a expansão da cidade (VILLAÇA, 2001, p.116). A cidade se expandiu em todas as direções, mas de maneira seletiva: as elites seguiram para além do Anhangabaú, já que tinha uma barreira a menos em relação à região que até então era o centro da cidade, e dispunha, uma vez atravessado o vale, de uma topografia ondulada, mas sem grandes elevações; as altitudes crescentes conduziam a um pico na região, onde se localizou a avenida Paulista (VILLAÇA, 2001, p.117). A massa de população mais pobre se deslocou em direção à zona leste da cidade, transpondo o Tamanduateí. Em relação à direção sul, a ocupação foi mais lenta, e por muito tempo disforme, o que nos faz discutir por que a única direção de expansão que não demonstrava obstáculos para o avanço da cidade teria sido preterida pela elite no processo do seu deslocamento. Villaça aponta que, nesse quesito, deve-se retomar o papel da ideologia na

produção do espaço urbano, como mais um elemento a compor esse conjunto de determinações que percorreu a expansão urbana paulista:

Essa direção [a sul] não apresentava uma clara cisão, uma clara separação física da “cidade velha”. A nascente, progressista, arrojada e moderna burguesia paulistana se empenhou em produzir uma cidade que refletisse esses seus atributos e que claramente se diferenciasse do “velho”, do passado e do colonial. Uma posição colada a “cidade velha”, como a Liberdade, não exibiria os valores do progresso e renovação, de ruptura com um passado considerado atrasado, então acalentados pela agressiva e talvez orgulhosa burguesia paulista. (VILLAÇA, 2001, p. 194).

Há que se tomar cuidado na observação desses processos: eles não são uniformes, nem totais. Há muitos pontos fora da curva na história da urbanização paulistana. Villaça aponta uma *direção* das disposições gerais que o estudo desses processos nos traz. No entanto, acreditamos que os tais “pontos fora da curva” dessa história também enriquecem muito o entendimento de como efetivamente se deu a expansão paulistana, e, especialmente, como ela foi vivenciada por seus moradores de então.

Ocupação da Barra Funda: os setores populares e as franjas da cidade

Dentro dos movimentos de mercado de terras urbanas, a Barra Funda teve um lugar peculiar. Historicamente, criou-se um imaginário da ocupação desse bairro inserido dentro da trajetória dos bairros operários, numa historiografia que apontava para a especialização do espaço. No entanto, a vivência concreta da ocupação urbana da Barra Funda nos revela uma multiplicidade de abordagens possíveis, o que descortina outros entendimentos da urbanização dessa franja da cidade. Nesse sentido, trataremos aqui justamente dessa relação da ocupação real e do imaginário construído sobre esse território urbano, relacionando com o contexto mais geral já esboçado acima.

Estabelecer um recorte temporal e físico no estudo da urbanização de um bairro não é algo que se possa realizar facilmente. Desta forma, não pretendemos buscar a “origem” do bairro da Barra Funda, mas problematizar elementos mais próximos do momento da sua ocupação urbana em relação mais direta com os processos que vamos trabalhar. Uma reflexão sobre essa abordagem dos bairros como tema de investigação é apresentada por Andrade, num

viés que enfoca a questão do espaço, mas que pode ser facilmente estendida também aos recortes temporais:

Os limites de um bairro nunca são precisos, além de se alterarem ao longo da sua história. [...] deverá, ao mesmo tempo, ficar claro que a extensão abrangida por eles é fluida num certo grau e não corresponde as unidades territoriais de diversas naturezas (religiosas, político-administrativas) que ao longo do tempo os englobaram ou separaram. (ANDRADE, 1991, p.26-27)

Para abordar os limites de tempo e espaço da formação da Barra Funda como bairro urbano é preciso recorrer a dimensões múltiplas. Assim, nos elementos trazidos por nossa pesquisa documental, nos parece fundamental retornar a primeira metade do século XIX, quando quase toda a área correspondente ao bairro da Barra Funda estava compreendida na Fazenda Iguape, pertencente ao Barão de Iguape Antônio da Silva Prado. Quando naquele ano de 1859, os “moradores da Barra Funda”¹⁵ enviaram correspondência ao Presidente da Província, tentando preservar os terrenos de uso comum, aquela área já pertencia ao Barão. No mesmo ano¹⁶, esse grupo de moradores da Barra Funda também dirigiu-se ao Presidente da Província para novamente interceder por um terreno na região, alegando que era de uso comum. A carta, desta vez, era assinada por cerca de dezesseis nomes, todos homens, que alegavam residir naquela área. Vemos aqui então delineada uma disparidade entre o que era a realidade daquele território – que era habitado por pessoas e suas terras utilizadas como de “uso comum” – e o que ele tinha como determinação legal – largo terreno de propriedade do Barão de Iguape, sem ocupação regulamentada.

O Barão de Iguape, um velho conhecido da historiografia paulista, importante aristocrata, homem de negócios e político do período Imperial brasileiro, e destacado membro da família Silva Prado (PETRONE, 1976). Não foi ainda possível chegar a dados mais precisos de como o Barão tomou posse dessa grande extensão de terra, que além da Barra Funda compreendia também parte da Casa Verde e da Freguesia do Ó. No momento, vamos nos deter ao que foi feito da área após o falecimento do Barão, em 1875. A área foi toda loteada e uma parte dela, compreendida hoje na atual Barra Funda, mas que não abrangia todo o bairro, foi transferida para o Conselheiro Antônio da Silva Prado, neto do Barão, filho de

¹⁵OFÍCIOS DIVERSOS, jul. 1859. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/poder_frame.php?cod=20882&nomen=0091021014&img=ODSP0091021014_001.jpg>. Acesso em: 29 jan. 2013.

¹⁶OFÍCIOS DIVERSOS, dez. 1859. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/poder_frame.php?cod=19715&nomen=0091015103&img=ODSP0091015103_001.jpg>. Acesso em: 29 jan. 2013.

Dona Veridiana e de Martinho Prado (irmão do Barão). Essa área ficou conhecida como Chácara do Carvalho.

O Conselheiro herdava essas terras em um momento de modificação daquele cenário semirrural: o caráter do bairro estava se transfigurando em grande parte pelo aporte das ferrovias, que o cortavam em duas metades, estabelecendo uma divisão que persiste até os dias atuais, uma da baixa Barra Funda, contígua à várzea do rio Tietê, e a segunda, da alta Barra Funda, do outro lado dos trilhos (RAMOS, 2006, p. 117). Mais que o aporte das ferrovias, o impacto na região foi fortemente sentido pelo estabelecimento das estações de suas respectivas linhas: em 1875, a Sorocabana inaugurava sua estação no bairro, e, em 1892, a São Paulo Railway fazia o mesmo, em área bem próxima à da irmã férrea do ramal oeste do estado. Essas estações traziam consigo um grande fluxo, seja na própria operação da ferrovia, que trás a necessidade de muitos trabalhadores, especializados ou não, seja por funções diretamente relacionadas à ferrovia, mas não diretas da sua operação, como a necessidade de se carregar e descarregar cargas, ou mesmo pelo mercado em potencial que logo surgiu no entorno da estação e/ou linha férrea, como comércio para atender os trabalhadores e eventuais usuários daquelas ferrovias.

Como vimos, esse cenário em que se insere a ocupação urbana da Barra Funda está relacionado com esse deslocar em direção as franjas da cidade e parece-nos necessário traçar um paralelo com um setor da cidade importante no mesmo período: o além-Tamanduateí. Nesse momento de crescimento da ocupação efetiva de terrenos na cidade, essa região foi a que mais cresceu proporcionalmente, especialmente em relação a sua demografia. O além-Tamanduateí também ficou bastante marcado por um imaginário de ser um espaço predominantemente operário, popular e imigrante. No estudo de Andrade sobre a ocupação urbana dessa franja da cidade, estava apontado esse paralelo entre as regiões:

Nos limites da cidade de São Paulo, duas aglomerações industriais começam a se definir ao longo das ferrovias - Brás, Mooca e Belenzinho, a leste; Bom Retiro, Barra Funda e Água Branca, para norte e noroeste. Nas duas áreas é nítida a associação indústria-ferrovia. (ANDRADE, 1991, p.123)

Essa região do entorno do núcleo da cidade teve o adensamento da sua ocupação bastante vinculada ao aporte das linhas férreas e o tipo de dinâmica que estas colocaram para a estruturação urbana desses bairros. No entanto, é necessário se problematizar que o próprio processo de chegada das ferrovias estava envolvido em modificações econômicas e sociais

muito mais amplas, globais, que interferiram também na estruturação desses novos bairros urbanos (ANDRADE, 1991, p.36). Ou seja: há que se observar com mais cautela os processos de mudanças dos cenários de áreas de chácaras para bairros urbanos adensados, já que a ferrovia não explica inteiramente esse movimento..

Pelo estudo da planta da cidade de 1868, Andrade apontou que a ocupação dos arredores paulistanos a leste do Tamanduateí à época da inauguração dos trilhos da São Paulo Railway era ainda incipiente, predominando lotes grandes e demarcados, o que indica que em geral se tratavam de chácaras ou mesmo de terrenos não ocupados. No ano anterior, foi inaugurada a parada do Brás, da linha inglesa, que cortava boa parte desse território a leste do Tamanduateí (ANDRADE, 1991, p.33). Essa parada é um ponto importante para entender o movimento da urbanização paulistana avançando a leste, especialmente quando relacionado com a problematização da questão das disputas por essas terras antes da chegada da ferrovia. Apesar ocupação não adensada dessa região da cidade antes da chegada da ferrovia, os terrenos em geral não estavam plenamente livres: muitos tinham sido outorgados através de datas. Assim, a instalação da SPRailway passou por terras que estavam inseridas a partir da posse particular no mercado de terras de São Paulo. A própria tentativa de cancelamento das datas nas áreas que possivelmente seriam impactadas pela construção da ferrovia foi entendida por alguns setores à época como uma tentativa de diminuir os ônus da companhia férrea com desapropriações (ANDRADE, 1991, p.32). Isso revela um movimento simultâneo: ao mesmo tempo em que a Companhia queria, para a implementação da linha, ter o mínimo de gastos possíveis, e o máximo de lucro - inclusive se aproveitando dos terrenos do entorno de suas linhas para explora-las especulativamente, como aconteceu na implementação de vários desses equipamentos e serviços urbanos em São Paulo (SEABRA, 1987; MARTINS, 2002) -, os particulares que tinham a posse da terra também não queriam sair prejudicados, sendo que muitas vezes tinham chegado a posse desses terrenos já com um motivação especulativa (MARTINS, 2002; ANDRADE, 1991).

O que queremos apontar é que o movimento especulativo com as terras urbanas dessa região de chácaras no entorno paulistano não começou com a chegada das ferrovias, mas que essas mexeram em um cenário que já estava em marcha desde 1850. Dito cenário é caracterizado por diversos tipos de especulação com o mercado de terras urbanas, em uma ação conjunta do setor privado e público, que no limite, em muitos casos, eram administrados pelas mesmas pessoas e/ou famílias. A chegada da ferrovia e seus impactos nessas regiões,

seja no além-Tamanduateí, seja na Barra Funda, está longe de ser fortuito, ou de por si só explicar o desencadeamento da urbanização e adensamento populacional dessas regiões.

Como bem sinalizado pelo estudo de Andrade, o Brás abrigou os maiores índices de crescimento demográfico dos arredores paulistanos após 1870. Como no caso da Barra Funda, o Brás é um bairro que ficou para o imaginário da urbanização de São Paulo como um bairro operário, mas o levantamento de seu processo concreto de estruturação mostrou que essa não foi sempre a tônica da região. Procurando entender as relações entre urbanização e industrialização na região, Andrade aponta:

A procura das primeiras fábricas implantadas nas terras além-Tamanduateí mostrou que as primeiras transformações no final do século XIX que resultariam na sua incorporação à cidade, primeiro como subúrbios e depois como bairros, antecederam, na verdade, a chegada da indústria. (ANDRADE, 1991, p.238)

Essas regiões das franjas paulistanas da segunda metade do século XIX viveram interferências muito mais diretas dos movimentos especulativos com suas terras e de outros tipos de ocupação, como o desencadeado pelas ferrovias, do que da própria indústria, marca inventada pela memória para essas regiões. Andrade inclusive frisa que a presença de pequenas oficinas e firmas de ramos diversos é mais importante para entender a ocupação do Brás que a indústria naquele momento (ANDRADE, 1991, p.239). Vem desse processo a importância que a região tomou para a cidade antes mesmo da chegada da grande indústria a região, já que em 1878 a Estação do Norte (Brás) já estava ligada ao centro da cidade por uma linha de bonde à tração animal, que seguia ainda até a chácara de Julio Joly na estrada para a Penha. Essa era a segunda linha a ser inaugurada na cidade, ficando atrás somente da linha que ligava a Estação da Luz ao centro que havia sido inaugurada ainda em 1872 (ANDRADE, 1991, p.35). A leva das grandes fábricas a se instalar no Brás aconteceu mais de década depois, como é o exemplo da Tecelagem Sant'Anna de Jata, segunda grande fábrica a se instalar no bairro, já no ano de 1889.

Nesse sentido, vemos uma relação próxima com o caso da Barra Funda, que tem o seu viés de ocupação popular e das camadas médias também muito mais vinculado a esse cenário de ferrovia, pequenas oficinas e firmas que ao da indústria propriamente. Assim como no Brás e na Várzea do Carmo, as ruas da Barra Funda tinham como personagens carroceiros, lavadeiras, maquinistas, quituteiras, marceneiros, pequenos comerciantes. O componente

industrial e operário cresceu já no século XX, mas ainda não parece ter sido tão determinante nos bairros: Andrade retoma o levantamento feito por Bandeira Jr., bastante problematizado pela historiografia quanto a consistência dos seus dados¹⁷, que aponta que em 1901 existiam 8 mil operários em São Paulo, sendo o lugar de maior concentração o formado por Brás, Mooca e Belenzinho, com 2,5 mil operários. A região do Bom Retiro, Barra Funda e Água Branca tinha 2 mil operários. Em um momento em que a cidade tinha cerca de 240 mil habitantes, esse percentual da população é claramente uma parcela ainda pequena. Mais fundamental para a ocupação popular das terras além-Tamanduateí parece ter sido a inauguração na região da grande Hospedaria dos Imigrantes, em 1888, com acomodação prevista para 4 mil pessoas, mas que em diversos momentos abrigou mais que isso (ANDRADE, 1991, p.73). Essa nova hospedaria, que viria a complementar os serviços insuficientes da que já existia no Bom Retiro, era para ter sido construída na Luz, onde já havia inclusive um terreno público para isso (ANDRADE, 1991). No entanto, protestos contra a construção da hospedaria naquela região conseguiram impedir a utilização daquele terreno, deixando claro que aquele espaço já estava claramente vinculado a um projeto de “aformoseamento”, com vistas a aprofundar a segregação espacial dos distintos setores sociais. Assim, a Hospedaria ficou no Brás, o que facilitou a vinda de muitos imigrantes, que se fixaram na região.

Os casos dos bairros da Barra Funda e da região além-Tamanduateí tem semelhanças, mas também diferenças. Um fator fundamental que orienta essa diferenciação é a própria existência do Tamanduateí e suas várzeas, que influenciou fortemente os vetores de expansão da cidade (VILLAÇA, 2001). À segmentação dessa barreira natural somava-se a barreira da ferrovia:

[...]A ferrovia foi um obstáculo a interligação das partes oriental e ocidental da cidade e, nesse sentido, um elemento de segregação dos bairros orientais. As porteiras representavam as poucas brechas onde esse obstáculo podia ser vencido. Brechas que a toda hora eram obstruídas tornando a ferrovia como obstáculo uma presença quase permanente. (ANDRADE, 1991, p.38-39)

Para transpor a cisão entre o centro e o além-Tamanduateí, para atingir os bairros orientais, era preciso atravessar a várzea do Carmo. As discussões sobre a urbanização dessa área tão fundamental da cidade naquele período nos dão ricos elementos para problematizar o processo de ocupação das franjas da cidade. A várzea do Carmo era uma região contígua ao

¹⁷ Ver: CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo: Difel, 1977; SAES, Flávio Azevedo Marques de. As ferrovias de São Paulo (1870-1940). São Paulo: Hucitec, 1981.

então centro da cidade, bastante próxima do Triângulo paulistano, bastante visível desde o cume do núcleo inicial da cidade e que desempenhava diversas funções no cotidiano paulistano. Com o crescimento populacional e a expansão física da cidade, tornou-se um obstáculo para o espraiamento do tecido urbano. No entanto, a sua ocupação já era uma realidade para a cidade desde antiga data, já que neste espaço eram desenvolvidas uma série de atividades vitais para a cidade. A várzea servia tanto para atividade que não podiam se desenrolar no núcleo urbano mais condensado, como também servia como uma espécie de porta da cidade, tendo essa função marcada pelo caminho em direção a leste e também pela existência dos portos fluviais, especialmente ao longo do século XIX em que esse tipo de locomoção foi bastante frequente (OLIVEIRA, 2005).

A várzea do Carmo teve sua ocupação marcada por uma forte presença popular, por conta inclusive das atividades que se desenvolviam naquele espaço. A várzea era, por exemplo, o lugar para comprar capim, para a compra de alimentos básicos como toucinho, feijão, porco, farinha. Havia um lugar específico para esse comércio, em casinhas localizadas de maneira enfileirada no lado esquerdo da ladeira do Carmo (OLIVEIRA, 2005, p.70). De muitas maneiras, a várzea do Carmo era caracterizada por ser um espaço que permitia que a parte mais pobre da população buscasse seu sustento. As lavadeiras eram personagens frequentes da várzea, assim como outros que dali tiravam sua sobrevivência buscando lenha, peixes, capim, tornando essa localidade muito movimentada. Mesmo com tudo isso, a Várzea do Carmo mantinha-se como passagem obrigatória para os que saíam do centro em direção ao Brás, marcando a presença de um espaço caracteristicamente rural logo ao lado do Triângulo (DIAS, 1995).

Essa condição particular da várzea do Carmo evidencia tensões internas na urbanização de São Paulo, com as estratégias de sobrevivência se impondo sobre o cenário da modernidade paulistana, e a sua paisagem rural muito vinculada à urbana:

Claramente, aquela região [da várzea do Carmo] era de domínio dos caipiras, que chegavam dos arredores e por ali paravam, dos que vinham pescar e caçar, do movimento nos portos das roças ribeirinhas, das feiras, das quitandas. Ou seja, era o local de permanência de um mundo rural em contato com a cidade. Se o rural podia ser sedutor na pintura, para muitos não o era no convívio diário. Há imagens contraditórias da várzea, mas as preponderantes e mais eloquentes parecem ser as negativas, que se referiam ao perigo representado pelas enchentes, pelos animais mortos, pelo lixo e também pela população que a frequentava. (OLIVEIRA, 2005, p.76)

Por todas essas questões, a Várzea do Carmo se tornou um dos lugares privilegiados para implementação de projetos sempre que se reabria o debate da remodelação da cidade. No final do século XIX, a situação ficou especialmente dramática: a cidade já se havia expandido muito territorialmente, o Brás não era mais um reduto de chácaras, mas sim uma das áreas urbanas mais adensadas da cidade e persistia aí, ao lado do centro, uma área de várzea que estimulava práticas sociais em total desacordo com a imagem de cidade moderna que as classes dominantes da capital paulista se esforçavam por construir em suas representações (SEVCENKO, 1998; OLIVEIRA, 2005).

Dos inúmeros projetos que foram realizados e propostos para a região da Várzea do Carmo podemos apreender que, apesar de sempre haver um discurso com intenção principal de implementar uma medida higienista, promovendo o saneamento da várzea, havia uma série de interesses em choque, principalmente em relação ao projeto de cidade que se queria construir. Esses embates não eram só realizados por setores sociais distintos, mas até mesmo dentro da própria classe dominante da cidade, que buscava a inserção urbana dessa região para atender seus interesses específicos – e muitas vezes em discordância com outros grupos que estavam agindo no mesmo setor. É preciso atentar ao fato de que o rio Tamanduateí era fundamental no movimento da economia local no período colonial, e continuou sendo em boa parte do Imperial. No entanto, as suas cheias periódicas traziam prejuízos diversos, e muitos clamores se ouviam desde o começo do século XIX no sentido de buscar soluções para os prejuízos que a cidade tinha de enfrentar. Na década de 1870, na gestão de João Theodoro, foi realizada a primeira canalização de um trecho do rio, que dividia os bairros da Luz e do Brás (MOUSSA, 2005).

A particularidade da área da Várzea do Carmo fez com que sofresse poucas intervenções de grande impacto, mesmo estando em uma área mais central da cidade. No final do século XIX essa situação passou a ficar cada vez mais insustentável, e as disputas sobre o que deveria ser realizado para resolver estruturalmente os problemas daquela região da cidade se acirraram. Em 1890, a Câmara lançou o resultado de um concurso que buscava projetos para a região afim de acabar com as enchentes e promover o seu saneamento. O projeto vencedor previa a transformação da região em área para moradia. Era ligado a Nothmann - personagem de extrema importância no mercado de terras e do setor imobiliário de São Paulo no período (do qual vamos tratar em outros momentos desse trabalho) -, e: “a Câmara doaria a parte dos terrenos que possuía na região e a Companhia arcaria com os gastos de aterrar,

canalizar, criar um parque, arruar, para depois limitar os terrenos e vendê-los no mercado.” (OLIVEIRA, 2005, p.78). O concurso, no entanto foi cancelado, e toda a documentação que já havia sido feita para iniciar o projeto desvalidada por conta de um movimento de oposição forte que surgiu, especialmente vinculado pela imprensa, contra o projeto (OLIVEIRA, 2005, p.78). O principal órgão a veicular tais críticas era o Correio Paulistano, jornal relacionado com a família Silva Prado, que denunciava como escândalo que uma área tão valorizada da cidade fosse dada a iniciativa privada, permitindo que a Companhia executora do projeto ficasse com todo o lucro advindo do negócio de comercialização dos terrenos, sem ter custo algum para sua aquisição (OLIVEIRA, 2005, p.78).

Se estava aí claramente delineado um conflito de interesses econômicos entre Nothmann e a família Silva Prado, parece que esse conflito ultrapassava essa esfera, e se revelava como um embate muito mais central para os rumos que a urbanização paulistana tomaria. Afinal, o projeto de Nothmann acabaria com tudo o que a Várzea significara até então: a separação física, espaçada e bem demarcada do centro com os territórios além-Tamanduateí. Se essa separação tinha diversas implicações concretas, sem dúvida seu peso maior se dava no próprio nível da representação. Não por acaso, o principal projeto que se contrapunha ao de Nothmann tinha uma lógica completamente distinta da função de integração da Várzea à área marcadamente urbana. Esse projeto, que saiu vencedor na disputa, previa o saneamento da Várzea e a construção de um parque. Preservar a representação física do discurso da segmentação da cidade e, ao mesmo tempo, promover a valorização das áreas no entorno desse melhoramento urbano era a principal diretriz do projeto vitorioso, que reflete as disputas pela área da Várzea:

Parece que estava ocorrendo um conflito quanto à representação da cidade. Nesse período do final do século, a cidade crescia muito, novos bairros surgiam, as demolições eram cotidianas, perdiam-se aos poucos os pontos de referência. (...) O passado devia ser saneado, os pobres tirados de lá [da várzea do Carmo], para fazer um parque, e, assim, manter a ilusão de alguma natureza, manter a ilusão de ausência de conflito. E também *manter o limite e a divisão com o Brás*, o que talvez fosse o ponto essencial, porque o outro projeto perdedor implicava estabelecer uma continuidade, unir as regiões definitivamente por um mar de casas. Mas, é importante ressaltar, também o projeto de Nothmann implicava desruralizar a região, significando portanto deslocamento da população caipira e dos pobres, e estabelecendo novos usos regrados pelo mercado imobiliário. (...) A região do Carmo ficaria, no máximo, representando o lado fabril da cidade, o trabalho e o progresso, sintetizado no Palácio das Indústrias ali construído. Seria esse o sentido vencedor para a região. (OLIVEIRA, 2005, p.79-80)

Conforme problematizado por Oliveira, os dois projetos que mais se evidenciaram nas disputas pela Várzea do Carmo naquele momento tinham como uma das medidas expulsar a parcela mais pobre que utilizava aquele território. No fundo, o que aparentemente estava no centro do desacordo desses projetos, ao nível da representação, era o modo como se daria a integração das camadas médias nessa reconfiguração do espaço urbano paulistano. Talvez estivesse em jogo a própria representação de uma cidade com espaços socialmente segregados em relação aos locais de moradia das classes dominantes e dos pobres e trabalhadores.

Até aqui discutimos a Barra Funda, o Brás e a Várzea do Carmo como locais de habitação e sociabilidade das parcelas mais pobres da sociedade, a partir de um viés já consolidado, e bastante marcado no imaginário sobre esse período da história paulistana: que essas regiões eram berço de uma ocupação popular, em muitos casos classificados mesmo como bairros operários. No seu estudo sobre a ocupação do além-Tamanduateí, Andrade reforça essa concepção de bairros populares, mas o seu levantamento documental já apontava a necessidade se enxergar de forma menos estanque esse processo. Ao problematizar o peso do fenômeno que as ferrovias representaram para a região, nos traz uma importante reflexão:

Teria sido a ferrovia fator determinante na transformação das terras além-tamanduateí em espaço industrial e operário? Sem dúvida nenhuma trata-se de fator decisivo. Mas não explica tudo. Afinal, em São Paulo, junto à ferrovia, formaram-se também, na mesma época, bairros burgueses – Campos Elíseos e Luz. (ANDRADE, P.36)

Assim como as ferrovias não condicionavam os bairros a serem industriais e operários, o discurso ideológico da segmentação do espaço urbano paulistano não pôde se sobrepor as sociabilidades dos seus moradores. Apesar da presença marcante dos vetores de expansão da cidade (VILLAÇA, 2001), as contradições internas desse processo não conseguiram dar um sentido socialmente homogêneo à ocupação das novas regiões, em certa medida repetindo o que era a tônica do núcleo central da cidade que persistiu naquele confinamento por tanto tempo: o de uma ocupação mista. No caso da Barra Funda e das terras além-Tamanduateí, já havia essa presença mista ainda no período das chácaras. É o que atesta o Recenseamento da Província datado de 1872, sobre os moradores da Paróquia do Brás onde se registrou “um número relativamente importante de *“capitalistas e proprietários”*, além dos *“fabricantes”*, de uns poucos profissionais liberais e de uma porção elevada de pessoas sem ocupação.” (ANDRADE, 2000). Em 1881, as irmãs D.Carolina e D.Clementina viviam juntas em uma

casa térrea, de taipa, de quatro portas de frente e com quintal, na rua Nova do Hospício, esquina com a Rua das Carmelitas, à beira do Tamanduateí, em região contígua a Várzea do Carmo. As irmãs eram idosas, já sem muitos recursos financeiros, porém remediadas – D.Carolina era viúva de um major, funcionário público do Estado, e possuía uma velha escrava cozinheira. A casa dava de fundos para um convento e do lado direito fazia divisa com quatinhos de aluguel (OLIVEIRA, 2009, p.157). Tanto os dados estatísticos como a vivência de alguns moradores dessas regiões deixam claro que, já no século XIX, os moradores dessas regiões não provinham de um único e exclusivo setor social.

A ocupação da Barra Funda: o projeto de cidade de Antônio da Silva Prado

Ao estudar mais profundamente o processo de ocupação da Barra Funda, a historiografia atribuiu a este bairro as características de um bairro operário. Convencionou-se afirmar que foram as classes populares que primeiro ocuparam a área da Barra Funda que ia dos trilhos até a várzea, enquanto a porção de terra acima dos trilhos seguiu um padrão de ocupação inicialmente ligado às elites, tendo posteriormente vindo a ser ocupado por camadas médias. Essas leituras partem principalmente do entendimento de que a ocupação mais efetiva da Barra Funda e sua elevação ao status de bairro urbano se deu em 1892, quando do arreamento e loteamento da Chácara do Carvalho, que pertencia ao Conselheiro Antônio da Silva Prado (RAMOS, 2006, p. 12). O empreendimento do Conselheiro realmente tinha como intenção marcar a Chácara como uma possível nova área de habitação para as elites, sendo que ele próprio mandou construir um palacete para si, no qual viveu de 1893 até sua morte em 1929. O palacete foi construído onde hoje se localiza a alameda Eduardo Prado, mas que então se chamava alameda Antônio Prado, e foi projeto do mesmo arquiteto responsável pela construção do Museu Paulista (no bairro do Ipiranga), Luigi Pucci (CAMPOS, 2002). Continuando o empreendimento do Conselheiro, também compraram lotes da Chácara as famílias Siciliano, Victorino Carmilo e Adolfo Gordo.

É preciso atentar que a Chácara do Carvalho compreendia parte pequena da Barra Funda de então, e estava localizada em terreno contíguo ao bairro dos Campos Elíseos, que se caracterizava na metade final do século XIX por ser um local de habitação das elites. O loteamento do Conselheiro estava incluído em um movimento que era mais geral: no final do século XIX, “todo o trecho localizado entre a atual Praça Marechal Deodoro e o Parque da

Água Branca foi tomado por palacetes” (MARTINS, 2002, p. 195). Esse movimento começava no loteamento dos Prado e continuava um pouco mais a frente, transpondo o ribeirão Pacaembu em direção à Lapa. Dentro da mesma lógica de avanço do vetor de expansão das elites, no ano da primeira greve geral, em 1917, foi inaugurado o Theatro São Pedro, na esquina das ruas Albuquerque Lins e Barra Funda. Era um espaço projetado especialmente para permitir apresentações de ópera aos moradores do bairro e adjacências. Percebe-se que o Conselheiro fez uma aposta no mercado imobiliário paulistano, de que o vetor de expansão das elites seguiria se desenvolvendo a oeste.

Obviamente, não era uma aposta no vazio, mas sim calcada no poder econômico e político da família Silva Prado para promover o loteamento e dotar a região dos equipamentos necessários para atrair essa parcela da população. Antônio Prado fazia um negócio quase que totalmente seguro: não estava desenvolvendo um novo padrão; seguia o mesmo que a elite já vinha realizando desde seu estabelecimento no Triângulo, que, aos poucos, foi sendo deixado para trás por parte de seus moradores, ao seguirem para além do Anhangabaú. O bairro Campos Elíseos tornou-se um atraente espaço da cidade, com casarões imponentes e com uma infraestrutura urbana bastante avançada em relação ao restante de São Paulo; o loteamento Chácara do Carvalho era quase um prolongamento natural daquela parte da cidade. No entanto, o movimento de saída do triângulo foi lento, e os Campos Elíseos também não chegou a se consolidar como um bairro especializado espacialmente e homogêneo socialmente, mantendo, como o Triângulo, uma característica de ocupação mista, como veremos mais a frente. Além disso, outros setores da burguesia local já apostavam na expansão para o sudoeste da cidade, entre eles um dos primeiros investidores nos Campos Elíseos, Nothmann - que, junto com Martinho Buchard, comprou uma área de 847.473 metros quadrados em 1893, onde lançaram um bairro planejado para a elite, que veio a chamar-se Higienópolis (BRITO, 2000). O loteamento foi lançado em 1895, apenas dois anos após o da Chácara do Carvalho, com o nome de Boulevard Bouchard, que seria posteriormente rebatizado de Higienópolis. Some-se a esse quadro a inauguração da avenida Paulista, em 1891, que se tornaria residência das novas elites republicanas. Todas essas regiões já eram, de alguma forma, parcialmente habitadas quando esses loteamentos foram inaugurados. O caso de Higienópolis foi marcante nesse sentido, já que a Chácara da Dona Veridiana, como ficou conhecida a residência de Veridiana Prado – filha do Barão de Iguape, mãe do Conselheiro

Antônio Prado –, localizava-se nessa região da cidade, e tinha sido finalizada em 1885, dez anos antes do lançamento do loteamento (BRITO, 2000).

É fundamental para se ter um quadro mais claro da expansão urbana, entender a relação entre os donos dos empreendimentos imobiliários de São Paulo, o poder público e os investimentos no mercado de terras. No caso da ocupação e desenvolvimento de negócios de terras urbanas no bairro da Barra Funda, a presença da família Silva Prado foi bastante ativa, e marcou por muito tempo o desenvolvimento do bairro, tanto em relação às primeiras indústrias que nele se instalaram como aos melhoramentos urbanos que foram implementados na região. Quanto às indústrias, a que mais se destacou foi a Vidraçaria Santa Marina, inaugurada em 1897 nos limites dos bairros da Barra Funda e Água Branca, que chegou a empregar mais de 200 operários. A Vidraçaria foi uma sociedade entre da família Silva Prado com Elias Jordão (CANUTTI, 2008, p. 39). Fornecia vasilhames para a Cervejaria Antarctica, na época propriedade de Von Bulow, que tinha outros negócios de especulação em terras em parceria com a família Silva Prado (CAMPOS, 2002, p.85). Outro negócio da família na região foi um curtume, de propriedade do Conselheiro. Figurava ainda nesse cenário do começo de industrialização do bairro uma fábrica de tecido e fiação de cordas e barbantes, inaugurada em 1892, de propriedade de Enrico Maggi, e outra fábrica ligada aos vidros, a Cristaleria Paulista, que se instalou na rua Conselheiro Brotero em 1905, assim como as antigas olarias espalhadas pela várzea do Tietê (BRUNELLI, 2006, p. 21).

Quanto aos melhoramentos urbanos, é necessário compreender que a participação da família Silva Prado na vida política do país foi grande, especialmente na vida política paulista (BRITO, 2000, p. 87). O Conselheiro Antônio da Silva Prado foi o primeiro prefeito de São Paulo, cargo que exerceu de 1899 a 1910. Ao assumir a Prefeitura, o Conselheiro retornava à vida pública após ficar afastado formalmente da política por nove anos, com o advento da República. Ao fim do triênio 1895-1898, São Paulo optou por uma divisão de poderes semelhante ao das esferas estadual e federal: uma câmara legislativa e um executivo titular único. Acabando com as intendências, a figura do prefeito municipal foi criada, ficando a frente de uma estrutura administrativa independente, sendo escolhido dentre os vereadores pelo Presidente da Câmara (CAMPOS, 2002, p.77). Na ocasião da escolha de Antônio Prado para prefeito, o presidente da Câmara era Antônio Proost Rodovalho (CAMPOS, 2002, p.79), que, como vimos pelos dados da pesquisa de Brito, foi um dos principais acionistas de empreendimentos das “atividades urbanizadoras” dado que só reforça a estreita relação entre

o poder público e os empresários dos negócios de construção da cidade no período. Antônio Prado, assim como seu avô, tinha tido prestígio na política Imperial, assumindo cargos, como o de senador, conselheiro e mesmo ministro de gabinetes. Foi também um dos principais articuladores da política imigrantista europeia subvencionada pelo Império, juntamente com seu pai, Matinho Prado. Como antigo monarquista, tinha sido adversário e desafeto público de muitas lideranças do Partido Republicano Paulista (PRP), mas contava com uma imagem de homem público isento e íntegro junto aos setores dominantes da opinião pública (CAMPOS, 2002, p.78). O fato de Antônio Prado ter conseguido se reposicionar na vida política paulistana durante a primeira República está calcado no lugar singular que este possuía na economia da cidade:

Antônio Prado protagonizava o que seria conhecido como “complexo cafeeiro-exportador”: grande fazendeiro de café, era presidente da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, sócio da maior casa comissária e exportadora nacional, a Prado & Chaves, e presidente do Banco de Comércio e Indústria de São Paulo. Dominava, portanto, as fases de financiamento, produção, transporte, comercialização e exportação do café. (CAMPOS, 2002, p.78)

Durante todo o período de sua gestão no município, o Conselheiro foi morador da Barra Funda, com sua família, mantendo diversos negócios na região. Um dos grandes melhoramentos urbanos com que a Barra Funda contou foi a implantação dos bondes elétricos, resultado de um contrato firmado entre a Prefeitura e a Light (CANUTTI, 2008, p. 43). O contrato previa que a Light teria o monopólio nos investimentos, na exploração dos serviços de bondes elétricos (em algumas linhas) e no fornecimento de energia elétrica. Em 1899, foram concedidas para exploração da Light as linhas de bonde elétrico da avenida Paulista, da Liberdade, do Bom Retiro, da Penha de França e da Barra Funda (CANUTTI, 2008, p. 44).

Apesar de contar com menos recursos, Antônio Prado buscava não ficar atrás das remodelações urbanísticas que estavam em marcha na Capital Federal, e uma das suas principais e mais marcantes iniciativas na gestão da remodelação da cidade ao longo de toda primeira República foi alçar Vitor Freire, engenheiro, ao cargo de presidente da Diretoria de Obras – onde permaneceu por 27 anos ininterruptos, atravessando 9 mandatos e 5 prefeitos (CAMPOS, 2002, p.81). O orçamento da Prefeitura para as empreitadas de remodelação urbana eram de cerca de mil contos anuais – enquanto a Capital Federal gastava no projeto de remodelação da cidade cerca de 46 mil contos só para a abertura da avenida central

(CAMPOS, 2002, p.82). Por isso, Freire e Prado optaram por intervenções mais pontuais, mas que ao mesmo tempo tinham um alcance maior, desenhando uma estratégia de intervenção no desenvolvimento da cidade que se centrava na transformação do núcleo histórico da cidade. Medidas foram tomadas para que o espaço estivesse visualmente controlado, principalmente através do estabelecimento de padrões arquitetônicos. Para isso, foi feita uma lei que isentava de impostos quem construísse imóveis com mais de dois pavimentos e com fachadas alinhadas previamente aprovadas pela Prefeitura na região do Triângulo (CAMPOS, 2002, p.97). Também promoveram a demolição de dois quarteirões na região da Sé que eram ocupados por casinhas, cortiços e pontos de prostituição vistos como indesejáveis para o projeto de Prado e Freire (CAMPOS, 2002, p.84). O sentido das intervenções urbanísticas da gestão de Antônio Prado, em relação ao núcleo central, foi de transformá-lo: “além de funcionar como centro comercial e de serviços, deveria se tornar local de informação e decisão, espaço central dominante do quadro agroexportador.” (CAMPOS, 2002, p.97).

Mesmo enfrentando limitações financeiras, Prado e Freire avançaram com projetos de cunho paisagístico para além do núcleo central, remodelação do Jardim da Luz, urbanização e arborização da avenida Tiradentes, ajardinamento da praça da República (1902 a 1905), novo arranjo do largo do Arouche, acerto das margens do Tamanduateí, na Várzea do Carmo, com plantio de grama e árvores, implementação de amplo jardim francês no Museu Paulista (1907 a 1909). Além disso, tiveram como grande marco a construção do Theatro Municipal, entre 1903 e 1911, que foi erguido em terreno que pertencia a Von Bulow – com quem a família Prado tinha relações comerciais por fornecer garrafas de vidro para a sua fábrica de bebidas (CAMPOS, 2002, P.82-83 e P.85). A demolição da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos para a construção do Largo do Rosário, entre 1903 e 1906, foi mais uma das medidas da gestão de Antônio Prado que apontavam para a expansão da cidade para oeste. Ao mesmo tempo que livrava o centro de um local de reunião de sociabilidades negras em uma área tão valorizada da cidade, Antônio Prado criou esse largo que assumiu “o papel de coração da vida social e empresarial de São Paulo” (CAMPOS, 2002, p.83). A própria Quinze de Novembro havia sido alargada em 1901. As medidas urbanizadoras em direção a oeste continuaram: no eixo entre o Largo do Rosário e o Paissandú, o córrego Anhangabaú foi coberto, a ponte que existia desde 1820 foi destruída, melhorando as condições da rua São João que cumpria um papel importante de ligação do núcleo central com a parte oeste da cidade (CAMPOS, 2002, p.84).

Se tocamos nesse ponto é porque os deslocamentos das elites pela cidade em busca de uma espacialidade mais vantajosa constituíram um fator de grande influência na configuração desse espaço urbano, mais central do que a própria localização das indústrias, como esclarece Villaça:

Como as áreas industriais são elementos cuja localização é determinada por forças externas aos espaços metropolitanos, a segregação espacial das camadas de alta renda surge como o elemento interno mais poderoso no jogo de forças que determina a estruturação do espaço intra-urbano de nossas metrópoles. (VILLAÇA, 2001, p. 12-13).

Nesse ponto reside uma particularidade do bairro da Barra Funda: se é importante entender como as elites se deslocaram, é igualmente importante entender por que certas regiões foram preteridas nesse deslocamento, como se deram essas disputas internas entre os atores implicados no fazer da cidade e, especialmente, como a população viveu no cotidiano o reflexo dessas disputas. Apesar dessa movimentação, o vetor oeste foi preterido. Não só os movimentos macro, mas a própria resistência local das populações a mudar suas práticas cotidianas, o seu cuidado em dar continuidade aos espaços de suas sociabilidades, parece ter impactado o desenhar dos vetores de expansão das elites – fator que exploraremos mais a fundo no segundo capítulo. A Barra Funda é um retrato tanto da disputa pelo vetor de expansão das elites quanto de um imaginário fabril e operário que se criou posteriormente. O bairro foi construído por uma multiplicidade de distintos atores sociais. Foi construído em choque com todos os projetos, investimentos e imaginários dos senhores da cidade, fossem eles do poder público ou do empresariado, ou de ambos, como costumava ser a regra.

Nesse sentido, se pudemos traçar paralelos da ocupação popular da Barra Funda com outros espaços de ocupação popular da cidade, também o podemos fazer com espaços que ficaram consolidados no imaginário como bairros de elite. Sem dúvida, a relação da Barra Funda com Campos Elíseos é fundamental para entender os processos que buscamos esmiuçar nesse estudo, especialmente em relação a esse recorte temporal. Paulo Garcez Marins realizou uma importante pesquisa que traz problemáticas fundamentais para discutir esses eixos de análise. Num cruzamento entre distintas fontes, como mapas, anúncios e matérias de jornais e relatos de viajantes, Marins buscou as representações “que são parte fundamental dos discursos que formularam o bairro como espaço imaginário da modernidade, da especialização urbana e do protagonismo transformador dos estrangeiros” (MARINS, 2001,

p.212). Para traçar a linha entre o imaginário e o concreto, Marins se debruçou sobre o desenvolvimento urbano dessa área da cidade.

Assim como a Barra Funda, o bairro dos Campos Eliseos teve sua origem em uma chácara, que foi loteada em 1878, dando início a ação de importantes figuras como agentes das atividades urbanizadoras na capital: Glette e Nothmann (MARINS, 2011, p.211). O novo bairro, arruado geometricamente, compreendia inicialmente os territórios limitados pela rua dos Bambus (atual avenida Rio Branco), a alameda Triunfo (atual Cleveland), a rua Duque de Caxias, tendo o leito das ferrovias ao fundo. A área na porção acima da rua dos bambus, em que estão inseridas a rua dos Guianazes, Conselheiro Nébia e a Alameda Barão de Limeira, foi arruada posteriormente, mas usufruiu do nome do loteamento de Glette e Nothmann. O empreendimento foi um grande sucesso financeiro: em abril de 1878, o lote vendido ao Major Diogo Antônio de Barros custou 12:000\$000 de réis, equivalente ao que os loteadores haviam pago pela gleba inteira (MARINS, 2011, p.217). O elevado valor do lote adquirido pelo Major expressa o modelo de loteamento que Glette, especialmente, propagandeou: os lotes eram vendidos visando apenas a possibilidade de construções de palacetes com recuo ajardinados. Para isso, os projetos tinham de ser aprovados por Glette (MARINS, 2011, p.214).

A tentativa de Glette de promover conscientemente um espaço urbano destinado às elites não se concretizou inteiramente na prática, mas permitiu que esse imaginário sobre o bairro perpassasse décadas. O Campos Elíseos ficou marcado pela busca de seus empreendedores em criar um bairro referência para uma nova ordem urbana, que atraísse não somente a elite que ainda habitava as ruas centrais da cidade, mas também os cafeicultores que passaram a manter sua residência principal na capital, pela facilidade que a ferrovia promovia para os deslocamentos às fazendas (MARINS, 2011, p.213). Esse bairro foi mais um entre os empreendimentos que apostaram no vetor de expansão das elites à oeste, ou seja, não inaugurava esse padrão de deslocamento, seguindo apenas a tendência que já estava dada com o avanço para além do ribeirão Anhangabaú - inclusive com os loteamentos das chácaras do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar e de Antonio Paes de Barros, que ficavam no limite entre a Luz e a porção mais ocidental do bairro de Santa Ifigênia (MARINS, 2011, p.214). O empreendimento também não inovou em termos de sua composição de arruamento dentro do mercado de terras urbanas paulistanas do período:

Se os Campos Elíseos não tiveram a primazia do deslocamento das elites, tampouco foram o primeiro arruamento retilíneo de grandes proporções na cidade de São Paulo, o que coube à chamada Cidade Nova. [...] composta pela grelha de ruas em torno do eixo da rua de Santa Ifigênia, e pela grelha ao sul da rua São João, loteada pelo Barão de Itapetininga. Ambas também resultaram de retalhamento de chácaras, mas foram ocupadas em quase absoluta totalidade por casas alinhadas no lote, modestas [...] com raras residências providas de jardins frontais e recuos laterais. (MARINS, 2011, p.215)

O caso do loteamento Cidade Nova já aponta que os investimentos em loteamentos nesse período em São Paulo não estavam apenas projetados para o mercado de elite, mas buscavam abarcar também um setor médio, e até mesmo popular, que crescia significativamente com o *boom* demográfico da cidade. Para atingir as altas taxas de lucro desse negócio, os empreendedores estavam não apenas lidando com o seu projeto de cidade para sua classe social, mas tendo que se adaptar a outras demandas de mercado que se fortaleceram pela própria dinâmica da economia em torno das *atividades urbanizadoras*. Como apontam muitos estudos (MELLO, 1985; ANDRADE, 1991; MARINS, 2011), após a quebra do Banco Mauá houve uma inversão dos investimentos, direcionado principalmente, no caso de São Paulo, para os bens imóveis. Nothmann se consolidou como um dos principais agentes do mercado das atividades urbanizadoras desse período justamente por saber se desdobrar nesse contexto imbricado e aparentemente contraditório da urbanização paulista. Em 1886, após a morte de Glette, Nothmann assumiu a comercialização dos lotes dos Campos Elíseos (MARINS, 2011, p.216). Paralelamente, lançava um novo empreendimento, dessa vez com Buchard, aquele que viria a ser conhecido como Higienópolis e tinha uma relação fundamental com o deslocamento do vetor de expansão das elites.

Todo esse contexto explica o desenvolvimento concreto do loteamento em questão, para além dos planos e projeções propagandísticas elaboradas por Glette:

O exame das primeiras plantas sinalizadores das quadras e lotes que representam os Campos Elíseos aponta que a construção de edificações foi, no entanto, mais lenta que o sucesso de comercialização dos lotes. As mesmas plantas indicam também que as construções erguidas, em grande parte, não seguiram a intenção de uniformizar o afastamento em relação ao alinhamento, descaracterizando a intenção inicial de Glette. [...] São representados poucos palacetes isolados nos lotes [...] há também, contraditoriamente a essa expectativa elitizante, numerosas residências geminadas, especialmente no prolongamento do bairro para além da rua dos Bambus (MARINS, 2011, p.218).

Por ser uma prática comum a época, Marins estima que essas casas geminadas serviam como casas de aluguel para setores médios da população (MARINS, 2011, p.220), o que nos sugere duas coisas: primeiro, que o Campos Elíseos teve, no seu cotidiano concreto, uma ocupação mista, e segundo, que os investidores que compraram os lotes não tinham só a pretensão de construir moradias para si, mas tinham aquilo como um investimento em si. É o que evidencia também a citação acima, que trata do descompasso da venda dos lotes e da sua ocupação real. Esse cenário não foi uma exceção, mas se tratava da própria regra do desenvolvimento da urbanização paulistana, como vimos nos apontamentos de Grostein. Nesse sentido, permitir a compra dos lotes sem a perspectiva de construção abriu um enorme mercado para o empreendimento de Glette e Nothmann, mas também trouxe problemas no desdobramento do tipo de imagem pública que esses homens queriam para seu loteamento. É provável que Glette e Nothmann tivessem entendimentos diferentes sobre as dinâmicas do mercado das *atividades urbanizadoras*, o que obviamente, aliado a outros fatores também influenciou o desenvolvimento de seu loteamento. É possível entender “os padrões flexíveis do loteamento de Glette e Nothmann como favorecedores dos desdobramentos que o bairro viria a vivenciar ao longo do século XX.” (MARINS, 2011, p.239-240). Esse cenário também se apresenta na estratificação interna do próprio loteamento, com uma concentração da maior parte das residências em lotes amplos isolados na quadra entre as ruas do Bambu e dos Guaianazes, contrastando com edificações de distintos perfis, na sua edificação e que por certo repercutia na sua ocupação, nas quadras que estavam mais próximas às linhas férreas (MARINS, 2011, p.221).

O fato do Campos Elíseos não ter conseguido se consolidar efetivamente como um espaço urbano segregado para as elites, não quer dizer que o loteamento não tivesse em parte cumprido com as aspirações de seus empreendedores. Em álbuns ilustrados da cidade, era apresentado como reduto de bom gosto, sempre sendo apontado como um dos bairros notáveis da cidade (MARINS, 2011, p.224). No ano de 1900, um levantamento colocava o bairro como o local de maior concentração de grandes fortunas da cidade (MARINS, 2011, p.226), apesar de naquele momento já sofrer forte concorrência de Higienópolis e da avenida Paulista como locais de habitação das elites. Ou seja, mesmo com novos movimentos dos vetores de expansão das elites, o Campos Elíseos conseguiu se manter por mais a tempo como um espaço de moradia das elites, o que nos diz bastante sobre como estavam configurados os setores da classe dominante paulista naquele momento. De certa forma, o segmento que se

mantinha ligado ao Campos Elíseos estava muito mais próximo de uma “classe de lazer, algo próximo ao ócio que se atribuía ao comportamento da aristocracia face à burguesia operosa” (MARINS, 2011, p.237). Seriam os setores mais tradicionais da classe dominante paulistana, das importantes famílias paulistas, que remontavam aos fins do século XVIII. Entretanto, estes setores das classes dominantes sofreram muito com as consecutivas crises do café, que levou a ruína muitas dessas famílias. Esse foi um dos fatores que influenciaram o vetor de expansão das elites: quando simbolicamente o Campos Elíseos foi perdendo seu posto, não só para novos bairros mas sobretudo pelo reposicionamento do vetor de expansão, que guinou para sudoeste, parte da população não pôde seguir o vetor. Como vimos, esse movimento não foi linear e mesmo a migração dos moradores do Triângulo para outras áreas também foi um processo paulatino, que nem sempre tem a ver com a migração efetiva das classes dominantes, mas também se relaciona com o nascimento de outros setores dentro dela. Assim, o Campos Elíseos viveu um cenário de aprofundamento das relações sociais mistas que sempre o marcaram:

Mas a ideia de que as elites partiram em massa [do Campos Elíseos] é uma evocação de prosperidade continua que não encontra respaldo na trajetória na maior parte das famílias ali instaladas. Os que restaram iriam paulatinamente enfrentar o encortiçamento de palacetes vizinhos, a progressiva fragmentação de lotes em unidades e habitações menores e o aumento do hibridismo de atividades para além da habitação. (MARINS, 2011, p.231)

Muitos são os motivos que podem ser levantados para o enfraquecimento do bairro do Campos Elíseos como um espaço de habitação para as elites: como já colocado, as sucessivas crises da cafeicultura solaparam muitas das fortunas de famílias que tinham o bairro como morada, seguindo-se uma crise do seu perfil elitizado, com os palacetes se tornando obsoletos frente a necessidades mais “modernas”, agravando-se com as partilhas entre herdeiros numerosos, que muitas vezes não tinham condições de manter construções amplas e caras no quesito manutenção (MARINS, 2011, p.230). A região não contava ainda com uma grande avenida que articulasse o movimento do próprio bairro, o que já a diferenciava marcadamente de Higienópolis. Mas nos parece que, assim como no caso da Barra Funda, o que levou a direção oeste a ser preterida no deslocamento das elites foi um fator mais estruturante.

A expansão à oeste não se concretizou como um espaço de habitação exclusiva para as elites, mas há que se pensar se essa era efetivamente a intenção de quem foi ocupando esses

loteamentos, a despeito das intenções de seus loteadores. Enquanto a Barra Funda e o Campos Elíseos prolongaram a ocupação mista, de classes e de edificações, Higienópolis e a Avenida Paulista conseguiram de forma mais consistente consolidar a especialização do espaço urbano em São Paulo. Assim, os bairros da expansão à oeste estavam muito mais de acordo com a tendência de ocupação da cidade já expressa em seu pequeno núcleo central, que permitia uma grande mistura social, com as famílias de distinção tendo como vizinhos trabalhadores, pobres, prostitutas. Já os bairros da expansão à sudoeste buscavam de maneira mais agressiva a segmentação e especialização do espaço. Essa mudança no vetor de expansão das elites também busca firmar novos setores das classes dominantes paulistas como imagem pública da “Paulicéia moderna”: muitas famílias ficaram para trás nesse deslocamento, algumas por escolha própria, outras porque viram suas “fortunas sucumbirem e não podiam mais migrar constantemente para a nova fronteira rica urbana” (MARINS, 2011, p.235). Campos Elíseos e o loteamento do Conselheiro, que ocupava parte da Barra Funda, assim como o próprio vetor de expansão das elites para oeste, foram vencidos por Higienópolis e a avenida Paulista, que disputavam esse posto desde o começo do século XX, e que efetivamente possuíam especialização social muito mais efetiva, de acordo com o modelo parisiense, tratando-se de áreas socialmente mais homogêneas (MARINS, 2011, p.226 e p.230). Além disso, não por acaso, estavam também num nível topográfico mais alto que as outras regiões. Podemos ver que fica claro que não houve um movimento uniforme da elite migrando pelo espaço urbano, pois o que estava em disputa não era somente qual lugar da cidade sairia como vencedor nessa disputa para ser o espaço das elites, mas sim que havia uma fratura interna na própria representação buscada das classes dominantes: enquanto as elites tradicionais de São Paulo preservavam a cidade tal como sempre viveram nela, na mistura, já que a sua distinção em relação aos demais se dava de outra forma, pelo simples fato da distinção, seja pelo sangue ou pelo título, a nova elite não podia sustentar esses predicados, e tinha de usar de outras estratégias para se diferenciar do povo. Por isso, o lugar de morar, separado, especializado, era tão importante para essa nova elite – não por acaso, a primeira região da cidade que consegue uma especialização espacial plena é a Avenida Paulista, região de habitação majoritariamente de famílias imigradas em um período mais recente, sem laços com as nobrezas europeias ou com as elites coloniais locais, ou seja, não dispunham das prerrogativas de distinção do antigo regime lusitano.

Um último paralelo interessante a fazer entre a Barra Funda e o Campos Elíseos é que ambos os bairros viveram processos similares na criação do imaginário de sua ocupação, porém de maneira inversa: enquanto o Campos Elíseos foi um bairro misto, como local de habitação das elites, de setores médios, e mesmo populares, inclusive com a presença de indústrias, a sua memória o associou somente às grandes fortunas do café (MARINS, 2011, p.230). Já no caso da Barra Funda, embora a composição social da ocupação tenha sido a mesma do Campos Elíseos, houve uma presença menor das classes dominantes, de modo que ficou para a posteridade a memória cristalizada de um bairro operário, somente. Marins esmiuçou muito bem o processo de construção social do imaginário sobre um bairro:

O Campos Elíseos teve sua memória cristalizada como local exclusivo, essencialmente residencial, vinculado a aristocracia do café. Metáfora e suposta evidência da ambição disciplinadora que deveria marcar a trajetória moderna e cosmopolita da metrópole paulista desde sua refundação, na década de 1870, o loteamento de Glette e Nothmann, privado recorrentemente de sua complexidade, foi e é vivido não somente como espaço concreto, pleno de contradições, mas também como ideia, como representação simultânea das elites apartadas e da força transformadora dos estrangeiros na capital paulista. (MARINS, 2011, p.240)

Foram delineados aqui três eixos de estudos inseridos nas experiências da urbanização do bairro da Barra Funda, que não deixou de ser um reflexo do que ocorreu na cidade como um todo – como vimos nas relações com as urbanizações dos bairros além Tamanduateí e com o Campos Elíseos. O primeiro deles diz respeito às apostas e investimentos no mercado de terras, e, de certa maneira, ao mercado imobiliário em geral. O segundo foram as disputas dentro da própria elite para determinar a lógica da expansão da cidade, especialmente em relação ao seu vetor de expansão. Esse eixo partiu de uma lógica capitalista que visava o lucro, mas teve um espelhamento importante na memória da cidade, que foi a questão de sua própria representação. Esse foi justamente o terceiro eixo, que criou um imaginário da urbanização, que se perpetuou até hoje.

Com todos esses elementos, é possível entender o processo de transformação urbana que a cidade viveu: um processo que não foi linear e muito menos fruto de problemas de gestão, ou ainda da incapacidade de lidar com uma demanda de crescimento populacional grande. O caso do bairro da Barra Funda aponta para certos grupos de influência, que impulsionaram a expansão e ordenação urbana de São Paulo a partir de interesses específicos, e que permearam a implementação tanto de serviços públicos como privados. Vemos que o

ramo de negócios relacionado à expansão da cidade estabeleceu prósperos empreendimentos no período, articulando empresas e poder público, que, em geral, estiveram sob a influência de um número restrito de famílias.

A Barra Funda, portanto, está historicamente inserida em um contexto que determinou as formas de expansão e ordenação da cidade a partir do final do século XIX: política imigrantista subsidiada, expansão geográfica, doação e concessão de terras, loteamentos, construção de moradias, disputas pelo vetor de expansão das elites, implementação de serviços públicos e privados e ligação com o centro urbano de São Paulo.

Capítulo II – Fazer a cidade com o lucro: bairros mistos e o mercado de aluguéis

A forma de uma cidade pode mudar
mais depressa que o coração dos homens
BERNARD LEPETIT

Em 1892, Victorino de Faria Guimarães¹⁸ enviou planta ao Serviço de Obras da Prefeitura solicitando licença para proceder a repartição de seu imóvel – que não seria mais apenas local de moradia, mas também abrigaria um armazém, na parte da frente. Com a nova divisão, proposta pela planta, a casa permaneceria com um quintal, ao fundo, seguida por sala de jantar e quarto, lado a lado, seguida a frente pelo “Quarto da Família”, que contava com uma “janelinha para olhar no Armazém”; o cômodo da frente era reservado inteiramente para o armazém, que contava com duas portas: uma para a rua Barra Funda, e a outra para a rua Brigadeiro Galvão¹⁹. A residência tinha sua porta oficial na rua Brigadeiro Galvão, por um corredor que corria ao lado do cômodo do armazém e dava acesso independente ao “Quarto da Família” e a sala de jantar – o segundo quarto só podia ser acessado através da sala de jantar. Os dois quartos dispunham de janelas voltadas para a rua Barra Funda, enquanto a sala de jantar não tinha janela, mas tinha uma porta de vidro que dava acesso ao quintal. O desenho da planta foi feito em 7 de outubro daquele ano, e encaminhado a Prefeitura. A poucos metros dali, ocorria a construção do palacete do Conselheiro Antônio da Silva Prado. O palacete ficou pronto no ano seguinte, 1893, e perseguia as principais características das habitações que as famílias tradicionais de São Paulo estavam construindo naquele momento, mas com suas peculiaridades: o palacete era recuado no lote e com ampla área ajardinada, destina apenas a moradia da família do Conselheiro, mas, mostrando que os modelos de inserção e ocupação da cidade não foram exclusivamente franceses, tinha na sua construção um exemplo da inspiração na arquitetura italiana. Já a casa de Victorino era alinhada no lote, tendo dimensões de 6,5x15m, e no mesmo corpo cumpria a dupla função comercial e residencial, com uma grande ligação entre as duas, já que o “quarto de família” abria uma

¹⁸ Ofício com pedido de Victorino de Faria Guimarães. Encadernado 1A. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

¹⁹ Houve algum problema nesse pedido, já que essas ruas são paralelas e não se cruzam em nenhum dos mapas consultados, mesmo o do período correspondente.

janela para o armazém – mesmo o cotidiano da moradia, em seu espaço mais coletivo, era invadida pela dupla função daquela casa.

Croqui anexado ao ofício com pedido de Victorino de Faria Guimarães. Encadernado 1A. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

Mais de uma década depois, quando o Conselheiro já era prefeito de São Paulo, mais um vizinho de bairro pedia autorização à Secretaria de Obras para realizar modificações em sua propriedade: dessa vez o pedido era de Cyro Falsoni²⁰, que pretendia construir uma cocheira. O pedido foi remetido a Prefeitura em 28 de março de 1905, com planta anexa, que descriminava com detalhes não só a futuro cocheira, mas sim a propriedade como um todo, que estava localizada na rua Lopes Chaves nº 35. Nesse endereço, havia entrada para dois imóveis diferentes e bem separados: a esquerda, havia uma casa constituída por cinco cômodos, iniciando por um grande que abrigava um armazém, por ali se podia ter acesso aos outros cômodos. Todos eles estavam em sequência: sala, que tinha dupla saída, uma para um corredor externo e outro interno, o interno dava acesso para a alcova e a varanda, e da varanda havia uma porta para a cozinha. O armazém tinha duas portas ao seu fundo: uma que dava acesso direto a sala, como já visto, e outra que dava acesso a um corredor descoberto, que tinha portas diretas para a sala, a varanda e a cozinha, além de ser o único acesso a latrina, localizada ao fundo do terreno, alinhada com a construção, mas bem distante da cozinha, em uma grande área que era o quintal desta residência. O corredor interno era delimitado por um muro à direita, que percorria toda a casa e finalizava na altura da latrina. Do outro lado do muro havia outro corredor interno, que fazia parte da segunda residência, para onde estavam voltadas quase todas as suas janelas. Na mesma disposição de “corredor”²¹, a casa possuía seis cômodos, na ordem: sala, que tinha janela voltada para a rua, mas que só podia ser acessada por um pequeno corredor interno, ainda mais a direita, seguida pela alcova, que possuía uma janela voltada para o pequeno corredor externo a direita, que por sua vez dava acesso a varanda, que também podia ser acessada pelo pequeno corredor interno, e que tinha uma janela voltada para o grande corredor externo a esquerda. A varanda era o maior cômodo da casa, que a partir daí diminuía consideravelmente de tamanho – o que podia ser sentido nas duas portas ao fundo da varanda: uma dava acesso para um quarto, que tinha uma janela voltada para o grande corredor externo, e uma porta aos fundos que dava acesso a cozinha. A cozinha tinha também uma janela para o grande corredor e uma porta que dava acesso ao quintal dos fundos. A outra porta da varanda dava acesso a dispensa, que por sua vez também

²⁰ Ofício com pedido de Cyro Falsoni. Encadernado 415. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

²¹ Segundo Gennari: “A solução da “casa-corredor” era muito comum para as edificações voltadas para as ruas de grande circulação e em alguns casos para as voltadas para passagens ou ruas particulares. [...] A porta de entrada para as residências, aos poucos, deixa de abrir diretamente para a rua. Elas passam a dar para um corredor interno de circulação, sem acesso direto a área íntima, para as laterais do corpo da casa mais afastadas do alinhamento, quando as casas estavam voltadas para a via pública.” (GENNARI, 2005, p.287-288)

tinha uma porta que dava acesso ao quintal. A latrina ficava nesse quintal, mas de maneira bem mais próxima da casa que a casa vizinha. Bem próximo a latrina estava o muro ao fundo, que fazia divisa com o quintal da outra casa: Falsoni pretendia construir a cocheira justamente contra esse muro, no lado do quintal da casa que possuía o armazém. Essa propriedade de Cyro Falsoni aparece em outro momento da nossa documentação, no auto-crime mencionado no início do primeiro capítulo: quando o carroceiro João Claudio²² consegue sair da cadeia e responder em liberdade por estar sendo acusado de agredir cabos da guarda-civil só o faz porque dois senhores o afiançaram:

Requerimento

Aos quatro de novembro de mil novecentos e nove, no Posto policial de Santa Ephigenia, presente o doutor Ascanio de Cerqueira, Terceiro Delegado de Policia, commigo escrivão ao final nomeado compareceu o accusado João Claudio e por elle foi dito que achando-se preso por crime affiançavel e desejando livrar-se solto, requeria lhe fosse permittido prestar fiança provisória para o que apresentava para fiadores os senhores Ciro Fasoni e João Namur. Pela auctoridade foi deferido o presente requerimento arbitrando a fiança em dusetos mil réis[...]

A liberdade de João foi alcançada no mesmo dia, o termo de fiança diz que às 10h da manhã compareceram ao posto policial os senhores responsáveis pela fiança: Ciro Falsoni, proprietário na rua Lopes Chaves nº33 e João Namur, negociante a rua da Barra Funda nº120, sendo eles “pessoas reconhecidas pela auctoridade como abonadas”, e que estes declaravam estarem responsáveis pelo comparecimento de João Claudio durante o processo no tempo da fiança “sob a responsabilidade do valor já arbitrado”.

Nos quatro anos que separam o pedido de reforma de Fasoni e o processo de João Claudio no qual este foi fiador, pode ser que sua a propriedade tenha sido desmembrada na numeração, já que já se tratavam realmente de duas casas distintas e com entradas independentes, ou que a numeração tenha mudado – algo bastante comum nesse período²³. O fato é que as propriedades de Fasoni não eram luxuosas: duas casas, alinhadas no lote, uma maior, mas com função mista residencial e comercial, a outra menor, mas puramente residencial. Não há como ter indícios, como já expomos, que Fasoni efetivamente habitava uma das duas casas do seu terreno, mas fica claro, pelo afiançamento de João Cláudio, que

²² A Justiça contra João Cláudio, 1909. Processo número 058J0244 - 0032 – 2, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

²³ No mesmo sub-fundo Diretoria de Obras e Viação Particulares do AHMSP, há a série Emplacamentos, onde é possível ver a sistemática mudança nas numerações dos edificios naquele período.

tinha sim uma ligação com o bairro, a ponto de desenvolver uma relação com um outro morador da região nesse nível de confiança. Em todo caso, Fasoni e Namur, apesar de serem descritos pela autoridade policial como “abonados”, aparentemente não precisavam estar no mesmo nível social que os mais ricos habitantes do bairro para poderem arcar com uma fiança: é só notar que Namur é definido como negociante, e não como proprietário, na rua Barra Funda. Mas é evidente a distância social desses dois senhores em relação a João, um carroceiro negro trabalhador da estação de trem. Estariam mais próximos de Victorino, o proprietário que pedia para fazer uma repartição da sua residência para acrescentar um armazém a frente. No extremo oposto de João Claudio, entre seus vizinhos de bairro, estava justamente o Conselheiro Antônio Prado.

O palacete de Antônio Prado foi construído na Alameda Antônio Prado²⁴, que tinha esse nome em homenagem ao avô do Conselheiro. Em terreno localizado na mesma Alameda, em 26 de janeiro de 1894, quando o Conselheiro já era morador do bairro, J.E. Dornergue pede licença para edificar “uma casa de moradia e officina de carpintaria com cercos no alinhamento”²⁵. O pedido reintera que vai seguir todas as normas em vigor e que não ultrapassará do prazo de três meses para concluir as obras. O pedido foi aprovado, com a necessidade do pagamento de imposto de 25\$000, para que fosse procedido o alinhamento, que ficou assim: “Frente 10 para muro dando para Alameda Antonio Prado. Alinhado pelo prédio de Antonio Folin. Decidi pela direita com Antonio Folin e pela esquerda com Cesario Ramalho”. Pela localização do terreno, fica claro que este estava compreendido dentro do loteamento Chácara do Carvalho. Apesar de ser uma construção com algumas premissas inicialmente aventadas pelo loteamento²⁶, fica claro que o estabelecimento de uma oficina, na mesma edificação da moradia, não era o projeto de bairro pretendido pelo Conselheiro. Quem fez o pedido de construção não foi o proprietário, que ignoramos pela documentação quem seja, mas sim o responsável pela obra, que estava estabelecido na Rua dos Gusmão nº91. Não sabemos se o proprietário do terreno pretendia ele mesmo se estabelecer ali, ou se pretendia alugar o imóvel. A simples presença de carpintaria, na mesma Alameda do palacete do Conselheiro, nos apresenta uma determinada dinâmica da Barra Funda: uma oficina não tem só o seu proprietário, que é muitas vezes mestre, mas também tem seus empregados e

²⁴ Atualmente, renomeada alameda Eduardo Prado.

²⁵ Ofício com pedido de J.E. Dornergue. Encadernado 57. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

²⁶ Aparentemente, a construção é recuada no lote, pela descrição encontrada na documentação, mas infelizmente não é possível confirmar essa impressão porque a planta anexa não foi preservada.

aprendizes, e isso criava necessariamente um fluxo de trabalhadores nessa área. Não faltam indícios dessa ocupação mista da Barra Funda em nossos processos.

O cotidiano da ocupação mista da Barra Funda

Como vimos pelo auto crime aberto contra João Claudio, a ocupação mista da Barra Funda atendia alguma segregação intra-bairro, mas isso não de maneira total. Também não parece correto entender essa tentativa de auto-segregação no interior do bairro como um impedimento para que ocorresse certa convivência entre os distintos setores sociais que o habitavam. Se João não habitava a mesma parte do bairro que os senhores que o afiançaram, a relação que tinham, que não parece ser de vínculo empregatício já que João trabalhava como carroceiro na estação de trem, era desenvolvida o bastante para criar um laço que permitisse esse tipo de interação entre pessoas de segmentos sociais obviamente distintos. No decorrer de nossos processos, encontramos não só esses casos de relação dentro do bairro, mas também setores distintos habitando a mesma rua, como é o caso do Conselheiro e da carpintaria, mas também de carroceiros e negociantes que residem no mesmo endereço²⁷, a rua Brigadeiro Galvão. O cruzamento dos autos crime com a documentação das Obras Particulares nos permite chegar um pouco mais próximo do cotidiano real de interação do bairro, mas não suprem todas as lacunas: abundam as informações sobre os setores médios e pobres nos autos crime, já que suas questões são tratados com tom policialesco pela ordem; já nas Obras Particulares, há uma invisibilidade dos setores mais pobres, que não tinham em geral suas habitações nos padrões mínimos exigidos e acabam praticamente inexistindo nesse documentação. Retomaremos esse ponto mais a frente, mas parece fundamental ter isso em mente para matizar as sociabilidades expressas nessa documentação.

Uma residência que nos parece dar um panorama sobre as relações mistas na Barra Funda é a de Francisco José de Souza. Em 1909 ele morava na Rua Lopes de Oliveira, no número 68, – uma rua um tanto prestigiada, onde residia o Juiz de Paz da região²⁸ – e na tarde de 21 de maio, por volta das 16h, teve sua casa invadida por João Marques Caldeira e Manoel Francisco de Barros, que passaram a remexer os cômodos da casa em busca de dinheiro e

²⁷ Francisco José de Souza contra João Marques Caldeira e Manoel Francisco de Barros, 1909. Processo número 010D0954 - 0048 – 4, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

²⁸ A Justiça contra Gregório Martins, 1912. Processo número 1000162042 – 5, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

objetos de valor. Francisco buscou a polícia para oferecer queixa da ação de Caldeira e Manoel, e assim relatou o ocorrido:

[que] estava no interior de sua casa com outras pessoas, entre os quais Joaquim Duarte, empregado de Doutor Pedro Pinto Pontual, que, em nome deste, pedia troco para uma quantia, e no processo de trocar o dinheiro, ele foi furtado por João Marques, que depois dividiu o dinheiro com Manoel. Este por sua vez ainda invadiu o quarto de dormir do queixoso e revirou a cama em busca de novos valores. Pegaram inclusive a nota de Joaquim, que Francisco ter que restituir por não ser dinheiro seu e sim que estava sendo trocado. Por ter sido roubado, buscou a guarda pública, que conseguiu efetuar a prisão dos querelados, porém, no instante que foram abordados, mostraram aos praças um pedaço de papel que disseram ser um mandato de penhora, e que estava ali para efetuar o mandato expedido pelo Juiz de Paz da Santa Cecília, não tendo então os praças efetua a prisão por casos dessa tipo não serem de sua competência... pede a punição dos acusados pela violência.

O processo tem seis testemunhas, sendo três delas praças que participaram de tentativa de prisão de Caldeira e Manoel. A primeira delas era Jorrini Colomba, que declara como ocupação ser engomadeira. A italiana de 55 anos era casada, e morava na Rua das Palmeiras, 162, a somente alguns quarteirões em direção ao centro da casa de Francisco. Jorrini declarou que estava na casa de Francisco no momento do ocorrido para receber pela lavagem de 3 dúzias de roupa, que computavam 4 mil e quinhentos réis, e que viu quando Caldeira entrou e pegou uma quantia de dinheiro que Francisco tinha sobre a mesa – disse ainda que sabia que era costume do queixoso manter dinheiro sobre essa mesa, que se diz que este empresta a juros, que é conhecido como homem de muito dinheiro, e imagina que essa era a função daquelas notas sobre a mesa. Que, após isso, Caldeira ainda levantou um colchão e um travesseiro em busca de mais dinheiro, e que “em seguida entregou tudo ao preto que acabava de chegar na sala e disse “tudo isso é nosso””. Por fim, disse que ficou com medo da situação e foi embora, não sabendo se “o preto guardou e saiu com o dinheiro”, mas que “Caldeira não contou o dinheiro que retirou, por isso não deve saber a quantia exata, mas que viu que eram muitas notas e moedas também, e que não falaram nada nem mostraram nenhum documento”. O preto era, no caso, o oficial de justiça Manoel Francisco de Barros, de 35 anos, viúvo, brasileiro, nascido em Belém do Pará e alfabetizado.

Havia ainda outros dois homens na casa de Francisco quando do conflito que gerou a queixa. O homem citado por Francisco em seu depoimento era Joaquim Dias Duarte, um jardineiro português de 36 anos, que morava na Rua Victorino Carmilo nº83. Diz que estava na casa para trocar uma nota de 100 mil réis do seu patrão, e quando contava o troco na mesa

entraram os acusados e pegaram tanto o dinheiro que estava na mesa quanto a nota de 100 mil réis – informou posteriormente que Caldeira também pegou dinheiro de gavetas e dois pacotes de moedas. Disse que pediu para outro homem presente na sala, que disse não conhecer, ir chamar os praças, e que estes se posicionaram na saída da casa para impedir que qualquer pessoa saísse dali. Disse ainda que sabe que o queixoso era pessoa de fortuna, pois sempre ia trocar notas de altos valores ali, e que sabe que ele já foi negociante, mas não tem conhecimento do que fazia naquele momento, supondo que emprestasse dinheiro a juros. Sobre o destino do dinheiro, declarou:

Que não se fez a contagem do dinheiro na hora, que somente só de noite, por volta das sete se fez a contagem e se deu como penhorada. Quem quando entraram na casa e passaram a se apropriar do dinheiro não declaram que eram oficiais de justiça, nem que foram fazer uma penhora nem mostraram qualquer papel, só dizendo isso a hora que os soldados chegaram. [...] Que por volta das seis da noite apareceu um senhor que seria o depositário, mas que não reparou se esse recebeu qualquer quantia para guardar. [...] Que o depoente conhece o boticário da Barra Funda e foi ele que assinou o mandato de depósito dos bens.

A última pessoa que estava presente na casa naquele momento a prestar depoimento foi Antônio José Martins, 32 anos, pedreiro, português, morador na Rua Bernardino de Campos. Disse que Caldeira, na hora que se apossou do dinheiro, falou “tudo isso é meu porque estamos penhorando”. Também disse que alguns pacotes de dinheiro sumiram, mas não sabe onde foram parar, e que também conhece o boticário que assinou o recibo, que este mora na mesma rua do queixoso. Disse em favor de Caldeira que este contou sim o dinheiro antes de se retirar da casa. Três praças acompanharam o desenrolar do caso: Manoel do Nascimento, 20 anos, solteiro, praça nº14, que não permaneceu todo o tempo na casa, pois estava em serviço de ronda; Francisco Prado, 26, solteiro, Praça nº243, que declarou que os acusados estavam muito nervosos e que teve ele mesmo que proceder a contagem das notas; e, por fim, Manoel Miranda, de 23 anos, solteiro e natural de Pernambuco, Praça nº227 da 3ª companhia, que fez uma declaração mais completa sobre os fatos:

[...]disse que Caldeira declarou que ia efetuar um auto de depósito, assim o querelado Barros saiu dizendo que ia comprar papel e que demorou mais de 1 hora para retornar. Que quando este voltou, Caldeira já realizava a contagem do dinheiro que tirou de seu próprio bolso e das moedas em cima da mesa, e que perguntou a Barros pelo dinheiro que tinha dado para ele guardar, mas que não conseguiu ouvir a resposta que Barros deu. Que os querelados estavam muito nervosos quando os praças chegaram a casa e que foi necessário efetuar

a contagem diversas vezes pois os números não batiam. Que não viu a luta entre o queixoso e os querelados no início da penhora, mas soube de ouvir dizer que foi violenta. Que o queixoso se recusou a assinar o auto de penhora por dizer que estava sendo roubado. Que o depositário da penhora não fez a conferência do dinheiro.

O mandato de penhora que Caldeira e Manoel estavam cumprindo tinha sido emitido ainda em 1908, e previa a penhora de “duzentos e tantos mil réis”, segundo os acusados. Na sua defesa, disseram que como a casa tinha poucos móveis e estes não atingiam o valor da penhora, passaram a procurar réis pela casa. João Marques Caldeira, um dos oficiais acusado, era vizinho de Francisco, vivendo também na Rua Lopes de Oliveira, no nº88, endereço no qual residia a 3 anos. Por essa proximidade, Francisco descreveu Caldeira como um vizinho “embuido na prática das violências e das ladroeias”. Já Manoel vivia no Bixiga, na Rua da Abolição nº85, e ali estava nos últimos 4 anos. Os dois se diziam inocentes das acusações e que Francisco os estava caluniando – o advogado dos acusados, que acompanhou os depoimentos de todas as testemunhas, intervinha regularmente dizendo que nenhuma delas podia ser levada em consideração porque Francisco era agenciador de jogo de bicho e que todos ali estavam envolvidos com ele e “por isso mentiam”. A defesa dos acusados disse ainda que Caldeira e Barros não tinham nenhum processo contra eles, já Francisco tinha um processo com os artigos 374 e 399 combinados.

Não deixa de ser curioso que um senhor apontado por tantas testemunhas como “um homem abonado” tenha processos nesses artigos. No código penal de 1890, esses artigos correspondiam a crimes envoltos na figura do vadio²⁹: o 374 classificava como vadio quem se sustentasse de jogo; já o 399 fazia parte do capítulo XIII, intitulado “Dos vadios e capoeiras”, e condenava quem não exercesse profissão reconhecida, e aqueles que não possuíam meios de subsistência e domicílio fixo, assim como quem garantia a subsistência com ocupações proibidas ou “manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes”. Não nos deteremos sobre esse ponto da existência do jogo do bicho e suas articulações pelo bairro, mas não deixa de ser um dado importante para o que nos interessa investigar nesse momento: a diversidade de setores sociais que habitavam a Barra Funda e como esses se relacionavam. Frequentavam a casa de Francisco, numa das ruas mais valorizadas da região, pedreiros, jardineiros, engomadeiras. Ali, na mesma Lopes de Oliveira, moravam ainda o Juiz de Paz do distrito da Santa Cecília, e também o boticário da Barra Funda.

²⁹ Ver: KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Uma década após o conflito da Rua Lopes de Oliveira, encontramos outra pessoa negra, assim como o oficial de justiça Manoel, com laços com o bairro: a cozinheira Júlia das Dolres³⁰ trabalhava em uma casa na Avenida Higienópolis nº5, mas não morava no emprego, voltando para a sua casa na rua Barra Funda todos os dias. Em maio de 1918 Júlia foi parar na polícia por conta de uma briga em seu trabalho: o jardineiro da casa em que trabalhava prestou queixa contra ela no dia 20 daquele mês, alegando que a cozinheira tinha jogava água quente nele, provocando sérios ferimentos. Em seu depoimento a cozinheira foi assim classificada: Júlia das Dolres, preta, brasileira, idade ignorada, moradora na rua Barra Funda nº30 há três anos³¹, analfabeta, solteira, natural de Turvo, em Minas Gerais, e de filiação ignorada – em depoimentos futuros declarou ter 40 anos e ser filha de Generosa das Dolres, mas não saber o nome do pai. Na sua primeira declaração a polícia, que é dada só após as declarações do querelante e de três testemunhas, consta a versão da cozinheira sobre o ocorrido, quando compareceu ao posto de polícia no dia 11 de junho:

Disse que na casa em que é empregada como cozinheira existe um jardineiro de nome João Maria de Assumpção. Homem já de idade avançada e extremamente mal educado, não poucas vezes injuriava a declarante por qualquer coisa. Que em varias ocasiões, receiando perigos maiores que os costumados bate-boca entre a declarante e o jardineiro, resolveu aquela levar o caso ao conhecimento da sua patroa, D. Amalia. Respondeu-lhe a patroa que tivesse paciência e fosse aturando as rabujices do jardineiro: era um homem velho, neurasthenico e desse o devido desconto a suas impertinências.

Se na versão de Júlia, a agressão contra o jardineiro era uma resposta a constantes agressões sofridas anteriormente por ele, com aparente complacência de seus patrões, a versão do jardineiro aponta tudo como se se tratasse de um comportamento intempestivo da sua companheira de trabalho. João Maria de Assumpção tinha 46 anos, filho de Luiz Bento, português natural de Coimbra, era casado e alfabetizado. Morava há seis meses na casa de seu patrão, Doutor Flávio Uchôa, quando teve uma discussão com Júlia por motivo de trabalho e, logo após isso, quando saía da cozinha depois de tomar café, foi atingido por um balde de água quente, pois estava distraído. Que foi atendido na Santa Casa, e tomou muitos remédios, mas desde esse dia se sente muito mal, e cada vez pior, atrapalhando muito seu trabalho, por isso decidiu fazer a queixa com fim de que Júlia fosse processada. O próprio João Maria

³⁰ A Justiça contra Júlia das Dolres, 1918. Processo número A81 1000161844-6, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

³¹ Em determinado momento do processo, diz morar no número 80 da mesma rua, essa duplicidade de informação não foi reparada no decorrer do processo.

indicou as testemunhas que foram ouvidas na fase da investigação policial: Francisca Rubergger, uma brasileira de 29 anos, que trabalhava em serviços domésticos na mesma casa que os envolvidos na briga, e, como João Maria, também morava lá; Amália Fungraeffer, alemã de 41 anos, que, apesar de Júlia ter se referido a ela como “patroa”, era, na verdade, criada – possivelmente exercendo uma função próxima de governanta – da casa em que ocorreram os fatos, residindo fora do trabalho, na Rua da Consolação nº 333; a última testemunha era o jardineiro da casa vizinha, Joaquim Cezar, que também era português, tinha 26 anos, e morava no seu lugar de trabalho, Av. Higienópolis nº12. Tanto Francisca como Amália deram versões próximas a de João, enfatizando que Júlia “perseguiu” o jardineiro para atirar-lhe “água fervente”. Só Amália disse que não entendia bem o português e não entendia bem porque os dois empregados discutiam. Já Joaquim sequer presenciou a cena, só relatou que encontrou com João Maria quando este estava indo a Santa Casa, reforçando que desde então João Maria sente-se muito mal.

O auto de corpo de delito feito pelo médico Accacio Nogueira apresenta a extensão das lesões:

SERVIÇO MEDICO - LEGAL DE S. PAULO

Schema das lesões existentes na face anterior do tronco

de João Maria de Almeida

Lesões:

Queimaduras na face anterior do tronco.

Assinaturas:

J. P. Rebelo Neto.
J. Oliveira

SERVIÇO MEDICO-LEGAL DE S. PAULO

Schema das lesões existentes na face anterior do membro inferior

de *José Maria de Assumpção*

Observações: *Emendadas distinguindo irregu-*
larmente pelas côr e forma
irregular.
P. G. Rebelles Mts.
Deliberadamente

No desfecho do auto crime que tratamos anteriormente, a investigação correu lenta, e os crimes prescreveram antes que de fato fosse aberto um processo judicial. Já Júlia não teve a mesma sorte: em agosto do mesmo ano o processo corria avançado, se acrescentaram novas testemunhas, além das três da fase preliminar, sendo elas Bento Pucci, solteiro, morador na rua Gomes Cardim nº103 e José Pereira da Silva, casado, morador na rua Paim nº62, ambos com 27 anos. Nenhum deles era morador de Higienópolis, local dos fatos, ou da Barra Funda, local de moradia de Júlia, porque eram “agentes de segurança”, como se proclamaram no processo, e estavam de serviço na delegacia quando da apresentação da queixa. Em sua defesa, Júlia disse que o desentendimento entre ela e João Maria tinha começado por simples cascas de laranja e que a água quente não foi jogada no jardineiro de propósito, que estava indo lavar a cozinha e que a água caiu acidentalmente em cima dele. A defesa de Júlia não foi suficiente e já no dia 20 de agosto emitiu-se mandato de prisão contra ela, de maneira preventiva, que foi reclusa enquadrada no artigo 304, um dos artigos relacionados à lesão corporal grave, com mutilação, amputação ou enfermidade incurável que gere privação permanente, que previa prisão de dois a seis anos. Na fase judicial Júlia foi inocentada, tendo o Júri entendido que esta agia em auto defesa, sendo representada pelo advogado Francisco Marques de Almeida, e ela foi então libertada – mas isso só ocorreu em fevereiro de 1919.

O auto crime aberto contra Júlia é bastante rico em possibilidades de análise: há toda uma gama de relações de trabalho entre os criados da residência rica em Higienópolis, desde a dimensão da relação dos criados com seus patrões, entre imigrantes e brasileiros negros, e também questões de gênero. A resistência de Júlia a um cotidiano de trabalho massacrador está tanto expressa em não aceitar as constantes agressões do jardineiro português, mas pode estar também em não residir na casa dos patrões: todos os outros empregados do nível da cozinheira que prestaram depoimento no processo residiam na casa dos patrões, só a criada que não, pois estava em um nível hierárquico acima destes, coordenando seus trabalhos. A recusa a habitar a casa dos patrões já foi apontado na historiografia como uma marcação de postura contra condições parecidas com a escravidão, pois além de estar totalmente submetidos a família do patrão, as mulheres trabalhadoras, em especial, ainda corriam outros perigos, como o constante assédio sexual dos homens que habitavam a casa.³² A possível recusa de Júlia a habitar com os patrões a manteve – ou levou, já que no inquérito não aparece a quanto tempo trabalha na casa da família Uchôa – na Barra Funda, onde era vizinha de

³² DOMINGUES, Petrônio José. Uma História Não Contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

carroceiros, jardineiros, pedreiros, mas também de comerciantes, bicheiros, oficiais de justiça, e também doutores e senhores tão ricos e com palacetes tão vistosos quanto o de seu patrão.

Também era vizinha do Juiz de Paz do distrito da Santa Cecília. José Alfonso Luzzi era brasileiro, casado, advogado e tinha 34 anos quando foi interpelado na porta de sua casa por Gregório Martins³³. O espanhol, natural das Ilhas Canárias, de 36 anos era casado, alfabetizado, e residia em uma travessa sem nome no distrito da Consolação, de onde foram recolhidos para penhora, por decisão de José, os materiais que utilizado em seu trabalho de ferreiro. Gregório teve penhorado tudo que possuía: além dos objetos de trabalho, também foram levados roupas e utensílios domésticos. Era dia 25 de junho de 1912, por voltas das 6h da tarde, quando Gregório foi a porta do Juiz de Paz exigir suas coisas de volta, e como não as obteve, “zangou-se” com o Juiz, não lembrando das palavras ditas, na versão do ferreiro; já na versão de José, este o xingou de “ladrão, gatuno, canalha” e ainda ameaçou agredi-lo, por isso o Juiz chamou o praça que prendeu Gregório em flagrante e o encaminhou a delegacia. O auto crime tem somente duas testemunhas, que estavam passando pelo local no momento do ocorrido, mas que também são vizinhos de José, e endossam completamente sua versão: Victorino Chinaglia, italiano, 45 anos, alfabetizado, comerciante estabelecido na Rua Lopes de Oliveira nº 77; e Daniel Augusto de Campos, brasileiro, 56 anos, casado, agente de negócios, alfabetizado, residente a Rua Lopes de Oliveira nº 69. Gregório foi processado, a sua revelia, no artigo 134, que previa pena de dois a quatro meses para quem desacatasse autoridade ou funcionário público em exercício de suas funções. Apresentou defesa, provavelmente assessorado por um advogado, que contestava a base do processo:

[...] há nos autos um flagrante, que não representa a verdade. O escrivão da delegacia de Santa Ifigênia diz que o suplicante se recusou a assigna-lo. É falso, em parte. O suplicante esteve recolhido à cadeia Pública desde 26 de junho até 10 de julho, por causa de um processo por ferimento, do qual foi absolvido unanimamente pelo jury [...] em um dia que não se recorda, mas entre sua estada na cadeia e sua absolvição ali apareceu o dito escrivão com um auto de flagrante para o suplicante assignar datado de 25 de junho. O suplicante naturalmente recusou-se a assignar, pois tal auto não é verdadeiro, nem foi lavrado a vista do suplicante, é testemunhas desse fato o carcereiro da cadeia [...]

A desqualificação do processo pela defesa segue dizendo que as testemunhas devem estar de má fé ou “são desses que são usadas e abusadas pela policia”, que a denúncia não foi

³³ A Justiça contra Gregório Martins, 1912. Processo número 1000162042 – 5, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

feita pelo promotor público e que Gregório não foi intimado mesmo o judiciário sabendo que este se encontrava preso, além de pontuar que o crime em si está enquadrado de maneira incorreta, pois o juiz não estava em exercício das suas funções. Por tudo isso, pede improcedência do processo, em documento assinado pelo próprio Gregório. O processo é então encerrado, sem desdobramentos, com o levantamento das custas processuais.

Em 1917, na parte do bairro da Barra Funda entre os trilhos e a várzea do Tietê, mais um conflito entre seus moradores vai parar na polícia: Assumpta Simonsini³⁴ foi agredida com um chicote por seu marido, na residência de ambos localizada na Rua Boracea. O delegado indica que se realize um exame de corpo de delito e que se proceda com o recolhimento das declarações das testemunhas para que se cumpra as “formalidades legais”. A primeira declaração é da própria agredida, Assumpta, que tinha 41 anos, era italiana, analfabeta, e se ocupava de serviços domésticos, residente no nº23 da rua Boracea. Sua declaração dava não só um retrato da sua agressão, mas da relação do casal:

Que é casada com Henrique Simonsen há vinte e dois anos, que seu marido ultimamente embriaga-se diariamente e nesse estado elle lhe maltrata bastante, chegando mesmo a lhe espancar e praticar toda a sorte de desatinos; que algumas vezes já tem sido por elle agredida, mas tudo soffre com paciência e resignação porquanto elle em seu estado normal é bom marido; que hoje as dez horas da manhã, após uma discussão que tiveram, seu marido lhe agrediu com um chicote, ficando a declarante offendida no braço direito; que todos

Durante o espancamento que sofria, Assumpta foi socorrida por seus vizinhos, as únicas testemunha do inquérito, que moravam no nº33 da mesma rua. Primeiro, tomou-se o depoimento do marido, homem da casa, e em seguida de sua esposa. José Raposo era um português de 34 anos, casado e guarda noturno, sabendo assinar o nome. O português disse que não era a primeira vez que Assumpta, sua vizinha e conhecida, era agredida pelo marido, e que ele mesmo já teve de separar brigas do casal. Que no dia dessa agressão específica, estava em casa e foi chamado por sua mulher, Victoria, e quando chegou a porta encontrou Assumpta chorando e “com o braço vertendo sangue”. Quando perguntou a vizinha o que havia ocorrido, esta disse ter apanhado do marido novamente. Raposo acrescentou que quando Henrique não está bêbado se comporta de outra forma. Já a sua esposa não fez nenhuma ressalva desse tipo em seu depoimento: Victoria Raposo de 29 anos, casada, doméstica, analfabeta, era italiana, assim como o casal envolvido na agressão. Foi a primeira

³⁴A Justiça contra Henrique Simonsini, 1917. Processo número 024A0871 – 0011 -2 , do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

a ver Assumpta machucada, pois teve sua atenção chamada por gritos, abrindo assim a porta de casa para ver o que ocorria e então encontrou a vizinha com o braço todo manchado sangue, dizendo que havia sido agredida pelo marido a chicotadas. No final de seu depoimento, disse que não era aquela a primeira vez que Henrique espanca a mulher.

A última declaração do inquérito é do acusado, que não fez nenhuma defesa contundente de si mesmo. Henrique Simonsini tinha 42 anos, era também italiano, trabalhava como carroceiro, e era alfabetizado. Disse que no dia do ocorrido estava em uma venda situada na rua de sua casa, que era de propriedade de Luciano de tal, quando em determinado momento sua esposa chegou à venda, e que então ambos tiveram uma discussão por “motivo de serviço”. Henrique diz que não sabe dizer como sua mulher ficou ferida no braço, porque estava muito embriagado e não sabe se foi ele ou não quem provocou os ferimentos. Durante todo o processo, os ferimentos sofridos por Assumpta são classificados como “leves”, e o processo é encaminhado à Justiça, mas não tem prosseguimento. No envio do inquérito pela polícia ao judiciário são recomendadas mais 3 testemunhas, caso se proceda a acusação judicial, todas homens: Luciano Picerni, morador na rua do Bosque nº 67; Ricardo Secchi, rua Garibaldi nº 34; Amorino de tal, Alameda Barão de Rio Branco nº 10.

A composição social bastante diversificada da Barra Funda nos aponta um cotidiano misto, tanto em relação às classes sociais que habitavam o bairro quanto em relação aos usos do espaço. Sem dúvida, poderíamos ter um cenário ainda mais diverso e próximo do cotidiano real dos habitantes do bairro de então se o universo policial e judicial brasileiro não fosse tão bem circunscrito: raro são os processos em que os setores mais ricos figuram, seja como parte integrante do conflito, seja como mera testemunha de um inquérito. A opção claramente classista dos órgãos de vigilância, repressão e disciplinamento da vida cotidiana tem sempre como alvo os setores mais pobres, e mesmo os remediados, que não possuem os capitais, materiais e simbólicos, para se esquivar dessas instituições. Não à toa, os patrões de Júlia das Dores não são chamados a depor no processo que foi gerado a partir de uma briga em sua própria residência, e é provável que a condição social dos envolvidos também tenha contribuído para o desenrolar jurídico peculiar que teve a agressão contra o Juiz de Paz da Santa Cecília também não é acaso. Esse não é, no momento, o centro de nossa análise, mas fica claro que a baixa representatividade dos setores mais ricos nos auto crimes não são uma evidência de sua inexistência no bairro: se não os encontramos ali, na documentação das Obras Particulares há pedidos de construção de palacetes, ou reformas em suas instalações. A

ocupação mista da Barra Funda não era incomum na cidade, como já vimos no primeiro capítulo, e era um dos desdobramentos – apesar de não poder ser exclusivamente explicado por elas – de uma série de modificações pelas quais a cidade estava passando naquela virada de século.

Explosão demográfica: o urbano como investimento

O final do século XIX foi marcado por uma reestruturação urbana fundamental na capital paulista, que assentou as bases do que seria a ordenação da cidade até meados da década de 1950 – quando uma nova reestruturação tomou marcha com a imigração nordestina e o novo surto industrial. A cidade do princípio do XIX era então um espaço confinado a um núcleo central que gravitava nas proximidades do Triângulo central, com as habitações das camadas abastadas compreendidas dentro da delimitação do Triângulo, e a população mais pobre vivendo em habitações coletivas nas poucas ruas que circundavam o então centro da cidade – sempre bom lembrar que esse era o *sentido* geral, entretanto, essa divisão não era assim tão rígida, que havia habitações coletivas dentro do Triângulo central e que a pequenez da cidade fazia mesmo que a divisão que existia não segregasse o cotidiano das classes sociais distintas.³⁵ Para além dos limites do rio Tamanduateí, da Várzea do Carmo e do ribeirão Anhangabaú, a cidade contava com pequenos e médios sítios, além de outros pequenos núcleos nos entroncamentos de caminhos importantes, como foi o caso da Penha, que era caminho para quem se dirigia à Capital Federal saindo de São Paulo.

A partir da segunda metade do século XIX, a dinâmica da cidade mudou: devido à maior mobilidade dos habitantes, as elites estabeleceram um vetor de expansão direcionado à região oeste – transpondo o vale do Anhangabaú, passando pela Praça da República e se estabelecendo no Campos Elíseos. As camadas médias e pobres foram progressivamente expulsas do centro pelas novas ordenações urbanas³⁶, como o Código Municipal de Posturas, e também pelo estabelecimento de indústrias na cidade, que passaram a ocupar preferencialmente as áreas de várzea próximas às linhas férreas. É nesse sentido que se pode afirmar que a cidade vivia uma reestruturação: foram décadas em que São Paulo viveu uma

³⁵ Para uma visão da cidade imperial ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

³⁶ Para se ter uma ideia das mudanças no padrão de ocupação da cidade, vejamos os dados: em 1890, 72% dos 60.564 habitantes de São Paulo moravam a oeste do Tamanduateí, e apenas 28% a leste. Em 1920, a ocupação a oeste cai para 57%. (VILLAÇA, 2001, p. 117).

modificação profunda na dinâmica do “espaço urbano, [no que] diz respeito à localização relativa dos elementos espaciais e suas relações, ou seja, dos centros de negócio (não só o principal, mas também os demais) das áreas residenciais segregadas e, finalmente, das áreas industriais.” (VILLAÇA, 2001, p. 117).

Aprofundar os estudos sobre esse momento da urbanização paulistana nos obriga a atentar às peculiaridades desse processo no seu contexto específico, ou seja, entender os mecanismos próprios de seu tipo de urbanização, inserida no caso brasileiro, marcado por ser uma área de “economia colonial e periférica às quais não se ajusta o modelo clássico [de urbanização]” (COSTA, 1987, p. 234). O caso característico de São Paulo, assim como de várias cidades coloniais da América Latina, foge ao modelo clássico porque não pode ser entendido a partir das mesmas premissas das sociedades que vivenciaram primeiro o nascimento e grande desenvolvimento da indústria para que, em paralelo, mas dependente dela, a urbanização se desencadeasse.

A capital paulista do final do Império e início da República convivia com uma industrialização incipiente (DIAS, 1994); no entanto, já apresentava todos os desdobramentos de uma vida urbana em franca expansão. A cidade foi tomada por cafés, hotéis, restaurantes e diversos tipos de comércio em sua porção central (MONTALEONE, 2010), e viveu modificações importantes em sua infraestrutura. Para termos uma noção dos investimentos nesse setor, o município dedicou, em 1909, 1.230 contos de réis para obras de “melhoramentos urbanos”, e em 1910 elevou esse valor a 1.420 contos de réis (SANTOS, 2006, p. 122). Uma das mais importantes modificações do período foi o desenvolvimento do transporte para a circulação de mercadorias e pessoas: a estrada de ferro Santos-Jundiaí, elemento central para o desenvolvimento do capital cafeeiro, foi inaugurada em 1867; o trem que ligava a cidade à Capital Federal teve sua construção iniciada em 1873; a estação do Norte, localizada no Brás, começou a funcionar em 1877; a importante linha Sorocabana foi inaugurada em 1875; em 1893, foi inaugurado o trem da Cantareira, e em 1894 seus trilhos chegaram ao Pari; por fim, em 1900, chegaram os bondes elétricos à cidade. Outro marco importante dessas modificações foi a inauguração do viaduto do Chá em 1892, consolidando a expansão a oeste das classes abastadas da cidade e criando um acesso ao velho centro sem necessidade de enfrentar os percalços de atravessar diretamente o vale.

No aspecto das regulamentações legais das modificações espaciais, o que teve mais impacto na ordenação física da cidade foi o Código de Posturas, embora custasse a vencer a

resistência dos moradores. O primeiro, promulgado em 1873 (CAMPOS, 2013), versava sobre diversos ordenamentos urbanos, especialmente de uma perspectiva de padronização da cidade, e determinava normas para assuntos bastante variados, abarcando vários aspectos da vida na cidade: desde o ordenamento das ruas e alinhamento das construções, passando por posturas de caráter higienista, até a regulamentação das práticas de lazer da população, como os bailes e entrudos, dando muita importância também à questão da segurança pública³⁷. O primeiro Código de Posturas não foi aplicado em larga escala pela cidade, mas serviu de base para o estabelecimento de futuras políticas de ocupação do solo, que se consolidaram com a promulgação do segundo Código de Posturas, em 1886, que foi largamente aplicado e acompanhado pelo Código Sanitário, que data de 1894, já no período republicano. Tais disposições gerais foram complementadas por leis específicas, que eram expressões de demandas dos articuladores das modificações do espaço urbano paulistano. Um exemplo foi a Lei nº 64, de 16 de outubro de 1893, que determinava a cobrança de impostos sobre cortiços situados na área central da cidade e tinha como clara motivação liberar os parcamente disponíveis, e por isso também valiosíssimos, terrenos localizados na então centralidade da capital.

Todo esse movimento, que representou um forte desenvolvimento urbano, não foi propiciado pelos lucros (materiais e simbólicos) da industrialização, por um salto qualitativo desse processo em direção à urbanização (LEFEBVRE, 1999), mas, sim, pelos imensos recursos que passaram a circular na cidade devido ao capital cafeeiro (DEAN, 1971; CANO, 1985). Isso significa dizer que, em certa medida, a urbanização em São Paulo se desenvolveu tributária à agricultura, não à indústria. Nesse sentido, estamos apontando a agricultura como o elemento chave de acumulação do capital cafeeiro, mas que não pode ser restrito somente à lavoura e à venda do café, e sim relacionado dentro do contexto mais amplo da diversificação do capital da cultura do café para outros campos da economia, como as ferrovias, os bancos, as associações comerciais, o comércio de importados, a indústria e mesmo o comércio de terras e habitações urbanas. Outra marca da peculiaridade desse processo é que mesmo a indústria paulista se desenvolveu a partir desse capital: uma longa tradição de estudos³⁸ sobre a urbanização brasileira aponta que a industrialização foi capitaneada por experientes

³⁷ SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Código de Posturas da Câmara Municipal da Imperial Cidade de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1875/resolucao%20n.62,%20de%2031.05.1875.html>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

³⁸ Um resgate dessa discussão é realizada por SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do capital*. Bauru: Edusc, 2010.

importadores. Estes, observando a crescente riqueza em circulação e a consequente demanda de consumo das camadas abastadas da população, tanto na cidade quanto no estado de São Paulo, juntaram seus recursos, materiais e intelectuais – já que por conta da experiência no trabalho com a importação conheciam as máquinas e os modos de produzir na Europa – e foram os responsáveis por desenvolver as primeiras indústrias de mais fôlego no país. Experientes negociadores prosperaram, uma vez que, além do acúmulo de capital propiciado pelo capital cafeeiro, contavam ainda com o desenvolvimento da cidade, o que significava ter uma infraestrutura mínima, mesmo que muitas vezes precária, como transporte, esgoto, rede elétrica, além de uma vasta mão de obra disponível, ainda que não especificamente qualificada.

Esse capital acumulado teve um destino muito claro em São Paulo naquele momento: todo esse movimento está inserido em uma modificação fundamental dos investimentos de capitais na cidade, já que desde 1850, com a extinção do tráfico escravo, as riquezas começaram a migrar para outras atividades. Esse processo se acentuou a partir de 1880, quando vários estudos mostraram um deslocamento das riquezas que estavam concentradas em escravos sendo direcionadas aos bens de raiz (MELLO, 1985; OLIVEIRA, 2005; BUENO, 2010). O desdobramento dessa modificação significou uma forte valorização do solo urbano e das suas cercanias, provocando sérias mudanças no incipiente mercado imobiliário da cidade. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno discute esse movimento:

Após a década de 1880, com o incremento da economia cafeeira, liberação do capital outrora imobilizado na compra de escravos (1850-1888), imigração progressiva de estrangeiros, estímulo à venda de terras na área imediatamente contígua à cidade (antigo *rossio*, passível de alienação a partir de 1881) por parte da Câmara Municipal e garantia de direito absoluto à propriedade da terra, tornou-se um grande negócio a transformação material e de uso do espaço urbano, disso decorrente a valorização do capital investido, jamais equivalente ao período precedente. Nesse momento a lógica do capital mercantil ou da acumulação mercantil, implicando em práticas de especulação mais liberais, atrelou-se à economia urbana. (BUENO, 2010, p. 155).

Daí originou-se um novo padrão de ocupação do solo em São Paulo, gerando implicações no modo como a cidade iria se expandir e, desde então, influenciando diretamente a vida social dos moradores da cidade. Com os novos ordenamentos urbanos, foi se tornando cada vez mais caro morar nas áreas próximas ao centro, já que tudo que estava inserido no perímetro urbano passava por intervenções de alinhamento, arruamento e

padronização de interiores e de fachadas. Uma parcela considerável da população que habitava casas de aluguel e cortiços foi expulsa da região, empurrada para áreas até então fora do perímetro urbano (ROLNIK, 1997). Isso é dizer que a propriedade imobiliária urbana tinha cada vez mais destaque no circuito econômico paulistano, e estava, segundo Brito, “assumindo uma inserção mais complexa nos circuitos da acumulação e da produção” (BRITO, 2009, P.127).

A cidade estava cada vez mais vigiada e cara, mas sua expansão para além das fronteiras formais geraria ainda mais lucros para os empreendedores. As populações imigrantes, que chegaram em massa durante o decorrer desse processo, tiveram poucas chances de habitar esses espaços cada vez mais valorizados. Em relação a isso, nos deparamos com outro elemento importante para a conjuntura da cidade: o imenso aumento populacional experimentado pela capital naquelas décadas, que se manteria em um crescimento constante durante quase todo o século XX. A explosão demográfica daquele período foi amplamente discutida pela historiografia, sendo apontada muitas vezes como causa, direta ou indireta, do poder público não abarcar a tempo todas as novas questões urbanas que apareceram com força em São Paulo naquele momento. Os números realmente impressionam: a população veio em um processo constante de aumento acentuado desde 1872, quando a cidade contava com 31.385 habitantes, passando a mais que o dobro em 1890, registrando 64.934 habitantes; o grande salto ocorre em apenas uma década, sendo que em 1900 a cidade já tinha 239.820 habitantes e a curva continuou pronunciada nos anos seguintes, chegando a 579.033 habitantes em 1920³⁹.

Esse fenômeno populacional é entendido à luz do fim da escravidão, que traz diversos ex-cativos a procurar outras possibilidades de sobrevivência no meio urbano; porém, tal fenômeno está relacionado, sobretudo, com a entrada em massa de imigrantes europeus no Brasil, especialmente em São Paulo, através da política imigrantista para a produção do café e para a constituição de um mercado de trabalho assalariado. A historiografia consolidou que é importante marcar que a grande corrente migratória imigrante não foi espontânea ou um descontrole dos promovedores da imigração, mas uma opção consciente dos próprios cafeicultores, atuando nesse intrincado processo com o fim de aumentar a mão de obra

³⁹ No mesmo ano, a então Capital Federal (RJ) tinha uma população de 1,1 milhão de habitantes; já Salvador tinha cerca de 290 mil habitantes (Dados IBGE); Lisboa, capital portuguesa, por sua vez, tinha 487 mil, e a também lusitana Cidade do Porto contava com 203 mil habitantes; Buenos Aires, capital argentina, tinha cerca de 1,6 milhão de habitantes no mesmo período.

disponível e, assim, rebaixar salários e aumentar a lucratividade da lavoura cafeeira. Essa reflexão está apontada no texto de Maria Inês Machado Borges Pinto:

O repentino desenvolvimento populacional da cidade está nitidamente relacionado com a expansão da monocultura cafeeira. A política imigrantista da burguesia cafeeira do Novo Oeste Paulista, voltada para a criação de uma grande oferta de trabalho, influiu decisivamente no rápido e vertiginoso crescimento demográfico da cidade de São Paulo. (PINTO, 1994, p. 35).

Ponto que é retomado e aprofundado em outra passagem:

[a] política imigrantista da burguesia cafeeira do Novo Oeste Paulista, empenhada em gerar a grande abundância de braços para a lavoura e, em decorrência disto, o barateamento dos preços dos salários agrícolas. A aceleração súbita do movimento migratório rumo ao Brasil acentuará o desequilíbrio estrutural entre as oportunidades de trabalho e o número de trabalhadores economicamente ativos, de uma forma sem precedentes na história da cidade de São Paulo. (PINTO, 1994, p. 37).

Estudos sobre a formação de núcleos coloniais em São Paulo e nas suas proximidades nos mostram que havia ainda algumas outras questões por trás das ações desses agentes da imigração. Esses núcleos cumpriram a dupla função de criar uma propaganda sobre a possibilidade de acesso à própria terra aos imigrantes europeus e, simultaneamente, alimentar o mercado de terras e a especulação imobiliária nas cercanias de São Paulo. A história do núcleo de São Caetano⁴⁰, estudado por José de Souza Martins, foi permeada por crises, que se iniciaram já na criação do núcleo: fundado em 1877, recebeu inicialmente colonos dentro da política oficial do governo imperial de imigração europeia. Os primeiros imigrantes que aqui se fixaram sofreram em consequência da disputa política estabelecida pelo governo imperial: os que defendiam a ocupação do país a partir dos núcleos coloniais e os que entendiam os núcleos dentro de um contexto simplesmente propagandista para atrair mais imigrantes e acelerar a expansão do mercado de mão de obra livre no país. O segundo grupo, como é sabido, saiu vitorioso dessa disputa política, e os primeiros colonos de São Caetano viveram na pele as implicações disso: viram-se em terras de baixa produtividade, sem o apoio do governo para a produção, o qual havia sido prometido, tendo que viver em habitações coletivas, muitas vezes adaptadas de antigas senzalas, e em condições de insalubridade que

⁴⁰ Entre 1877 e 1891, foram distribuídos 93 lotes rurais e urbanos nesse núcleo colonial, destinados a 75 famílias, sendo que 5 delas não eram italianas. A região italiana que mais enviou imigrantes a São Caetano, na primeira leva, foi Vêneto (MARTINS, 2002).

provocaram alto índice de mortalidade dos imigrantes, sendo que apenas no primeiro ano de ocupação dos lotes, 1877, foram registradas 18 mortes, para um universo de pouco mais de 150 pessoas (MARTINS, 2002, p. 33). Pode-se ver aqui a documentação deste duplo movimento: ao mesmo tempo em que a política dos núcleos coloniais auxiliava no avanço da migração europeia, servia também para, em certo grau, gerenciar as terras no entorno da capital.

Um processo vivido por um núcleo colonial que tem uma experiência próxima com o período de formação da Barra Funda é o da Colônia da Glória: esse núcleo colonial se localizava na região do atual bairro da Liberdade, portanto numa região que podia promover o avanço da cidade sem a necessidade de superar nenhum obstáculo natural (VILLAÇA, 2001). O estudo de Walter Pires (2003) esmiúça as transações de lotes nesse núcleo colonial, que foi criado em agosto de 1877, na mesma leva dos núcleos de Santana, São Caetano e São Bernardo, e foi emancipado em novembro de 1878, um pouco mais de um ano após sua implementação. A emancipação da colônia, que em seu projeto inicial já previa lotes urbanos e lotes rurais, veio de desdobramentos de processos semelhantes ao de São Caetano: a dificuldade do cultivo na terra para alcançar o sustento de seus colonos, assim como uma série de doenças que acometeram os colonos e o constante assédio pelo capital imobiliário aos terrenos, além das questões mais estruturais vinculadas a própria existência desses núcleos coloniais que foram descritas acima. A emancipação da Colônia da Glória iniciou um processo desenfreado de comercialização de suas terras. Analisando esse processo, Pires (2003, p.57-58) enxerga dois momentos na dinâmica da passagem de núcleo colonial para a inserção dos lotes no mercado de terras urbanas paulistas:

- **Primeira etapa (1878 – 1889):** nesse momento se verifica um expressivo número de negócios imobiliários, concentrados na venda de grandes lotes rurais. É nesse momento, especialmente no final da década de 1890, que se consolida naquele território a mudança do perfil do proprietário. Os colonos imigrantes saem de cena, dando espaço a investidos “com interesse na valorização dessas terras, que passam a integrar-se ao processo de comercialização do mercado imobiliário.” (PIRES, 2002, p.57). Pires destaca que nesse momento também se dá uma clara concentração de grandes propriedades em poucos proprietários individuais ou em grupos associados.

- **Segunda etapa (1890 – 1893):** com o encilhamento, as propriedades são transferidas das pessoas e grupos associados para empresas recém-criadas, em sua maioria com interesses na urbanização e/ou no comércio de terras. Para ter dimensão desse processo, basta observar que, no final de 1893, 16 dos 20 maiores lotes rurais (com área média de 153000m² cada um) eram de propriedade de duas grandes empresas: a Companhia Paulista de Transportes (de propriedade de Proost Rodovalho e Lins de Vasconcelos) e do Banco União.

Para entender os desdobramentos da emancipação da Colônia da Glória dentro do mercado de terras da cidade é preciso retomar um personagem que, não por acaso, também tem destaque relevante no estudo de Martins sobre o núcleo colonial de São Caetano.⁴¹ O Doutor Mesquita, como era conhecido o dentista Samuel Eduardo da Costa Mesquita, foi um dos que melhor se aproveitou do desmantelamento do núcleo colonial na região da Liberdade: comprou o lote rural nº113 e o nº136 com lotes vizinhos, também comprou área no Morro da Pólvora, terrenos na rua Independência e gleba na rua Álvaro Neto. Mesquita adquiriu alguns desses lotes diretamente dos próprios ex-colonos, que, com a emancipação do núcleo, se viram como proprietários dos lotes, e rapidamente perceberam que seria possível vender essa área com algum lucro, no agitado mercado de terras urbanas da São Paulo da década de 1880 (PIRES, 2003, p.107). Ao adquirir essa grande porção de terra, Samuel se coloca como um

⁴¹ Martins documentou os negócios de Samuel em outro núcleo colonial com características semelhantes ao da Glória - e que foram abertos dentro do mesmo projeto -, o de São Caetano. Os investimentos do destina na região começaram com uma sociedade com um imigrante pobre, chamado Sampaio, com a intenção de construir uma olaria. Assim, o imigrante pediu a concessão de um terreno do núcleo em seu nome e Samuel investiu os recursos para a abertura da olaria. Mas a sociedade com uma simples olaria não parecia ser o verdadeiro sentido dos investimentos do dentista naquele núcleo: “É provável que o interesse de Dr. Samuel Eduardo da Costa Mesquita fosse o de se tornar possuidor exatamente das terras em que se encontrava a antiga fábrica, além do mais privilegiadamente situada na curva da ferrovia e com os terrenos. O tempo confirmou a procedência dessa suposição. Em 1880, ele tratou de desfazer o negócio com Sampaio. Não só recebeu de volta o dinheiro para a olaria, como também solicitou a transferência do lote colonial para seu nome. Em 1889, comprou de Luigi D’Agostini por um conto de réis, uma verdadeira fortuna, 73% do lote nº28, a parte à esquerda da ferrovia, na direção de Santos a Jundiaí, e ao lado do lote obtido através de Sampaio. Quando essas terras foram adquiridas por Pamplona, Sobrinho e Cia., que para ali transferiu, em 1896, a sua fábrica de sabão e graxa, misteriosamente veio incorporado ao patrimônio todo o chamado lote reservado, que ficava entre o pátio da Capela e o rio dos Meninos, na parte detrás da atual Matriz Velha. Essa área estava supostamente destinada à expansão do núcleo colonial urbano da colônia e para instalação de serviços de interesse da comunidade. Não por acaso, a Irmandade de São Caetano formada pelos moradores do núcleo colonial, já em 1881, e em 1885, havia apresentado ao ministro da fazenda uma reclamação contra Samuel Mesquita. No mesmo sentido agiu a Tesouraria de Fazenda na província, responsável pelo patrimônio do Império, que igualmente dirigiu um ofício ao ministro, no mesmo ano, tratando do assunto. (MARTINS, 2002, p.115)

representante da primeira etapa das movimentações das terras da extinta Colônia da Glória, e possibilitou que um representante da segunda etapa, a Companhia Paulista de Transporte, comprasse quase todo o terreno, de uma só vez, para lançar o primeiro loteamento no antigo território do núcleo colonial: a Vila ou Cidade Deodoro passou a ser comercializada em 1891, sendo a primeira e maior gleba a ser arruada, loteada e posta a venda (PIRES, 2003, p.68). Samuel manteve uma quadra do seu antigo terreno, já inserida no loteamento da Cia. Paulista de Transportes. Esta Cia., por sua vez, acabou sendo liquidada no mesmo ano do lançamento do loteamento, mas os terrenos seguiram em posse de bancos de particulares, como do próprio Rodovalho – que também era acionista da Cia (PIRES, 2003, p.87). Apesar da ocupação efetiva da Cidade Deodoro ter tardado, em relação à velocidade da venda das terras, o lançamento do loteamento é marcante para a dinâmica de inclusão desses antigos terrenos de um núcleo colonial no mercado de terras da cidade:

O fato é que, mesmo com um ritmo de comercialização e adensamento que foi diferente para a ocupação dessa área, o parcelamento da Cidade Deodoro define o momento de alteração irreversível na configuração territorial da Glória. É um empreendimento que caracteriza esse período no qual se organizam novas escalas de intervenção urbana e novos empreendedores passam a agir na questão imobiliária e na urbanização em São Paulo. Personagens como Samuel Mesquita, que morre em 1894 (com 57 anos), e que de certo modo anteviu a potencialidade dessa região, são substituídos por estruturas empresariais mais eficientes e lucrativas, pelo menos em áreas muito próximas ao centro, e portanto mais valorizadas. (PIRES, 2003, p.88)

Os estudos de Mônica Brito já problematizaram a questão de se entender que há uma quebra nas formas de lidar com o mercado de terras urbanas em São Paulo, sendo que o segundo momento, o das “estruturas empresariais”, seriam mais “eficientes e lucrativas”. Ou mais “racionais” e “planejadas”, sendo tratadas em outros termos, mais próximos das análises de Mônica. Seria dizer que os investimentos de Samuel não atendiam a uma racionalidade empresarial no mercado de terras, o que não parece ser correto, nem sequer pelos dados levantados por Pires. As dúvidas sobre as intenções dos investimentos de Samuel aparecem quando há indícios de que ele poderia estar adquirindo extensas porções de terras não com o objetivo de especular no mercado urbano, mas sim com fins mais voltados a sua comunidade:

[...] publicado no jornal *Le Bresil Republicain* de 24/06/1891, que afirma ter o Dr. Samuel Mesquita conseguido junto ao Presidente do Estado algumas glebas de terras em São Paulo, para fixar 80 famílias de judeus russos. É

importante lembrar que esse momento coincide com um período agudo de perseguição aos judeus no império russo (*pogrons*), registrando-se diversas manifestações de solidariedade na comunidade judaica no Brasil (PIRES, 2003, p.74).

É certo que Samuel tinha certo prestígio na comunidade judaica brasileira, tendo inclusive exercido funções provisórias de Rabino até a sua morte (PIRES, 2003, p.70), mas não parece que as extensas negociações com terras urbanas que fez nesse período tinham como fim exclusivo a criação de uma colônia judaica para abrigar os atingidos nos *pogrons* russos – apesar de ser um dado relevante que carece de mais estudos. Samuel, pelas transações que podem ser apreendidas dos núcleos da Glória e de São Caetano, não mantinha por muito tempo as propriedades, mostrando uma clara vocação para lidar com a compra e venda de terras no bojo da especulação daquele momento, não se envolvendo diretamente com a criação e comercialização de loteamentos, por exemplo. Além disso, nesse mesmo período que Samuel desenvolve diversas atividades vinculadas às atividades urbanizadoras em São Paulo, está se consolidando marcantes investimentos imobiliários realizados por comerciantes, negociantes e investidores imigrantes de origem judaica: alguns deles já foram citados aqui, como Victor Nothmann e Martinho Buchard, todos bastante fundamentais para os desdobramentos dos mercados de terras urbanos da região da Barra Funda e seu entorno; nesse período também se destaca Manfredo Meyer, que procedeu parte importante do loteamento do bairro do Bom Retiro (PIRES, 2003, p.76).

As motivações de Samuel com o mercado de terras urbanas de São Paulo tanto não pareciam serem apenas voltadas a criação da colônia para judeus que o sentido de seus investimentos teve continuidade mesmo após a sua morte, na figura de outro importante judeu que participou dos negócios com as terras urbanas nas primeiras décadas do século XX. Mauricio Klabin imigrou de Kovno, no Império Russo, em 1885, e chegou ao Brasil em 1889 – período que coincide com a escalada dos *pogrons* (PIRES, 2003, p.75). Há evidências de que, quando da sua chegada ao Brasil, Samuel tenha ajudado Klabin a se estabelecer, e lhe introduzido nas atividades urbanizadoras. Essa possibilidade levantada parece coincidir com os investimentos que Klabin realiza na região da antiga Colônia da Glória, em 1904: adquire um expressivo número de propriedades na região da Glória, Vila Mariana e Ipiranga, que eram de propriedade do Banco União desde 1893. A família Klabin também comprou “grande área ao sul da colônia, e é certo que Klabin adquiriu outras glebas que o banco também recebera em hipoteca da Cia. Ypiranga e da Cia. Paulista de Materiais para Construção”

(PIRES, 2003, p. 97). Os investimentos de Klabin parecem confluir no mesmo sentido dos de Samuel, que foram interrompidos por sua morte, mas que nos possibilitam ver as relações entre as terras dos núcleos coloniais próximos a São Paulo, ou dentro dela, e os desdobramentos que o mercado de terras urbano sofria naquele momento.

Chegamos, assim, a um cenário complexo no entendimento das inter-relações entre a imigração europeia, a explosão demográfica da capital paulista e o mercado de terras. É necessário ser cauteloso ao trabalhar com essas questões, já que partimos de uma tradição de estudos segundo a qual o fenômeno de inchamento populacional vivenciado por São Paulo era entendido como um dano colateral da estratégia dos cafeicultores para o rebaixamento dos salários. Por outro lado, os problemas urbanos surgidos no período foram vistos como decorrentes de uma incapacidade do poder público de lidar com esse aumento populacional. No entanto, o estudo sobre a implantação dos equipamentos urbanos e especialmente sobre os loteamentos de terras em São Paulo traz outro panorama das relações entre os envolvidos com o capital cafeeiro e o desenvolvimento da cidade, como vimos. Todos esses elementos se desdobram nessa grande demanda por habitação, e outras necessidades urbanas, que movimentavam o capital em São Paulo naquele período, de muitas formas: em um levantamento de dados realizados por Raquel Rolnik aponta-se que entre 1840 e 1872 eram edificadas em média 25 novos prédios por ano na cidade; entre 1872 e 1886, essa média saltou para 310; já entre 1886 e 1893, atingiu a marca de 1.613 novos prédios por ano. Assim, em 15 anos subiu de 25 para 1.613 o número de prédios construídos por ano (ROLNIK apud OLIVEIRA, 2005, p.176).

Esse dado nos remete a um elemento importante que vem percorrendo esse capítulo: o que permitia os bairros mistos? Em geral, era a existência do mercado de aluguéis, que assim como o mercado de terras urbanas, de loteamentos e arruamentos, também estava em franca expansão no fim do século XIX. Nesse segmento, não era só os setores mais abonados que investiam: setores médios da população também operavam nas atividades urbanizadoras, especialmente no mercado de aluguéis, dentro da mesma lógica do direcionamento dos capitais para os bens imóveis. Um bom exemplo desse movimento são os investimentos de Salvador Dias da Silva: esse comerciante tinha um movimentado armazém de secos e molhados no Largo do Riachuelo, lugar que tanto era passagem para a Vila de Santo Amaro, quanto era passagem obrigatória para quem se deslocava da Liberdade a Consolação, além de ser próximo ao Largo dos Piques, onde “caipiras” vendiam suas mercadorias, e, também por isso,

era um local de pouso de tropeiros. O local estratégico em que ficava o armazém pode ter influenciado Salvador em uma de suas atividades: prestador de dinheiro, especialmente de pequenas quantias. Mas ele também não se furtou a investir no mercado de aluguéis:

A forma de atuação [de Salvador] foi bem peculiar: seu expediente foi arrendar alguns terrenos, por cinco anos, da Baronesa de Limeira e aí edificar 29 quartos para alugar. [...] Era preciso ter certeza da demanda para se arriscar num empreendimento desses, uma vez que o terreno não era dele, e o construído só o seria por cinco anos. Despendeu uma larga soma, contraindo vários empréstimos, e escolheu investir no público de baixa renda, nos solitários, nos recém-chegados a capital que inchava e crescia. (OLIVEIRA, 2005, p.177)

Salvador fez um investimento baseado no cotidiano da cidade que recebia mais gente do que podia fisicamente abrigar, possivelmente depois de ter convivido diariamente com um mercado de aluguéis que tomava a capital de forma expressiva desde sempre, mas que tinha uma relevância especial naquele momento de grande circulação de capital e de explosão demográfica. A ocupação mista de vários bairros da capital paulista, que flertou em vários empreendimentos com o estabelecimento da especialização espacial, tem uma íntima ligação com o mercado de aluguéis.

O mercado de aluguéis e os bairros mistos

Uma composição social bastante ampla, e bem pouco homogênea, é a tônica dos habitantes da Barra Funda que encontramos nos autos crime com que trabalhamos: a ocupação mista do bairro, tendo desde setores bastante pauperizados até os mais altos representantes das elites paulistas, foi uma constante no início da urbanização do bairro, e se manteve com essa característica até as primeiras décadas do século XX. Se parte da Barra Funda, aquela representada pelo Conselheiro, era dos palacetes, uma grande parte era mais próxima das casas de Fasoni, o proprietário que afiançou João Cláudio e que fez registro para a construção de uma cocheira em sua propriedade: habitações pequenas e médias, que dividiam terrenos com outras habitações, alinhadas no lote e muitas com o primeiro cômodo, que dava diretamente para a rua, sendo usado com fins comerciais. A planta da propriedade de Fasoni na Barra Funda, apresentada no início desse capítulo, nos sugere que os imóveis eram usados por grupos familiares diferentes: cada casa tem uma cozinha e uma latrina, e não há

ligação interna entre as casas, é necessário sair a rua para acessar a outra. É provável que pelo menos uma delas – se não as duas, já que não conseguimos comprovar se Fasoni residia em uma das casas – tinha como fim o mercado de aluguel.

Croqui anexado ao ofício com pedido de Cyro Falsoni. Encadernado 415. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

O mercado de construção de casas para aluguel está intimamente relacionado com a ocupação mista de bairros como a Barra Funda, assim como dos rumos que tomou o loteamento da cidade e a movimentação financeira em torno de negócios urbanos. A importância que teve esse movimento para São Paulo na virada do século XIX é indiscutível. No levantamento que fizemos na documentação das Obras Particulares encontramos diversos pedidos como os de Fasoni: muitas reformas para ampliar casas, pedidos para transformação de espaços que já existiam anteriormente, em outro formato, em casas para aluguel e mesmo a construção de diversas casas simultaneamente em um mesmo terreno.

Em 25 de agosto de 1894⁴², o proprietário Carlos Giatti pedia a Seção de Obras o alinhamento do seu terreno na Rua Anhanguera, já que tinha a intenção de construir ali “umas casas de operários”. A solicitação foi aceita, no mesmo dia, mediante pagamento de imposto. No ano anterior, havia dois pedidos para construções de “casa de operário” na Rua Brigadeiro Galvão: uma realizada por Justino Alves⁴³, e a outra por Joaquim Gonçalves Marinho⁴⁴. O pedido de Justino acompanhava uma planta de uma casa alinhada no lote, que seguia o estilo de casas que se desenvolvem como um corredor, com duas janelas voltadas para a rua e a porta principal de entrada por um corredor lateral. A porta dava para a sala, e de lá se tinha acesso a um pequeno corredor interno com porta para o próximo cômodo, o quarto, que por sua vez tinha uma janela voltada para o mesmo corredor que a porta principal de entrada casa, e uma porta para a sala de jantar, que também tinha uma janela pro mesmo corredor. Dessa última sala havia uma porta para o quintal e do quintal se acessava a cozinha. Já o pedido de Joaquim apresentava uma planta bastante parecida com a casa descrita anteriormente, alinhado no lote, no mesmo estilo da casa se desenrolar como um corredor, com a exceção de que o primeiro cômodo era uma oficina de construir baús – pelo qual se necessitava passar para acessar o restante da casa – que era seguido por dois cômodos e mais uma cozinha.

⁴² Ofício com pedido de Carlos Giatti. Encadernado 57. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

⁴³ Ofício com pedido de Justino Alves. Encadernado 1A. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

⁴⁴ Ofício com pedido de Joaquim Gonçalves Marinho. Encadernado 1A. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

Croqui anexado ao ofício com pedido de Justino Alves. Encadernado 1A. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

Há dois pedidos entre os que recolhemos que são bastante representativos das peculiaridades desse momento - da enorme demanda por moradias e da lucratividade desse tipo de negócio: em 16 de agosto de 1905⁴⁵, Francisco Gonçalves Matta, proprietário de 4 casas na rua Lopes Chaves, pede autorização para transformar a cocheira, que ficava aos fundos, em uma habitação, e deseja ainda alargar as 4 casas. No mesmo ano, em 27 de novembro⁴⁶, Francisco Fognetti informa que pretendia construir uma cocheira na sua propriedade localizada na rua Conselheiro Brotero nº59, mas “como um vizinho construiu um prédio bom, o suplicante resolveu construir uma casa de operário em vez da cocheira para assim evitar questões com seu vizinho”. Se até cocheiras estavam sendo transformadas em habitações, as informações que conseguimos levantar junto ao Setor de Obras Particulares não nos dá toda a dimensão das edificações e dos modos de morar da Barra Funda. Para pedir autorização a Prefeitura para iniciar uma obra ou mesmo realizar uma reforma ou transformação, o imóvel submetido em planta devia estar de acordo com as disposições legais mínimas, que naquele momento avançava consideravelmente em criar exclusões que atingiam os setores mais pobres. Evidência forte disso é a exigência de que um imóvel construído com fins de habitação deveria ter no mínimo três cômodos (GENNARI, 2005, p.5). Se a documentação das Obras Particulares nos oferece então um cenário de um forte mercado de aluguéis para os setores médios à pobres naquele momento, é claro que também podemos encontrar um mercado igualmente marcante, fora dos ditames legais, que ia dos setores pobres aos mais pauperizados.

Os setores mais empobrecidos que habitavam a Barra Funda o faziam em habitações coletivas, como no restante da cidade, seja em casas coletivas de trabalhadores, seja com famílias inteiras habitando um único cômodo –que também compunham o mercado de aluguéis. A Barra Funda entre os trilhos e a Várzea do Tietê era um espaço que recebia mais essa parte da população do bairro. A Rua Boracea, local de habitação do casal de italianos⁴⁷ que conhecemos através do auto crime que trata de uma agressão de gênero, faz parte da “Barra Funda de baixo”, assim como a Rua Anhanguera, em que fizeram o pedido para “construir umas casinhas de operário”⁴⁸, como vimos acima. Outra rua importante dessa parte

⁴⁵ Ofício com pedido de Francisco Gonçalves Matta. Encadernado 415. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

⁴⁶ Ofício com pedido de Francisco Fognetti. Encadernado 57. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

⁴⁷ A Justiça contra Henrique Simonsini, 1917. Processo número 024A0871 – 0011 -2 , do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

⁴⁸ Ofício com pedido de Carlos Giatti. Encadernado 57. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo. Encadernado 57

do bairro é a Rua do Bosque, em que João Cláudio, o carroceiro capoeirista, morava. Ele não é a única pessoa do processo que morava ali, podemos ver no Inquérito Policial contra João Cláudio que há apenas três testemunhas, além dos guardas civis, que dão depoimento: são três carroceiros, homens, com idades entre 20 e 35 anos, todos moradores declarados do mesmo endereço, na Rua do Bosque nº182. Já destacamos em outro momento do trabalho que é bastante provável que esse endereço significasse uma moradia coletiva de trabalhadores da ferrovia. Encontramos em nossa documentação outras referências a habitações coletivas no contexto das ferrovias: no ano de 1896, em um processo⁴⁹ relativo a atropelamento, Antonio Maia, um português de 29 anos, “trabalhador da linha inglesa”, declarou ser “morador no rancho dos trabalhadores na barra funda”, sem especificar o endereço; em outro processo⁵⁰ sobre atropelamento, datado de 1911, tanto o maquinista, José Lopes, um espanhol casado de 27 anos, quanto o foguista, Cyrillo Amorim, de 21 anos e também casado, declararam que residiam na Estação da Barra Funda.

Mas as habitações coletivas não ficavam restritas a esse recorte espacial do bairro, também podendo ser encontradas na porção acima dos trilhos. Em 1913⁵¹, a Serraria Cofiança, localizada na Rua Victorino Carmilo nº34, sofreu um incêndio, e foi bastante danificada antes mesmo de estar completamente montada. Com o intuito de descobrir a origem do incêndio – que, ao longo da investigação, se demonstra como uma preocupação de o dono ter causado o incêndio propositalmente para receber um possível seguro - é aberto um processo na polícia, que intima diversos vizinhos da serraria para depor. Três destes depoentes moravam no mesmo endereço, na Rua Victorino Carmilo nº36: Joaquim Leitão, um operário português de 27 anos, casado e alfabetizado, que declarou que “morava com companheiros diversos na casa e disse ignorar informações sobre a serraria”; David Evaristo Dias, português de 18 anos, solteiro, empregado no comércio, alfabetizado; e José Prates do Valles, um jardineiro português de 26 anos, casado e analfabeto; os dois últimos disseram que souberam do incêndio pelo barulho dos bombeiros e que desconheciam a serraria. Além dos três, no rol de testemunhas adicionais, caso fosse necessário abrir processo judicial, havia ainda cinco pessoas, de sobrenomes diversos, que habitavam a mesma casa que os depoentes. O fator de

⁴⁹ A Justiça contra Manuel Garcia, 1896. Processo número A81 1000152045 – 0, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

⁵⁰ A Justiça contra José Lopes, 1911. Processo número A81 1000165983 – 3, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

⁵¹ A Justiça – Inquérito Policial sobre Incêndio em Serralheria na Rua Victorino Carmilo, 1913. Processo número 100C0061 – 0045 – 6, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

unificação da casa é a origem, já que todos tinham ofícios e empregos distintos, e também não pertenciam a mesma família, já que tinham todos sobrenomes diferentes.

O aluguel, seja de casas pequenas ou médias, seja de casas coletivas, parece ter desempenhado um papel importante na formação de cidade e nas formas de morar desde períodos mais remotos. Beatriz Bueno (2009) analisou a Décima de 1809⁵², e constatou que já naquele momento havia uma prevalência desse tipo de relação com a moradia na cidade: no levantamento constava que 86% (que significava 1051) dos imóveis eram de uso exclusivamente residencial, em meio a apenas 2% comercial (26 lojas) e 10% (132) de uso misto. No mesmo levantamento mostrava-se que 50% (638) dos imóveis destinavam-se à renda de aluguel (BUENO, 2009, p.96). A questão da concentração de imóveis nas mãos de poucos também pode ser apreciada por esse levantamento, que aponta que dos 748 proprietários de imóveis urbanos cadastrados na Décima, apenas 3% detinha ¼ (302) dos imóveis; essa concentração tão expressiva estava centrada em ordens religiosas e nos comerciantes, os principais proprietários do período (BUENO, 2009, p.96).

Esse cenário de prosperidade dos negócios urbanos envolveu, ao longo do século XIX, inclusive os setores remediados que de alguma forma tinham conseguido a sorte de possuir uma propriedade, mesmo que diminuta, que os fez mudar claramente de posição social quando adentraram no mercado de terras urbanas. Maria Luiza Ferreira de Oliveira nos dá dois bons exemplos desse tipo de situação, em estudo que trata sobre a Rua do Imperador, no centro de São Paulo. O primeiro caso se passa no bairro de Santa Ifigênia, onde morava D. Anna Maria de Jesus, em um pequeno quarto ou telheiro, na que hoje é chamada Rua dos Guaianazes. Havia se mudado para ali em 1860, quando o seu marido recebeu o terrenos como doação dos estudantes de Direto, já que este era servente da Faculdade. Na época da mudança, a região era pouco ocupada, com terrenos baratos, mas quando da morte do marido de D. Anna a área já tinha se valorizado um pouco: em 1878 a casa já era avaliada em 600\$000, quantia que não era tão baixa, mas que não parecia suficiente para uma viúva com vários filhos. Por essa razão, a família continuou habitando o telheiro, e em 1883, havia nove pessoas dividindo apenas um cômodo. Mas, apenas nesses cinco anos, o terreno valorizou-se dez vezes, sendo vendido por seis contos, depois da permissão do curador da herança, que

⁵² A Décima foi o “primeiro imposto predial estabelecido para as cidades brasileiras” e a “Décima Urbana de 1809 contém informações sobre a localização dos imóveis, seus proprietários inquilinos, tipologias (casas térreas, sobrados, lojas), finalidades (uso próprio, aluguel), usos (residencial, comercial, misto) e valor” (BUENO, 2009).

autorizou a venda mediante pedido da viúva, que argumentou que os seus viviam em condições de penúria em um espaço tão reduzido. D. Anna se aconselhou com “especialistas” para lidar com a venda da propriedade e investimentos com esse capital, e comprou uma casa de três cômodos, ainda simples, na qual pagou um conto e meio. Fez ainda outros investimentos:

[D. Anna] Foi morar em casa de porta e janela, na Duque de Caixas, e garantiu pra si um rendimento de 40\$000 mensais com o aluguel de duas casinhas no recém-aberto Campos Elíseos (menos que ganhava um coveiro em 1875, equivalente ao salário de uma cozinheira). Suas duas casinhas térreas de porta e janela eram unidas, não tinham ainda número e confinavam com as propriedades de Martinho Prado Jr. de um lado, e as de vendedores de outro. O novo bairro mal acabará de surgir e já abrigava diversas negociações, investiam lado a lado D. Anna de Jesus e Martinho Prado. (OLIVEIRA, 2009, p.172)

Outro telheiro descrito por Oliveira era o de Joaquim Amaro dos Santos, um ferreiro, que morava com a mulher e seis filhos na Rua Jogo de Bola, ou Princesa, na Sé. O mesmo espaço abrigava ainda a tenda de trabalho de Joaquim, descrita como “muito velha e estragada” em seu inventário, realizado em 1879. O telheiro ficava espremido entre dois sobrados, que se diferenciavam socialmente dos habitantes daquele cômodo simples: um deles pertencia ao médico da Câmara, Dr. Francisco Honorato de Moura, e o outro a Santa Casa de Misericórdia. Apesar das inúmeras tentativas de vender a casa desde a morte do ferreiro, a família só obteve o consentimento para realizar a venda de 1888, quando o imóvel é adquirido pelo Dr. Peixoto Gomide. O cotidiano do centro de São Paulo no período imediatamente anterior a essa estudo revela não só a prosperidade dos negócios com as terras urbanas, mas também a falta de uniformidade do tecido da cidade ainda naquele núcleo confinado, como aponta Oliveira: “Um ferreiro pobre morando ao lado de um médico que era proprietário de várias casas na cidade. Um telheiro no coração da cidade sendo habitado por seus proprietários. Não estavam ali de favor, os mais ricos tinham que negociar com eles [...]” (2009, p.173). Se a cidade era muito misturada em seu núcleo central, era provável que a criação de bairros realmente especializados espacialmente e socialmente segregados fosse levar tempo – e de certa maneira, o tempo também se calcula no espaço, com os primeiros bairros que conseguiram chegar mais perto dessa homogeneização estando mais distantes do antigo centro dos que primeiro tentaram esse tipo de empreendimento. Essa chamada “depuração” entrava em choque com os interesses especulativos de vários setores, como o de

D. Anna, que investiu no Campos Elíseos apenas para o mercado de aluguel, escolhendo residir em uma localidade mais próxima da Santa Ifigênia. De uma certa maneira, é possível verificar que a falta de especialização dos bairros também tinha a ver com o mercado de aluguéis para os setores médios e pobres, que era consideravelmente lucrativo, e se apresentava naquele momento como um mercado em contínua expansão. Os investimentos no setor de moradias para os pobres construiu boa parte dos capitais das atividades urbanizadoras.

Em um estudo sobre as “casas em série” no Brás e na Mooca, Luciana Gennari trata dessa questão, a partir do mercado de construção de casas seriadas para os setores médio e pobre nesses bairros comumente associados ao operariado paulista. Esse tipo de habitação é associado na pesquisa a retalhação paulatina das chácaras que abundavam naquela região, que foram sendo divididas e subdivididas a cada negociação, “até que parasse nas mãos de alguém interessado em edificá-las” (GENNARI, 2005, p.59). A grande concentração de propriedades, como já vimos, tendia também a aparecer no mercado de aluguéis, mas nesse setor era possível que houvesse pequenos investidores, que inclusive contraíam empréstimos para se lançar nesse tipo de atividade. Muitos desses pequenos investidores tinham o mercado de aluguéis como sua principal fonte de renda, como era o caso de D. Anna. Luciana Gennari encontra um curioso personagem da urbanização daqueles bairros, que descreve um pouco a trajetória desses pequenos investidores. Rocco Valente, um italiano de Calvello, analfabeto, e em sua certidão de óbito consta em sua profissão “proprietário”⁵³, chega a cidade e começa a trabalhar:

Rocco chegou a cidade no último quartel do século XIX e começou a trabalhar na chácara do coronel Jose Ferreira de Figueiredo, na Mooca, plantando verduras e indo as vender de carroça no antigo mercado. Em 1898 comprou seu primeiro pedaço de terra do próprio coronel, na rua Piratininga, esquina com a rua da Mooca (consta que já há alguns anos o coronel vinha vendendo partes de suas propriedades). Realizou mais duas compras dos terrenos contíguos em 1902 e 1907 e assim constituiu sua chácara que posteriormente loteou e edificou prédios para aluguel – ainda hoje, esses prédios são de propriedade da família Valente. (GENNARI, 2005, p.129)

A partir da constituição dessa primeira chácara, Rocco Valente, com o apoio de seus filhos posteriormente, passou as primeiras décadas do século XX loteando e edificando uma área localizada nas esquinas das ruas da Mooca e Piratininga. A construção foi paulatina, e

⁵³ Em vários de nossos autos crime, algumas testemunhas tem como profissão auto declarada “proprietário”.

não foram contratados construtores: a família Valente assina os projetos e memoriais de construção que eram remetidos a Prefeitura (GENNARI, 2005, p.130), além de entrarem com uma série de “pedidos de construção e reforma de diversas casas e armazéns, construídos em série ou não, em períodos distintos, e assumiram eles próprios a construção desses prédios” (GENNARI, 2005, p.128-129). A prosperidade desses negócios permitiu que Rocco formasse um filho e um neto, os principais articuladores da herança da família, advogados. O espólio de Rocco também dava um mostra da bonança de seus negócios, tendo quando do seu falecimento propriedades espalhadas por outras regiões, como cinco casas na Rua Carlos Meira, na Penha, três casas na Estrada da Vila Ema, duas na Avenida Guarulhos, e uma casa na Rua Madre Deus. As propriedades da chácara da Mooca já haviam sido repassadas ao seu filho Francisco, ainda em vida (GENNARI, 2005, p.130). Sem dúvidas, boa parte desse mercado de aluguéis do qual temos tratado, e do qual Rocco fazia parte, foi possibilitado por avanços tecnológicos que permitiram construir de maneira mais barata em terrenos menores, sem necessariamente sair das regras estipuladas pela Prefeitura. A adoção do tijolo em larga escala possibilitou, por exemplo, a diminuição da área ocupada pelas paredes divisórias, mudando muito o cenário da área necessária para se realizar a construção em relação à taipa. Possibilitaram, assim, lotes mais estreitos e um grande adensamento horizontal que diversos bairros paulistanos viveram (GENNARI, 2005, p.161).

O avançar dos negócios da família Valente faz refletir sobre o nível de lucratividade dos terrenos urbanos localizados fora das áreas mais centrais, ou de maior prestígio da cidade, como no caso do lançamento de loteamentos com a pretensão de ser exclusivos para habitação das elites. A evolução da construção de edificações em relação aos habitantes da cidade nos parece um dado útil para refletir sobre esse processo:

PRÉDIOS		POPULAÇÃO	
ANO	No DE PRÉDIOS	ANO	No DE HABITANTES
1840	1843		
1875	2992	1872	26040
1886	7012	1886	47697
1895	18505	1890	64934
1900	21656	1900	239890
1905	25976	1905	300569
1910	32914	1910	375324
1912	39797	1912	410702
1913	43940	1913	460261

PLANTA GERAL DA CIDADE DE SÃO PAULO / COM INDICAÇÕES DIVERSAS. Organizada pela comissão geográfico e geológica. João Pedro Cardoso, [s.n.], 1914, esc 1:20000. BNRJ. IN: GENNARI, 2005, p.92.

O descompasso entre o ritmo de crescimento da população e a oferta de habitação disponível deixa claro que a principal busca de moradia estava centrada em um setor: a população de São Paulo cresceu e se expandiu fundadamente nos setores mais pobres e trabalhadores, imigrantes e ex-escravos, nesse período. Por isso, muito dos capitais que foram gerados e acumulados nas atividades urbanizadoras tinham como modo de reprodução essa classe. Assim, o mercado podia inclusive aparentar distorções, como uma maior lucratividade se investindo em massa em terrenos mais baratos que em lotes voltados a elite. No estudo de Gennari, ela aponta que o metro quadrado médio da região que estudou, Mooca e Brás, era de 100\$000, e que por esse mesmo valor podiam ser encontrados terrenos em outras áreas da cidade, inclusive áreas mais valorizadas, como: Pacaembu (nas ruas Alagoas e Itápolis), Vila América (nas ruas Bela Cintra, Consolação e Alameda Casa Branca), Jardim América (na avenida Brasil), Higienópolis (na rua Piauí), Campos Eliseos (na Alameda Nothmann), no Belenzinho (na avenida Celso Garcia) ou na Barra Funda (na rua Brigadeiro Galvão) (GENNARI, 2005, p.87) Outro dado da pesquisa de Gennari que reforça essa leitura é o levantamento do inventário de João Gonçalves de Faria Dente, um investidor do mercado de aluguéis:

[...] por ocasião de sua morte, somava entre seus bens imóveis dois edifícios na avenida Paulista, dois na rua Augusta, dois na rua dos Andradas, quarenta casas e três vilas no Brás e na Mooca e um imóvel em Santos, cujos valores somavam mais de 87% do total de seus bens. Os imóveis localizados entre Brás e Moóca totalizavam, apenas eles, mais de 52% do total de seus bens. (GENNARI, 2005, p.119)

As propriedades de Faria Dente não só existiam em um número muito mais expressivo nos bairros além-Tamanduateí, mas também significavam metade do valor total de seus bens. Se a quantidade muito maior de casas pode de alguma forma explicar porque propriedades em área menos valorizadas da cidade faziam frente a terrenos na Avenida Paulista, não encerra a questão do porquê esse investidor resolveu investir nesse mercado de aluguéis para os setores médios e pobres e não investir esse capital na compra de mais propriedades nas áreas nobres. Fica claro que havia um sentido de exploração do mercado de terras e aluguel urbano que Faria Dente estava seguindo. Apontamos no primeiro capítulo que, apesar de todo esse dinamismo, o mercado das atividades urbanizadoras sofreu flutuações entre o final do século XIX e o começo do XX. Uma estagnação tomou conta do mercado entre 1893 e 1907 (BRITO, 2000, p. 107). A crise financeira e os preços dos terrenos que não paravam de subir foram apontados como os principais motivadores desse processo. A estagnação do mercado foi superada se voltando para as classes populares: com a chegada em massa de imigrantes, que afluíam do interior a cada nova crise do café, a demanda por moradia subia, assim como os investimentos no setor de casas populares e no mercado de aluguéis, inclusive com incentivos governamentais para quem investisse nesse ramo do mercado. Como apontou Simoni (2003), o baixo preço da terra nas áreas mais distantes do centro não era um impedimento para torná-las lucrativas, muitas vezes funcionando de maneira inversa, já que ali se podia reduzir ao máximo as dimensões dos terrenos, sendo também possível comercializar simultaneamente um grande número de lotes, já que havia muito terreno disponível para arruamento e loteamento em sequência. O pagamento a prestações também era um grande aliado desse tipo de negócio, que mostrou que era possível conseguir altas margens de lucro mesmo em terreno baratos voltados a população de renda muito baixa (SIMONI, 2003, p. 282).

Na Barra Funda, vemos claramente esse movimento, não tão centrado em grandes loteamentos - apesar de que estes existiram⁵⁴ - mas que abundavam no mercado de construção

⁵⁴ Segundo Raquel Rolnik, Nothman e Buchard tiveram investimentos na Barra Funda no setor de loteamento popular, assim como o fizeram no Brás, na região do Hipódromo da Mooca. Na Barra Funda, lançaram um loteamento na Várzea dos Sales, sobre o qual não encontramos registro em nossa documentação. (ROLNIK,

de casas para aluguel. Além de todos os outros casos que já vimos no decorrer do capítulo, a nossa documentação guarda mais elementos para apontar a frequência desse tipo de mercado no bairro. Em 20 de janeiro de 1904, José Esteves⁵⁵, proprietário de um terreno que “em frente ao nº44 (tinta)” da Rua Conselheiro Brotero pedia permissão a Prefeitura para construir 4 casas. As quatro casas, germinadas, alinhadas no lote, eram exatamente iguais, seguindo muito da disposição das casas em série estudados por Gennari, como podemos ver na planta:

2007, p.116).

⁵⁵ Ofício com pedido de José Esteves. Encadernado 57. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

Croqui anexado ao ofício com pedido de José Esteves. Encadernado 57. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

Como vemos, as casas eram simples, mas estavam em um padrão um pouco acima da média, já que contavam com cinco cômodos, incluindo a cozinha e a dispensa. Em 3 de fevereiro do mesmo ano, há outro pedido para a construção de três casas no bairro, dessa vez na rua Barra Funda nº55. O pedido foi feito por Otto Fritsch⁵⁶, que planejava construir as três casas alinhadas no lote, duas geminadas e exatamente iguais, e uma com um formato menos usual, como podemos ver na planta:

⁵⁶ Ofício com pedido de Otto Fritsch. Encadernado 377. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

Croqui anexado ao ofício com pedido de Otto Fritsch. Encadernado 377. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

Enquanto as duas casas iguais tem cinco cômodos, mais a latrina, a terceira casa tem seis, mais um banheiro. Temos dois pedidos ainda no ano de 1904, um de Raphael Cruvello⁵⁷, proprietário de um terreno na Rua Conselheiro Brotero esquina com a Rua Projetada, que ficava em frente à famosa vidraria do bairro, de propriedade da família Prado. O pedido, que foi realizado no dia 9 de setembro, pedia o alinhamento do terreno já que se pretendia construir duas casas ali. Em 6 de dezembro, Picioni e Santo-Amaro⁵⁸ pediam autorização para construir “duas casas em um só corpo”, em terrenos de sua propriedade, na Barra Funda. Se não temos nenhum indício direto de que essas habitações estavam sendo construídas especificamente para o mercado de aluguéis, muitos elementos que viemos recolhendo ao longo desse capítulo deixam apontado que essa acabava sendo a função desse tipo de imóvel, mesmo que o primeiro construtor não se tornasse ele próprio o investidor nessa área. Havia uma clara tendência entre o final do século XIX e XX, como já discutimos no primeiro capítulo, em conservar a propriedade de bens imóveis. O mercado de aluguéis possibilitava justamente manter a propriedade, lucrando em cima dela em parcelas menores, mensais, mas preservando a segurança que a venda de um imóvel em um mercado em oscilação não permitia. Se essas casas foram construídas pra serem comercializadas diretamente, e não alugadas, é igualmente perceptível que havia um limite na parcela da população que adquiria imóveis, o que levou quem tinha algum capital acumulado, ou possibilidade de consegui-lo de alguma forma, a comprar essas casas e colocá-las posteriormente no mercado de aluguel, como fez D. Anna de Jesus.

Se considerarmos que todo o dinamismo econômico paulista da virada do século XIX deve ser matizado, pois ocorreram uma série de pequenas e médias crises até o período mais dramático vivido em 1929, é evidente que os investidores dos capitais nas atividades urbanizadoras analisavam esse cenário, e não podiam se fiar apenas no mercado voltado aos mais abastados. A falta de especialização de bairros como a Barra Funda estava inserida em uma lógica de lucros, que enxergava o mercado de terras e habitações urbanas para pobres e remediados como um mercado fundamental. Obviamente, era impossível controlar todo esse processo de exploração da feitura da cidade, por vezes setores fora da burguesia poderiam se beneficiar dos revezes desse mercado, como são os casos de Rocco Valente, D. Anna de Jesus e a família de Joaquim Amaro dos Santos, mas não parece ser esse o *sentido* geral desse

⁵⁷ Ofício com pedido de Raphael Cruvello. Encadernado 57. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

⁵⁸ Ofício com pedido de Picioni e Santo-Amaro. Encadernado 57. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

processo. A concentração da propriedade fez com que a multiplicação desses capitais acabasse em mãos bastante específicas – e poucas – como tratamos no primeiro capítulo. A começar pela própria concentração dos terrenos desde o período Imperial da cidade, que já colocava necessariamente quem entrava nesse mercado em relação com as poucas famílias que dominavam as terras ainda disponíveis no perímetro urbano.

Assim, consideramos que há elementos para deixar apontado que a ocupação mista de bairros como a Barra Funda não foi um simples revez do que tinha sido planejado para eles, mas sim que foi possibilitada pela própria lógica daquele mercado com as atividades urbanizadoras. Se havia a intenção de construir um bairro especializado, as mesmas pessoas que tinham essa intenção também desejam lucrar o máximo possível com seus empreendimentos, e isso levava, necessariamente, a expansão para outros tipos de usos do espaço. O mercado de aluguéis fazia, de várias formas, render mais os investimentos naqueles imóveis, mas também possibilitava que setores não desejados, aparentemente, no projeto inicial, encontrassem um local acessível para morar. A ocupação mista é também, então, uma resultando de dois elementos que abundavam na Barra Funda: casas de aluguel e uso misto do espaço (moradia e trabalho, no mesmo imóvel). O crescimento urbano, que movimentou a economia de forma expressiva naquele momento, se calcava também nos setores médios e empobrecidos, que financiavam a construção concreta e simbólica da modernidade das elites paulistas urbanas. Mas não sem construir suas próprias práticas de sobrevivência – e resistência.

Capítulo III – Fazer a cidade com a resistência: relações de poder e a cidade dual

Renovem as casas, alinhem as ruas, transformem as praças: “as pedras e os materiais não lhes oporão resistência. Mas os grupos resistirão, e neles vocês enfrentarão a resistência, senão de pedras, ao menos de suas disposições antigas”
BERNARD LEPETITI apud MAURICE HALBWACHS

Quando tinha apenas 19 anos, Manuel Alves Machado⁵⁹ faleceu na casa de sua família, na rua Salta Salta nº2. Essa pequena rua corria paralelamente aos trilhos de trem, nos lados da “Barra Funda de baixo”, na porção do bairro entre a barreira férrea e a barreira natural do curso do rio Tietê. O jovem morreu no dia 30 de maio de 1909, após passar algum tempo doente, e de cama, sem poder se levantar, trabalhar ou mesmo simplesmente andar pelo bairro. No dia seguinte ao seu falecimento, a 3ª Delegacia de Polícia da Capital, localizada em Santa Ifigênia⁶⁰, abriu investigação para averiguar o que efetivamente causou a morte de Manuel, como é relatado no pedido de abertura do processo:

Constando a essa delegacia que Manuel Alves Machado, residente a rua salta salta n. 2, faleceu hontem em consequência de contusões recebidas num conflicto havido no bairro do Limão, determino ao escrivão que intime os médicos legistas para, como peritos, procederem a autopsia no cadáver de Manoel, proseguindo-se no inquérito observadas todas as formalidades legais.

O delegado Ascanio de Cerqueira não recebeu nenhuma queixa formal sobre a morte de Manuel, mas, tomando conhecimento sobre o fato, também pelas questões legais que se seguem após um óbito em relação aos trâmites com o cadáver, optou por proceder a investigação sobre o ocorrido antes de permitir o prosseguimento do luto familiar. Assim nasce o processo, apenas com “a Justiça” como parte, no “Inquérito Policial sobre a morte de Manuel Alves Machado”, como vemos informado na capa desse auto crime. A primeira providência do delegado é encomendar a peritos a autopsia do corpo, afim de que se verificar com “rigor técnico” qual a causa da morte de Manuel. O “Auto de Autopsia”, que nesse caso era do modelo de investigação sobre homicídio, nos informa que Manuel era um homem

⁵⁹ A Justiça – Inquérito Policial sobre a Morte de Manuel Alves Machado, 1909. Processo número A81 1000161823 – 1, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

⁶⁰ Que é responsável por quase todos os processos tratados nesse estudo, com recorrência do delegado Ascanio de Cerqueira.

preto, de estatura mediana e constituição forte, além de descrever pormenorizadamente sua vestimenta: calça de casimira escura, ceroula de algodão branco, fraque de pano preto, camisa branca, no pé esquerdo uma meia escura e pé direito nú. O laudo médico aponta, por fim, que Manuel tinha um problema sério na vesícula e congestão pulmonar dupla, tendo morte natural em decorrência desse quadro. Sobre possíveis lesões do espancamento que motivou o inquérito, os peritos dizem que não encontraram vestígio de contusão analisando o crânio, mas que constaram lesões no torso e no pé direito, mas que não podiam dizer se eram advindas de espancamento. Apesar das conclusões dos médicos, a investigação continua, e podemos conhecer um pouco mais da história que perpassou a morte de Manuel.

O delegado convoca quatro testemunhas para prestar depoimento, todas conhecidas de Manuel. O primeiro a comparecer é Avelino de Oliveira, um brasileiro de 23 anos, solteiro, sabe ler e escrever, operário e igualmente morador da Barra Funda, da mesma região que Manuel, na rua do Bosque nº44. O depoimento de Avelino é bastante rico no detalhamento de um dia de descanso e lazer na vida de um grupo de jovens trabalhadores da Barra Funda. Voltamos ao começo daquele mês de maio de 1909, quando, no dia 9, Avelino partiu da Barra Funda com seus amigos Manoel, João Evangelista, João Pires e “Ataliba de tal” em direção ao bairro do Limão, onde estava sendo realizada uma festa. Eles chegaram do outro lado do rio Tietê por volta das três e meia da tarde e se demoram por lá até o anoitecer. Avelino não se detém – ou não lhe foi permitido pela autoridade policial – em descrever como foi o dia de diversão com seus amigos, partindo logo para o ocorrido que interessava ao inquérito policial:

[...] que ao escurecer o depoente retirou-se em companhia de seus amigos, quando ao chegarem à margem do rio Tietê afim de tomarem a balsa, o filho do inspector do quartirão do Limão apareceu no local dando voz de prisão a Manuel, tendo este na ocasião de ser preso pedido, ao grupo que acompanhava o filho do inspector, que não lhe maltratassem, pedido este que foi reiterado pelo depoente e seus companheiros; que esse grupo era composto de mais de vinte pessoas, todas armadas de fouces e páo; que o depoente ignora o motivo da prisão de Manuel, pois, durante todo o tempo que elle lá esteve, não houve provocações e nem alteração de ordem; que no dia seguinte à prisão de Manuel, o depoente encontrando-se com o mesmo, elle contou-lhe que na ocasião em que era conduzido preso, fora em caminho espancado pelo filho do inspector e por pessoas do grupo que o escoltava.

O relato de Avelino nos mostra que a visita do grupo de amigos ao bairro do Limão não acabou bem, com um dos membros do grupo não retornando a Barra Funda em virtude da prisão pelo “filho do inspector de quartirão”. Ao final de seu depoimento, Avelino

acrescentou ainda que encontrou a mãe de Manuel após seu falecimento, e que, no seu leito de morte, o jovem dizia que estava morrendo em consequência do espancamento que sofreu no momento a sua prisão. A maioria dos outros depoimentos dos companheiros de Manuel que o acompanharam ao bairro do Limão são bastante semelhantes, mas com algumas detalhes que ajudam a nos aproximar mais das contradições dos ocorridos naquela festa popular de rua. A segunda testemunha é José Ataliba, também brasileiro e operário, de 26 anos, casado, residente na Rua Bernardino de Campos nº23, não sabendo ler nem escrever. Ele enfatiza que durante todo o tempo em que permaneceu no Limão com seus companheiros não houve nada “anormal”, e nos informa que o filho do inspetor de quartirão se chamava Christiano, e que este agarrou brutalmente Manuel no momento de sua prisão junto às margens do Tietê. Ele também encontrou Manuel após a sua prisão, e que “perguntando-lhe porque havia sido preso Manuel disse-lhe que fora preso porque haviam dito que ele queria brigar com pessoas do bairro do Limão”. Ataliba ainda teve a oportunidade de se despedir do seu companheiro, já que visitou Manuel quando estava de cama e ouviu de seu amigo que estava doente por conta do espancamento que sofrera.

Já a última testemunha que participou das celebrações no bairro do Limão nos permite conhecer um pouco mais dos antecedentes da prisão de Manuel. João Pires de Miranda, brasileiro e operário como todo o grupo que foi reunido a festa, de 26 anos, casado, e residente a Rua Bernardino de Campos nº3, que não sabia ler nem escrever. Pires tinha atravessado o rio não só com seus companheiros, mas acompanhado de sua família, tanto que relata que ao escurecer, quando estava longe de seus companheiros acompanhando sua família, viu, a distância, nas proximidades da capela do bairro, “um numeroso grupo discutindo acaloradamente”, e que se dirigiu ao local para ver o que estava ali ocorrendo, e qual não foi sua surpresa ao perceber que queriam prender seu amigo Manuel. Que não conseguiu saber qual seria o motivo da prisão perguntando para as pessoas em volta, e que Manuel “vendo a atitude de Christiano de tal, filho do inspetor de quartirão, que lhe havia dado voz de prisão, conseguiu fugir ocultando-se nas matas sendo perseguido por Christiano, acompanhado de um grupo armado de páos”. Pires só reviu Manuel quando todos já estavam reunidos na margem do Tietê esperando a balsa para o retorno a Barra Funda, mas Christiano, acompanhado do seu grupo, apareceu ali no mesmo momento, descrevendo o mesmo que as outras testemunhas: Christiano agarrou brutalmente Manuel dando-lhe voz de prisão, e que Pires “nessa ocasião, vendo que Christiano procurava com um páo esbordoar a Manuel,

interveio em favor deste”, mas que não pode evitar a agressão e que o amigo foi levado para dentro do bairro do Limão. Pires ainda encontrou Manuel após sua prisão, ocasião em que este lhe mostrou uma ferida no pé causada pelo espancamento, e, antes da morte do amigo, o visitou em casa e que as reclamações de muitas dores pelo corpo eram atribuídas pelo amigo ao espancamento.

A última testemunha não acompanhou os eventos no bairro do Limão, foi convocado a depor por ser irmão do falecido. Firmo Alves Machado, era um ensacador de 23 anos, solteiro, brasileiro, e, assim como Manuel, residia com sua família na casa da rua Salta Salta, não sabendo ler nem escrever. Informa que a convalescência de Manuel começou com queixas de uma dor no pé, que então se pôs de cama e ali ficou por dez dias, vindo a falecer no final desse período. Que seu irmão também se queixava de uma pontada do lado direito com repercussão no dorso, e que defendia que esses problemas de saúde eram reflexos do que acontecera com ele no bairro do Limão. Informa, por fim, que “na sexta-feira ultima, Manoel recusou-se a tomar os medicamentos que o doutor Sergio Meira receitara, e que por informações diagnosticara pneumonia, allegando achar-se muito doente e sem esperanças de sarar”. A pessoa que depõe a seguir no processo é o acusado pela agressão de Manuel, que é chamado para dar declarações. Christiano Gios, um italiano de 32 anos, naturalizado brasileiro, casado, mecânico e que sabe ler e escrever, residente no bairro do Limão, desmente a versão dos fatos contada pelas testemunhas, dizendo que na festa realizada no bairro do Limão do dia 9 de maio realmente foi “preso um preto de nome Manuel”, que a prisão foi em virtude de discussões com moradores do Limão e por ter agredido o declarante. Diz ainda que “o preto” foi preso no porto do rio Tietê, pelo pai de Christiano, que é inspetor de quarteirão do local e não por ele próprio, que isso ocorreu por volta das nove horas da noite e que não é verdade que Manuel foi espancado.

O Doutor Sérgio Meira, citado no depoimento de Firmo, irmão de Manuel, é o último convocado a dar declarações no inquérito. Não podemos saber qual vínculo este médico tinha com a família de trabalhadores da Barra Funda, mas fica claro que era um vínculo próximo, já que o pai de Manuel buscou o médico em socorro a seu filho enfermo. O médico de 52 anos, casado, residente a Rua Brigadeiro Tobias nº 92, disse que “que foi consultado pelo preto Joaquim”, que lhe solicitou uma receita para seu filho, pois este estava “escorrendo muito sangue”. O médico, não podendo ir àquela hora visitar o doente e “não querendo mesmo o preto Joaquim recolher o seu filho a Casa de Misericórdia”, cedeu ao pedido de Joaquim e lhe

prescreveu uma receita a partir das informações que possuía. No entanto, Joaquim retornou em dois dias, dizendo que o estado do seu filho se agravara, insistindo então o médico que Manuel deveria ser encaminhado para um hospital. Quando do óbito do jovem operário, a família procurou novamente o médico, que atestou profundas contusões no rapaz e avaliou que havia sim uma relação das agressões com o aprofundamento da enfermidade de Manuel. Com o levantamento dessas informações, a polícia dá por encerrada suas responsabilidades nesse caso, informando que:

[...] iniciou-se o presente inquérito afim de ficar apurado a quem cabia a responsabilidade da morte do referido Manuel. [...] Para base das investigações se procedesse a respectiva autopsia, cujos peritos affirmam que Manoel falecera em consequência de hydipericardite e congestão pulmonar dupla, não encontrando vestígios algum de contusões. [...] Remete-se ao Juízo Criminal por intermédio da Secretaria da Justiça e Segurança Pública.

O encaminhamento da polícia não permite saber se a Justiça entendeu que havia elementos suficientes para relacionar a morte de Manuel com o espancamento sofrido no bairro do Limão, e não há prosseguimento das investigações no próprio corpo do processo – o que não quer dizer que não se tenha aberto um processo judicial, a documentação pode ter sido desmembrada, perdida, ou simplesmente aberta em um novo processo. O delegado informa que poderiam ser convocadas para depor outras testemunhas que ainda não tinham sido ouvidas: Antonio Martins, morador na rua Bernardino de Campos nº 1; Henrique Moraes e Matheus Gios, do bairro do limão; João Bioschi, Rua dos Italianos nº 8 e Luiz Campos, morador na olaria de Antonio Porto, na várzea da Barra Funda.

Apesar de não saber se as condições da morte de Manuel foram levadas as malhas do Judiciário, o inquérito policial nos oferece muitos elementos a serem problematizados sobre a vida e a morte dos jovens trabalhadores da Barra Funda. As tensões entre a submissão, as estratégias de sobrevivência e as resistências permeiam todo o desenrolar desse auto crime, mostrando que o cotidiano do bairro também refletia o contraditório processo de “modernização” vivido na urbanização da metrópole do café. Das grandes contradições aos pequenos indícios, a vida e a morte do jovem preto operário Manoel nos dá a dimensão de um cotidiano da Barra Funda que se espalha para além dos limites geográficos do bairro. Um dos primeiros pontos a chamar atenção no relato das circunstâncias envoltas no caso é que há uma evidente relação entre poderes formais e informais permeando todo o desenrolar da própria história, assim como a sua investigação e encaminhamento posterior. O processo é rico em

personagens e instituições que sustentam a narrativa: o inspetor de quarterão e seu bando, a polícia, a justiça, os médicos, os companheiros de trabalho e de bairro, a família. São atores sociais que se relacionam de diversas formas nas narrativas que rememoram as circunstâncias da morte de Manuel.

Como aponta a documentação, Manuel era um trabalhador pobre, um operário, morando em uma região desprivilegiada de seu bairro, próximo a linha do trem e da área de várzea. Vivia num região do bairro que concentrava moradias coletivas, seja de trabalhadores sozinhos ou de famílias, e onde predominavam os negros nacionais e imigrantes europeus pobres. O cotidiano de controle e cerceamento que esse setor social sofreu no período pós-abolição e republicano foi largamente estudado pela historiografia⁶¹, e é também comprovado pela experiência de Manuel. Um das figuras mais notórias do processo é Christiano Gios, filho do inspetor de quarterão do Limão, que é enxergado por Manuel como o responsável pelo seu sofrimento e morte. Manuel identifica na figura de um responsável institucional, vinculado ao Estado, pela vigilância e repressão da população, na instância mais cotidiana da vida, o golpe final que termina com sua vida. Na disputa de forças entre o bando do inspetor de quarterão e o jovem Manuel há uma miríade de representações possíveis sobre as formas institucionais de controle e as práticas de sobrevivência e resistência da população.

A figura do inspetor de quarterão é antiga na organização das forças repressivas no país, aparecendo inclusive nas ordenações filipinas (SILVA, 2007). Assim, existiram durante o período colonial, seguiram existindo e aperfeiçoando sua forma durante o Império e permaneceram como uma figura com um poder bastante visível na República. Os inspetores de quarterão eram escolhidos pelo Juiz de Paz dentro da população de cada área, e esperava-se que fossem homens de boa reputação e razoavelmente instruídos, que tinham a função de fazer a vez de uma “primeira instância de policiamento” (SILVA, 2007, p.29), podendo realizar prisões em flagrantes e zelando pelos “bons costumes”, pelo “sossego público e ordem” nos bairros, sendo uma força importante para a aplicação das leis de vadiagem nesses espaços. Mas não era só isso que faziam, já que em muitos lugares da cidade, pela distância do centro ou dificuldade de acesso, acabavam por ser praticamente a única instância de poder do Estado presente cotidianamente, o que dava aos ocupantes dessa função um poder simbólico bastante forte na sua comunidade.

⁶¹ CHALHOUB, 2001; MOURA, 1977, 1984.

O caso de Manuel atesta bem esse tipo de prática, de construção de um poder local enraizado por parte do campo de influência do inspetor de quarteirão: o jovem operário teria sido preso não pelo próprio inspetor, mas sim por seu filho, numa transferência de poder que não é aceita pela legislação – o que fica claro até no próprio depoimento de Christiano, que tenta desmentir que tenha realizado a prisão, indicando que a ação foi realizada por seu pai, o inspetor de fato, e que este, como os demais de seu bando, apenas auxiliaram. A própria formação do bando é outro elemento importante de ser analisado nesse caso, pois tanto indica esse poder de mobilização de um inspetor de quarteirão na sua comunidade, como a própria organização de uma comunidade contra pessoas de fora daquele bairro, que se utilizam de uma figura mais institucional, nesse caso o inspetor, para resolver um conflito. Os inspetores aparecem em outros momentos de nossa documentação, mostrando como o enraizamento do poder local dessa função era consistente, mas não sem contradições. Em um processo de 1896, aberto contra o maquinista Manuel Garcia⁶² pelo atropelamento de um companheiro de trabalho da ferrovia quando seu trem chegava a estação da Barra Funda, o amigo do atropelado, não encontrando o feitor da estação pois este estava de serviço em outra parte da ferrovia, busco a próxima pessoa que julgava ter a responsabilidade, e a autorização, para essa tarefa, que no entender do trabalhador da linha férrea era o inspetor de quarteirão. Em outro caso do ano de 1896, conhecemos um inspetor de quarteirão da Barra Funda: em uma briga de bêbados em uma casa comercial⁶³, que causou a abertura de um processo por injúria contra Gaspar da Silva Alvarenga, o inspetor de quarteirão tem um papel fundamental no desenrolar do conflito, intervindo na briga e retirando da mão de Gaspar um revólver com o qual estava ameaçando seu momentâneo oponente – que, na verdade, era seu amigo, como veremos no descrever do processo mais a frente. Quem interveio foi Miguel Fraise, um italiano de 43 anos, casado, alfabetizado, negociante, residente a Rua Brigadeiro Galvão nº43, e que ocupava o posto de inspetor de quarteirão. O prestígio que Miguel tinha junto a Gaspar fica claro pela declaração do inspetor de quarteirão, que disse que o acusado entregou-lhe a arma espontaneamente após uma conversa, já que estava muito alcoolizado e foi convencido pelo declarante que era melhor permanecer desarmado para resolver a questão.

Vemos nesses casos um claro cruzamento entre proceder o rigor da lei e seguir os costumes da comunidade na resolução de conflitos no qual o inspetor de quarteirão se

⁶² A Justiça contra Manuel Garcia, 1896. Processo número A81 1000152045 – 0, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

⁶³ Francisco Gonçalves contra Gaspar da Silva Alvarenga, 1896. Processo número 1000152037 – 3, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

equilibra, seja pelo próprio bem do convívio da comunidade, seja por interesses pessoais.⁶⁴ Se existia uma intenção institucional do poder repressivo em utilizar os inspetores de quarteirão como uma primeira instância para guardar a ordem social, “prendendo os delinquentes e compelindo os vadios para o trabalho” (PINTO, 1994, p.238), a prática da ação dos ocupantes dessa função nem sempre seguia a risca os seus deveres junto ao poder público, seja para contemplar interesses próprios do inspetor ou de suas famílias e companheiros, ou para atender as práticas de resolução de conflito de sua comunidade que se chocavam com a norma institucional. É fácil perceber que conquistar a função de inspetor de quarteirão era uma forma se notabilizar socialmente, questão cara a sociedade brasileira com herança em um passado colonial e aristocrático (HOLANDA, 1973). Para além desse ponto, um poder cotidiano em sua comunidade também garantia elementos próprios de sobrevivência para o inspetor e aos grupos com quem se relacionava: obter ganhos ilegais não prestando o devido serviço de fiscalização sobre botequins, por exemplo, ou salvar patrícios das mãos da polícia eram privilégios desfrutados por esses homens (SILVA, 2007). O inspetor de quarteirão, italiano, que em 1908 atuava na região do Mercado Central, por exemplo, recusou-se a prender sua patrícia Grazzia Benevenuto, nomeada pelo *Diário Popular* como “Quitandeira Agressora”, por esta ter esbofeteado uma “senhora pertencente a uma antiga e conceituada família paulista” como desdobramento da cliente ter derrubado uma abóbora de sua banca que bateu no pé da quitandeira. O jornal acusa o chefe de quarteirão de não ter socorrido a “distinta senhora” por “espírito de nacionalidade”⁶⁵.

De toda forma, vemos que o desenrolar do inquérito policial sobre a morte de Manuel nos aponta como o poder formal entrecruzou não só a vida desse operário como seu desenlace fatal. Mas não de maneira determinista, já que nos próprios elementos que são representativos dessa instância de poder sobre o jovem operário há fissuras e contradições que fazem com que resistências possam ser criadas contra um controle pleno. Há inclusive outros elementos do poder formal que perpassam a vida e morte de Manuel: a própria Justiça, pelo desenrolar do processo e por como optou-se desenvolver a investigação, e, relacionado a essa primeira,

⁶⁴ Ainda seria bom discutir que nem sempre essa função era bem aceita pelo indicado, que por vezes tentava se furtar a desempenhá-la já que era uma função sem nenhuma remuneração, e que por vezes atrapalhava o desenvolver de outras atividades econômicas de sobrevivência destes homens. Assim, ocorria desse função ser repassada a homens desinteressados, sem os predicados esperados pelo poder público, ou mesmo homens “sem idoneidade”, o que contribuía para as contradições dessa função. Um relato sobre o cotidiano dos homens que assumiam essa função no Recife em SILVA, 2007; sobre o caso de São Paulo, há estudos mais gerais, como o ROSEMBERG, André. *De chumbo e festim - uma história da polícia paulista no final do Império*. São Paulo: EDUSP, 2010.

⁶⁵ *Diário Popular*, de 16 de Janeiro de 1908. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

como a medicina e seus laudos técnicos entendem a experiência de enfermidade e os motivos do falecimento de um trabalhador pobre – inclusive, com um fratura interna na própria área, já que o médico que era ligado a família, mas que socialmente era obviamente mais próximo dos peritos designados pelo delegado, discordava da avaliação destes sobre as causas da morte. Enquanto a técnica dizia que havia uma só explicação para a morte do jovem operário, que era natural derivada de uma enfermidade que não se relacionava com os eventos do bairro do Limão, Manuel insistia que seus males eram provenientes da injustiça que sofrera desse poder constituído.

Nesse ponto, Manuel nos abre outra possibilidade de análise do seu caso, apontada também pelas fissuras encontradas dentro do poder formal. Como vimos, muitos dos elementos trazidos por esse caso apontam um entrelaçamento do poder formal com relações de poder informais, de um nível mais subterrâneo do cotidiano. Seguindo no caminho da leitura anteriormente feita sobre esse caso, ressalta-se claramente uma relação de poder informal, do nível da camaradagem, entre os homens moradores do bairro do Limão, que, em apoio ao filho do inspetor do quartirão, se uniram para prender um forasteiro – Manuel. Esse laço entre esses homens não era formal, não havia uma obrigação institucional de que os homens da localidade auxiliassem o trabalho dos inspetores, apesar de vermos que a própria essência dessa função exigia um grau de proximidade com os moradores que permitisse esse tipo de “favor”, ou seja, a efetivação dessa função estava também muito ligada aos vínculos pessoais que o inspetor tinha com os moradores de sua jurisdição. No caso específico de Manuel isso fica ainda mais evidente pelas suspeitas que tenha sido não o inspetor a realizar a prisão, mas seu filho, exercendo claramente um deslocamento de poder no nível da prática cotidiana que não encontrava amparo na legislação que regia aquela função do aparato repressivo. Essa relação de poder informal em torno da figura do inspetor permitia que aquele grupo de homens dominasse de certa forma o espaço que habitavam, controlando inclusive, no caso de um local mais isolado como o bairro do Limão era naquele momento, os pontos de entrada e saída do bairro – o que com certeza auxiliou o bando a encontrar Manuel no porto do rio Tietê após ele ter conseguido se evadir da primeira tentativa de prisão.

O deslocar pelo espaço citadino também está presente na relação entre a família de Manuel e o médico Sérgio Meira, que residia no bairro da Luz, na Rua Brigadeiro Tobias. No decorrer das suas declarações são muitos os indícios de que o médico não encontrava facilidades em se deslocar para ir ao encontro do enfermo, mas já a necessidade de Joaquim

em cuidar de seu filho em uma situação de saúde grave fez com que este se deslocasse algumas vezes para ir ao encontro do médico em busca de auxílio. O abismo social que separava a família negra de trabalhadores pobres, com um filho operário e com outro ensacador, de alguma forma foi transporta e estabeleceu um laço com o doutor Meira, a ponto não só dele prestar favores médicos a família, mas também auxiliar no esclarecimento da morte de Manuel, sustentando as autoridades policiais que o óbito tinha relação com o espancamento que Manuel alegava ter sofrido, mesmo em discordância com o que atestavam os peritos oficiais. Não temos elementos para esmiuçar qual seria a natureza da relação entre a família Alves Machado com o médico, não sabemos qual era o ofício de Joaquim, que poderia ter prestado serviços para a família do médico, e também não temos informações sobre a mãe da família, apenas sabendo que ela existia e que estava empenhada nos cuidados de seu filho enfermo, não podendo saber se por ventura desempenhava alguma tarefa que a permitia ter mais proximidade com outras camadas sociais – o que era comum quando mulheres pobres se engajavam no serviço doméstico ou na venda ambulante de gêneros alimentícios (PINTO, 1994; DIAS, 1995; CHALOUN, 2001). Independentemente desse dado, é visível que a família Alves Machado usou esse laço com o médico como um dos elementos de suas estratégias de sobrevivência, para superar a sua impossibilidade financeira, e social, de conseguir um tratamento médico adequado e se fazer ouvir, pela voz da autoridade técnica, junto às autoridades policiais. Além desse laço, que garantiu uma estratégia de sobrevivência inter classes, há um outro presente no processo muito comum nas camadas mais pobre do país nesse período: o apoio mútuo entre companheiros de trabalho e vizinhos que pertenciam a mesma classe.

As principais testemunhas do processo, que nos relatam uma perspectiva do que ocorreu no bairro do Limão a partir dos visitantes da festa, são todos homens, com idades semelhantes, jovens, operário e nascidos no Brasil – não há nenhuma indicação da cor dos depoentes, então não podemos saber se estes eram negros como Manuel. Além disso, todos residem próximos, um deles em uma rua paralela a que família Alves Machado morava, na mesma porção da Barra Funda abaixo dos trilhos. Os vínculos pessoais desses trabalhadores os acompanhavam para fora da jornada de trabalho, fazendo com que vivessem juntos seus momentos de lazer e descanso, pelo bairro ou fora dele, vivendo a cidade, atravessando o rio para participarem juntos de festas em outras vizinhanças. O apoio entre esses homens não terminava ali, mostrando que o vínculo era bastante forte para enfrentarem juntos situações de

conflito, como a que ocorreu no Limão: todos os depoimentos defendem que havia indícios de que a versão de Manuel sobre o espancamento sofrido no momento de sua prisão era verdadeira, contrariando a versão contada pelo filho do inspetor de quarteirão. Em nome da camaradagem a Manuel, esses homens se deslocam até um posto policial, enfrentam uma figura de autoridade, e ratificam a versão do amigo falecido. Além disso, as conversas em encontros casuais nas ruas do bairro e as visitas a casa do enfermo mostram que os vínculos que uniam esses homens não eram efêmeros, e que eles se utilizam desses vínculos para enfrentar esse tipo de situação conflituosa, atuando de alguma forma como uma força conjunta.

Os eventos trágicos envoltos na morte de Manuel dizem bastante sobre a cidade em que se desdobrou sua vida. Morando em uma porção pobre de um bairro misto, Manuel era um operário que encontrou a possibilidade de ter um momento de lazer com seus amigos se deslocando pela cidade, indo a uma festa num bairro do outro lado do Tietê. Havia, então, a possibilidade de se relacionar com a própria cidade, mesmo com as limitações que vemos no decorrer do caso: a travessia devia ser feita por meio de balsa, as possibilidades de conflitos violentos em outras vizinhanças. Colocar-se em movimento e ter relações para além do bairro também se mostrou fundamental na busca de auxílio médico. Habitar nas bordas urbanas, nos bairros que abriam caminho para a expansão da urbanização do núcleo central da cidade, levou esse grupo a adotar estratégias de mobilidade que o garantisse acompanhar também esse ritmo de modificações pelos quais a cidade passava. Fugir a uma separação entre uma cidade que trabalhava e outra que desfrutava dos ganhos econômicos do capital cafeeiro se mostrou como fundamental na prática desse grupo – se havia um discurso de uma cidade segregada pela “modernidade” paulista, ela logo é derrubada pelo cotidiano misto, móvel e cheio de estratégias de sobrevivências desses personagens dos bairros das bordas.

Enquanto os setores da classe dominante faziam planos de melhoramentos da cidade, apostando em projetos que visibilizassem mudanças estéticas e funcionais, esses projetos não conseguiam ser implementados como um todo, sendo confinados a espaços de relevância simbólica e econômica (CAMPOS, 2002, p.23). Se em parte vemos que isso ocorreu por conta de “fraturas que marcam nossas classes dominantes” (CAMPOS, 2002, p.20), que não conseguem articular seus interesses como um todo, há ainda o também relevante elemento da própria resistência da população mais empobrecida da cidade, que através de diversas estratégias impõe que o projeto modernizante paulista, naquele período, seja mais um discurso

que uma prática concreta. Se de fato “as disputas travadas no espaço da cidade repercutem na formulação e na prática urbanística” (CAMPOS, 2002, p.20), Manuel e seus companheiros desenvolveram sociabilidades que marcaram o cotidiano de seu bairro – e também das relações deste com a cidade como um todo.

Entre poderes institucionais, estratégias de sobrevivência e práticas de companheirismo e a relação de tudo isso com o contexto mais amplo da cidade de São Paulo, que no momento envolvia fortemente um discurso segregatório do espaço citadino, vemos a vida e morte de Manuel. A relação complexa e contraditória que esses elementos nos trazem pode ser sintetizada pela postura do principal personagem dos eventos que aqui discutimos: Firmo informou em seu depoimento que Manuel se recusou, “na sexta-feira última”, a tomar os medicamentos receitados pelo doutor Meira, pois “achar-se muito doente e sem esperanças de sarar”. Assim, Manuel recusa-se a seguir o tratamento médico, pois considerava que não podia mais melhorar. Manuel não se submete a seu destino, tem uma postura de resistência ao assumir o controle da sua condição, determinando que vai morrer, mas não sem deixar claro para todos em seu entorno que os causadores de seus sofrimentos eram aqueles que lhe impuseram uma injustiça. Manuel subverte a sua condição de vítima daquele evento, assumindo a condução da própria vida – entrelaçado por condições materiais que o limitavam (o poder repressivo que se abateu sobre ele, a impossibilidade de buscar um atendimento médico de outro nível, a própria vida de trabalhador pobre que minava sua condição física e o deixava mais próximo de contrair doenças), mas que não o impediram que vislumbrar brechas e construir uma relação distinta do que era pretendida para ele com o poder, e com a cidade.

Os poderes constituídos e as sociabilidades na urbanização

Leonardo Loviotto⁶⁶ possuía uma olaria na várzea do Carabi, na Barra Funda, e, no meio do ano de 1904, decidiu construir uma cocheira nesse terreno, para facilitar o trabalho. Loviotto morava na rua Brigadeiro Galvão, no número 200, na porção do bairro acima dos trilhos, distante algumas quadras da área de várzea onde sua olaria funcionava. A construção da cocheira teve ter ser interrompida no dia 18 de julho, quando a olaria de Loviotto foi visitada pelo guarda fiscal da prefeitura Antonio Cozzo, que constatou que a construção não tinha licença da Seção de Obras, infringindo assim o Código de Posturas de 1896. Além do

⁶⁶ Ofício com pedido de Leonardo Loviotto. Encadernado 377. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

termo de embargo da obra, o fiscal ainda emitiu uma multa de 20\$000. Tudo isso, atestava o fiscal, foi feito em presença de testemunhas que assinaram os autos. Loviotto teve dificuldade para se colocar de acordo com as normas da prefeitura para prosseguir com a construção de sua cocheira, pois só em 10 de agosto, quase um mês após o embargo, envia um pedido, dirigido diretamente ao prefeito, e seu vizinho de bairro, Antônio da Silva Prado, para a construção da cocheira com as plantas anexadas, pedindo que se determine o pagamento do imposto cabível e solicitando ainda a “relevação” da multa imputada pelo fiscal. Loviotto consegue a suspensão da multa e também a permissão para prosseguir a sua construção, por meio do pagamento de imposto, e sai dessa situação com um recado claro: independente da olaria ser de sua propriedade, as modificações no espaço estavam sendo observadas pela prefeitura, que tinha a pretensão de controlar as atividades de construção e reformas urbanas, uma das mais pungentes na cidade naquele momento. A regulamentação formal exerce seu poder sobre Loviotto e este tem que se relacionar com várias instâncias para poder seguir com seu desejo de construir a cocheira: do guarda fiscal, passando pelo juiz de paz do distrito e pela Seção de Obras, até chegar ao prefeito; as normatividades do espaço urbano impostas pelo Código de Posturas impediu que Loviotto tocasse sua obra do jeito que melhor lhe conviesse – fica apontado que havia certo espanto do dono da olaria em ter que pedir permissão para construir em seu próprio terreno, argumentando que desconhecia essa regra quando solicitou a desconsideração da multa.

A vida da população da Barra Funda desse período se cruza com diversas instâncias do poder formal que buscavam regular e controlar a vida desses moradores, em diversos sentidos e com diversas intenções. Desde figuras mais cotidianas como o inspetor de quarteirão, os guardas fiscais, os praças, passando por estruturas mais complexas da organização da polícia, do judiciário, da prefeitura e suas seções, os mecanismos de controle e vigilância vinham de muitas partes, e nessa época estava como uma preocupação de primeira ordem controlar o espaço e o cotidiano urbano. Um dos elementos que fizeram parte desse processo em São Paulo tinha uma presença forte na Barra Funda: as linhas férreas, e suas estações, marcaram não só a urbanização do bairro, como também seu cotidiano, como podemos entrever no desenrolar de vários dos autos crime tratados aqui. Em muitos casos, as ferrovias serviam como uma materialização de um poder institucional sobre a população, que determina um certo tipo de uso do espaço e das relações entre os habitantes da cidade. As implicações que esse equipamento trouxe para a capital paulista foram profundas:

O crescimento das cidades se traduzirá por uma ordenação dos espaços, no qual destaca-se a separação entre fluxo dos pedestres e dos equipamentos de locomoção, maquinicos ou não. A cidade, ao longo do século XIX, organizará seus espaços atribuindo-lhes funções únicas, disciplinando os usos. Neste quadro, as ruas dotadas de meios-fios, emergem no seu sentido moderno de fluxo organizado e sociabilidade anônima. É também nesse movimento, que se constroem as primeiras estações ferroviárias constituindo um programa arquitetônico novo. O poder disciplinador deste novo equipamento urbano, que separa as linhas férreas da cidade aparece como um problema de segurança, que visa preservar os usuários e as máquinas. (LANNA, 2002, p. 159-160)

Se havia claramente uma intenção por parte das camadas mais abastadas de São Paulo em criar uma especialização do espaço, fazendo com que cada um tenha uma função única, determinando para o conjunto da população como deveria ser usado, é evidente que na sociabilidade dos espaços daquele período essa separação total não se efetivou. Se não o conseguiu sequer nas partes mais centrais, o contraste entre o discurso e a prática ficava ainda mais evidente nas bordas da cidade. Se nos primeiros anos do século XX a cidade contava com estações espetaculares como a da São Paulo Railway e a da Sorocabana, na Luz, esses equipamentos urbanos da modernidade não conseguiram se associar com a *belle epoque* paulistana: inseridas em um distrito que “que materializa os problemas e as dificuldades que o progresso e a civilização enfrentam para se impor na metrópole” (LANNA, 2002, p.166), essas peças arquitetônicas importantíssimas no projeto de cidade modernizada e europeizada conviviam com um entorno que não sustentava o discurso do prodigioso desenvolvimento paulista. Não só os cortiços, mas as moradias operárias, hotéis e bares eram a paisagem mais comum nas ruas contíguas a essas grandes estações (LANNA, 2002, p.172). O cotidiano das estações, mesmo as monumentais, era marcado pelo mundo do trabalho e pelos trabalhadores, não se integrando plenamente a cidade modelo, já que, ao mesmo tempo que carrega elementos de novidade e progresso (LANNA, 2002, p.173), tem no seu fluxo constante e centralizado de pessoas uma porta aberta para a exploração de atividades comerciais mais ligadas a população em geral, e não só aos bens de consumo das classes dominantes.

A ferrovia, chegando do interior, penetra a cidade por suas margens, e deixa nas bordas urbanas marcas tão profundas como as provocadas por suas estações centrais: se a opção foi por deixar distantes dos prédios monumentais os demais equipamentos ferroviários, como os armazéns, depósitos, parques de manobras e os movimentos de mercadorias (LANNA, 2002, p.166), esses foram transferidos para as estações das bordas da cidade, como

a estação do Brás e a da Barra Funda, que contava com a vantagem de ser um ponto de interligação de duas das principais ferrovias paulistas – SP Railway e Sorocabana. Assim, a Barra Funda vivia um cotidiano no entorno de suas ferrovias que era fundamental para o desenvolvimento de diversas atividades econômicas ligadas ao capital cafeeiro. Se as ferrovias representavam “lugares de passagem para os viajantes e transeuntes; para produtos e mercadorias. Mas também passagem entre o urbano e o rural, entre estar dentro e fora da cidade” (LANNA, 2002, p.163), sem dúvida não há lugar mais impactante para analisar essa relação que as estações e o mundo ligados às ferrovias localizados na Barra Funda.

Dos autos crime que retratam relações do cotidiano do bairro com a ferrovia, dois se passam nos seus próprios trilhos, em casos de atropelamento de trabalhadores das companhias férreas. Temos contato com o primeiro deles pela abertura de processo contra o maquinista Manoel Garcia⁶⁷, um espanhol de 25 anos, solteiro, que foi preso após atropelar Manoel Ribeiro, português, 31 anos, e trabalhador da Companhia Paulista, que morreu instantaneamente, no ano de 1896. A abertura do processo informava: “chegando ao meu conhecimento que o trem de carga saído de Jundiahy às 12h10 da tarde ao chegar a estação barra funda passou por cima de um individuo que estava sobre a linha dou inicio as investigações”. As informações iniciais ainda pontuam que o acidente ocorreu “por distracção do maquinista” e que o corpo, reduzido a pedaços, foi arrastado por 60 metros. O depoimento de Antônio Maia, também português, 29 anos, casado, “trabalhador na linha da E.Ferro Inglesa” e morador no rancho dos trabalhadores na Barra Funda, que estava com Manoel no momento do acidente, dá uma noção do ocorrido:

Disse que vinha pelos trilhos em direção a essa capital justamente com seu amigo Manoel e que este ficou um pouco para trás, pois lia uma carta que recebera de Portugal, que passou a ouvir vários apitos de um trem que vinha na direção de Jundiahy, mas quando virou pra alertar o amigo o trem já passava por cima deste, que mal teve tempo de saltar da linha e salvar-se também, e que, vendo seu companheiro morto em pedaços correu para avisar o feitor da estação, mas este estava de trabalho na Água Branca e então avisou ao inspetor do quartirão para que este retirasse o corpo.

Dois trabalhadores que estavam no trem no momento do acidente declaram em seus depoimentos por que acreditam que tal fatalidade tenha ocorrido: João Nunez, português, solteiro, 20 anos, foguista, morador na rua M. Andrade nº48, estava de serviço com o

⁶⁷ A Justiça contra Manuel Garcia, 1896. Processo número A81 1000152045 – 0, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

maquinista, assim como Lucas de Brito, 19 anos, brasileiro, guarda férreo da Companhia, morador na rua dos Imigrante nº8, sabe ler, declararam que assim que saíam com o trem de uma curva avistaram os dois homens andando na linha a uma distância de cerca de 100 metros, e imediatamente o maquinista acionou o apito para alertar os homens da proximidade do trem; e que um deles logo saiu da linha, no entanto o segundo não, e quando faltava cerca de 20 metros para atingir o homem, decidiram acionar os “breaks”, mas a distância era curta demais e não havia o que fazer para salvá-lo estando dentro do trem, apesar desses esforços. Na fase preliminar da investigação, o maquinista também se defendia, atestando a versão de seus companheiros de trabalho e esclarecendo que “que não pode evitar tal desastre porque os trens de carga não tem freio a vapor sendo difíceis fase-los parar repentinamente”. Independentemente dos argumentos de defesa de Garcia e seus companheiros, ele foi preso pelo atropelamento, com mandato de prisão expedido no dia 27 de julho. Só saiu da cadeia, para responder o processo em liberdade, dois dias depois, sendo afiançado por dois negociantes: Antônio Rodrigues de Moraes, estabelecido na rua Falcão nº 16 e Antonio Marques Jardim, estabelecido na Rua dos Imigrantes nº 18.

O processo prossegue com o exame cadavérico do atropelado, informando que era um homem branco e que estava vestido com “palitô, calças e collete de algodão riscado e sapatos nos pés”. Foram ouvidas ainda duas testemunhas que não estavam diretamente ligadas ao acidente: a primeira era uma italiana viúva de 58 anos, lavadeira, analfabeta, chamada Meisson Vittoria, moradora da fábrica Antártica. Em seu depoimento, diz que estava no quintal de sua casa, estendendo roupas, quando ouviu diversos apitos de trem e que, ao olhar para a linha, viu um homem cambalear e cair, e o trem passar por cima dele. Declarou ainda que o trem vinha vagorosamente e que acha que o atropelamento não foi proposital. A segunda mulher também era italiana, uma jovem lavadeira solteira de 17 anos, chamada Emma Keli. Disse ser moradora de Itaquera, da linha Inglesa, e declarou que estava lavando roupas no rio quando ouviu apitar várias vezes um trem próximo à Barra Funda. Na fase judicial do processo, Antônio Maia não foi escutado novamente, porém todas as outras testemunhas foram reintimadas a prestar declarações, sendo que as mulheres tiveram de ser procuradas por duas vezes até que se pudesse identificar seus verdadeiros endereços. Nenhum dos depoimentos apresentava qualquer diferença relevante das declarações iniciais, e ainda foi acrescentada mais uma testemunha, que era José Consuelo, 25 anos, espanhol, empregado na estrada de ferro Linha Inglesa, que era também um dos trabalhadores que estava dentro do

trem e apresentou a mesma versão de seus companheiros de trabalho. Por fim, no auto de qualificação de Garcia, foi-lhe perguntado se conhecia as testemunhas, e este disse que conhecia todos os que trabalhavam com ele, mas que as mulheres não conhecia. O processo se encerra com o parecer do Procurador Geral do Estado: “parece que em realidade o facto criminoso não pode ser imputado ao réo por constituir verdadeira casualidade e por essas razões sou de parecer que seja confirmada a sentença appellada”.

Em 1911, ocorre outro atropelamento na Barra Funda, dessa vez envolvendo a Companhia Sorocabana. O caso nos faz refletir sobre as distintas maneiras que o atropelamento por trem é tratado nos processos criminais, especialmente em relação à atribuição de responsabilidades e do tipo de direcionamento da investigação. José Lopes⁶⁸, um espanhol de 27 anos, casado, alfabetizado, maquinista, e residente na estação da Barra Funda, da Sorocabana, estava no serviço de manobrar trens no dia do acidente. Declarou em juízo que estava manobrando um trem quando reduziu a velocidade para pegar um desvio na linha, e então sentiu uma pancada no veículo, o que o fez parar imediatamente. Ao descer do trem para verificar o que tinha ocorrido, encontrou um corpo, já sem vida, embaixo da locomotiva.

O homem que foi vitimado pelo atropelamento era também um espanhol, chamado José da Cruz. Ele trabalhava há apenas cinco ou seis dias na Sorocabana – os colegas não sabiam precisar. A Companhia não se posicionou oficialmente durante o processo sobre o caso, e as testemunhas do processo acreditavam que o acidente tinha ocorrido quando José da Cruz se abaixou para despejar lixo, já que estava com um balde de lixo na mão e o acidente aconteceu nas proximidades do espaço destinado ao despejamento. O maquinista se defendeu dizendo que estava atento aos sinais da manobra no momento do acidente, e que o trem estava em marcha lenta, portanto ele não havia cometido qualquer imprudência. Todas as testemunhas desse processo eram trabalhadores da própria Sorocabana. O primeiro deles estava no trem com o maquinista, atuando como foguista. O brasileiro Cyrillo Amorim, 21 anos, casado, analfabeto, e que também morava na estação da Barra Funda, da Sorocabana, relatou as mesmas informações que o maquinista, só reforçando que não vira nada, pois estava ocupado com a fornalha. Arlindo Rangel, brasileiro, de 25 anos, solteiro, trabalhador, analfabeto, morador na Rua Capitão Matarazzo, nº44, era o responsável por fazer os sinais para a manobra do trem e disse que o maquinista não tinha culpa no ocorrido, pois estava prestando atenção e atendendo aos sinais da manobra. Outro depoente, Ignacio Pires de

⁶⁸ A Justiça contra José Lopes, 1911. Processo número A81 1000165983 – 3, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Oliveira, brasileiro, 34 anos, casado, trabalhador, alfabetizado, residente na Lapa, na Rua Braulio Unioeste, nº18, declarou que o acidente ocorreu por culpa da distração de Cruz, o atropelado, já que ali era uma área de manobra e que ele deveria estar com mais atenção ao trabalhar naquela área da ferrovia. A última testemunha, José Luzia, um português de 33 anos, casado, trabalhador, analfabeto e morador da rua do Bosque nº 57, classificou como “tragédia” o que ocorreu no momento em que Cruz estava despejando o lixo, pois ele foi atropelado no lugar destinado para esse fim. O acidente todo ocorreu por volta das 15 horas, em plena luz do dia. O encaminhamento final do processo foi que os “depoimentos não auctorisam a concluir-se pela responsabilidade do maquinista”; dessa forma, o processo foi encaminhado para a Secretaria da Justiça e da Segurança Pública com indicativo de arquivamento, já que no entender do delegado o maquinista não teve culpa no atropelamento.

Nos dois processos, vemos claros traços de precariedade no trabalho dos ferroviários que contrastam fortemente com a imagem de progresso que se difundia sobre as ferrovias. O peso das condições de trabalho era maior quanto mais baixo o cargo na hierarquia e gestão das ferrovias, e sem dúvida José da Cruz nos comprova isso: os serviços menos prestigiados, e muitas vezes os mais perigosos, eram de responsabilidade dos funcionários classificados como “trabalhadores”, que dentro das estruturas das companhias eram os menos qualificados e também os que recebiam os menores salários (LANNA, 2002, p.138). Na companhia Paulista, mais mencionada por seus trabalhadores como “a Inglesa”, os que começavam em funções como “praticante” ou “trabalhador” poderiam ficar meses sem receber salário, como uma espécie de treinamento não remunerado (LANNA, 2002, p.138). Podemos ver um pouco a estratificação interna entre os trabalhadores na tabela de seus vencimentos:

Salário médio inicial/função	1870/1906	1907/1913	1914/1920
Maquinista	150\$000	180\$000	200\$000
Feitor	110\$000	140\$000	180\$000
Chefe	300\$000	400\$000	600\$000
Telegrafista	120\$000	150\$000	165\$000
Aprendiz/ajudante/praticante	50\$000	65\$000	85\$000
Trabalhador linha	70\$000	85\$000	90\$000

IN: LANNA, 2002.

As precárias condições de trabalho dos ferroviários expressam que a integração e a modernidade prometidas pelo aporte das ferrovias no país não foi vivida dessa forma pelos habitantes mais pobres na virada do século XIX para o XX. Os imigrantes que seguiam para as fazendas de café, por exemplo, só conheciam as facilidades desse tipo de deslocamento na sua chegada, pois não podiam arcar com as altas despesas daquele tipo de deslocamento por conta própria, utilizando de outros meios para retornar a capital. Essa era uma realidade desde o Império, já que “escravos e trabalhadores pobres não se utilizavam das ferrovias e os trabalhadores nacionais livres só a partir dos anos 1920 as utilizarão para seus deslocamentos em busca de trabalho temporário” (LANNA, 2002, p.169). Vemos então que o progresso como projeto sintetizado pelas ferrovias não se concretizou para determinados setores da população, que inclusive viveram nas ferrovias um cotidiano de controle marcado pela precariedade.

Esses dois casos de atropelamento e morte de trabalhadores na Barra Funda nos fazem refletir ainda sobre as relações de trabalho estabelecidas naquele momento histórico, especialmente pelas sutilezas na diferença de tratamento do maquinista e do vitimado em ambos os casos. Como salientado anteriormente, analisar as relações e as práticas de trabalho dos personagens que emergem de nossas fontes nos remete a pensar a peculiaridade do processo vivido por eles, já que enfrentaram a forte disputa que os converteria de homens livres a trabalhadores assalariados. Sidney Chalhoub, no *Trabalho, Lar e Botequim*, investigou a vigilância sobre o lazer e o trabalho da população trabalhadora na então Capital Federal do país, e possibilita uma visão complexa do estudo do trabalho nesse momento histórico:

É, portanto, sobre o antagonismo trabalho assalariado versus capital que se erguerá o regime republicano fundado em 1889, regime este que tinha como seu projeto político mais urgente e importante a transformação do homem livre – fosse ele o imigrante pobre ou o ex-escravo – em trabalhador assalariado. [...] traço continuísta essencial, no entanto, não oculta a complexidade e alcance das transformações sociais que estavam em andamento. Para realizar efetivamente a subsunção do liberto ou do imigrante pobre ao assalariamento, não basta apenas expropriá-lo, pois a expropriação, por si só, poderia apenas conduzir estes agentes sociais a alternativas de sobrevivências outras que não aquelas desejadas pelos donos do capital. (CHALHOUB, 2001, p. 46-47).

Chalhoub nos faz refletir sobre como se deram os mecanismos de controle para fazer com que essa população aceitasse se transformar em trabalhadores assalariados, vinculados a um patrão, a uma rotina laboral. E como todos os espaços da vida dessas pessoas se relacionaram com esse processo, especialmente em uma cidade que vinha passando por uma reestruturação. Os trabalhadores que constam nos processos selecionados, sejam eles os carroceiros que brigam nos botequins, sejam os trabalhadores das estradas de ferro que se matam, uma morte real ou social – como a demissão do ferroviário que se vê na rua por atentar contra os patrões e teme não mais conseguir emprego⁶⁹ –, refletem de duas formas esse movimento: ao mesmo tempo que os trabalhadores ainda estão em um processo de se constituir como classe, e adotam códigos morais outros para estabelecer suas estratégias de sobrevivência baseadas na lealdade a um grupo social, eles também sofrem a tentativa de abortamento do seu processo de organização interna. O controle do espaço pretendido pelos legisladores e pela poder público em geral não está de maneira alguma desvinculado desse processo: os inspetores de quarteirão procuravam impedir que os classificados como “vadios” sobrevivessem sem ocupação ligada ao ciclo produtivo, aplicando a legislação que ordenava o espaço de tal forma que os usos livres e comunitários dele fossem totalmente suprimidos; assim também faziam os praças e guardas que reprimiam momentos de confraternização entre trabalhadores, ou mesmo a resolução de conflitos de acordo com as normas daquele grupo. A formalização de um poder institucional sobre os cidadãos, que deveriam ser trabalhadores, estava intimamente ligada ao controle do espaço.

O desenrolar dos casos de atropelamentos parecem ter elementos peculiares que não podemos manejar com toda convicção: a aparente indisposição dos policiais e do delegado com o primeiro maquinista, a solidariedade nacional entre os depoentes que testemunharam a favor da inocência de Garcia, o desprezo à morte do trabalhador que era encarregado de uma função precária de despejo do lixo, em relação a seus companheiros de trabalho que exerciam funções mais qualificadas no segundo caso. No entanto, todos esses pontos levantados nos dão indícios da sociabilidade levada cotidianamente por esses personagens. Outro elemento que chama atenção é que a condução desses autos crime, apesar de tratarem de fatos bastante semelhantes, foram tratados de forma fundamentalmente distinta: no primeiro caso, exposto por esta pesquisa, datado de 1896, um trabalhador é atropelado e o maquinista é imediatamente preso, assim a investigação é feita a partir da premissa de que o maquinista

⁶⁹ Álvaro Augusto Moreira contra Antônio Fidelis, 1908. Processo número 063A0742 – 0030 – 5, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

pode ser culpado pela morte do companheiro de trabalho; no segundo caso, de 1911, o processo já se inicia com a morte do trabalhador sendo descrita como uma fatalidade, indicando uma investigação apenas de praxe. No primeiro processo, o vitimado caminha sobre a linha do trem, lendo uma carta, em algum momento que não está a trabalho propriamente, mas em deslocamentos entre as estações da Companhia, e poderia ter se salvado se tivesse escutado os apitos (as projeções das testemunhas se questionam se ele não escutava bem ou se estava demasiado entretido na leitura que não escutou os apitos), mas é apontado pelo discurso oficial do auto crime como uma vítima da imprudência do maquinista. O segundo vitimado estava em serviço no momento do acidente, despejando lixo em uma área destinada a manobras de trens, que todos os depoimentos apontam que era o lugar destinado a esse fim, o que não poderia ser mais absurdo do ponto de vista da segurança dos trabalhadores que exerciam essa função, e, no entanto, nesse caso é a própria vítima que é apontada como imprudente e desatenta pelo discurso oficial do auto crime.

O fato de não ter sido aventada a possibilidade de responsabilizar as próprias companhias ferroviárias pela morte de seus trabalhadores, já que os dois vitimados estavam em serviço no momento em que faleceram, diz muito sobre as condições de trabalho dos personagens destes autos crime. As relações trabalhistas eram tais que somente os trabalhadores são relacionados nos processos, nem sequer um supervisor é intimado a dar esclarecimentos. Ou seja, o controle sobre os trabalhadores vinha de todos os lados, dos empregadores e do poder público. No caso da Barra Funda, o controle sobre esses trabalhadores tem uma característica relevante: vários dos personagens contidos nos processos moravam em casas muito próximas, ou mesmo em habitações coletivas só para trabalhadores, como é o caso dos moradores do “rancho dos trabalhadores da Sorocabana” e de muitos trabalhadores da São Paulo Railway, que moravam em casa na Rua do Bosque nº182. Esse é mais um elemento de que a busca de controle do espaço esteve profundamente relacionada ao projeto de construir uma sociedade moderna e laboriosa em São Paulo pelos setores dominantes.

Mas os mecanismos do controle são ambíguos, e a resistência por vezes se mostra justamente nos elementos que buscam enfraquecê-la. Nesse sentido, essa proximidade física dos trabalhadores no bairro teve implicações díspares: por um lado, facilitava o cerceamento, já que manter a vigilância sobre eles, especialmente por vários terem a vida dedicada apenas ao trabalho e à relação entre os colegas de trabalho, pelo fato de a família estar distante; por

outro, isso também ajudava na criação de laços de solidariedade por parte dos trabalhadores. No primeiro processo, onde o maquinista é formalmente acusado, todos os seus colegas de trabalho se colocam em sua defesa, reforçando a mesma versão de que seria impossível salvar o atropelado de dentro do trem; enquanto isso, o companheiro de trabalho do atropelado deu uma declaração virulenta de que o trem vinha em alta velocidade e que ele mesmo quase não conseguiu se salvar, descrevendo ainda o momento em que tentou se virar para alertar o amigo e não o pôde fazer porque nesse momento o trem já lhe passava por cima. No segundo momento do processo, quando as declarações foram realizadas em juízo e não mais na delegacia, Antônio Maia, amigo do atropelado, não foi convocado novamente para prestar declarações. No entanto, havia uma nova testemunha: outro trabalhador da estrada Inglesa, um jovem espanhol, assim como o maquinista. O atropelado e seu amigo eram portugueses. Não podemos ter certeza do peso das questões relativas a origem nessas relações cotidianas, nem no desenrolar dos processos judiciais, mas nos parece que é uma constante essa solidariedade que se cruza nos caminhos da origem e da classe.

No processo seguinte, datado de 1911, os laços entre os trabalhadores parecem apresentar outros elementos determinantes para a sua construção e fortalecimento: todos os depoimentos reforçam de maneira intensa a versão formal inicial do auto crime, de que o trabalhador foi atropelado por sua própria culpa, por estar realizando uma tarefa sem a devida atenção. A versão dos trabalhadores da ferrovia faz um duplo movimento: ao mesmo tempo, apoia o colega de trabalho maquinista, que estava a mais tempo vinculado à companhia férrea e a esses outros trabalhadores, mas não deposita nenhuma solidariedade em relação ao trabalhador morto, que estava havia pouco tempo na companhia, cerca de 5 ou 6 dias, convivendo a pouco tempo com seus companheiros de trabalho e também tendo um posto extremamente inferior na escala dos ofícios dos ferroviários. A falta de solidariedade, que poderia ter se obtido não acusando o maquinista, mas sim aprofundando as denúncias realizadas por vários depoimentos, que apontavam que a área destinada ao despejo de lixo estava em um ponto crítico da área de manobras, mostra-nos um pouco não só dos processos de criação dos laços de solidariedade entre os trabalhadores, mas também das suas condições de enfrentamento com seus empregadores.

Podemos ter uma visão sobre esse ponto a partir do auto crime aberto por Álvaro Augusto Moreira contra Antônio Fidelis⁷⁰, no ano de 1908. Os dois eram funcionários da São

⁷⁰ Álvaro Augusto Moreira contra Antônio Fidelis, 1908. Processo número 063A0742 – 0030 – 5, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Paulo Railway e trabalhavam, respectivamente, como conferente e chefe de tráfego para a Companhia. Álvaro recorreu à justiça porque acreditava estar sofrendo uma perseguição injustificada por parte de Antônio, já que foi transferido da estação do Pary à estação da Barra Funda sem seu consentimento. Declarava que a transferência não era correta, já que em 12 anos de trabalho nunca dera nenhum motivo para que se queixassem de seus serviços. Dois meses depois, quando já estava instalado na rotina da estação e do bairro, foi transferido novamente – dessa vez, para a estação do Campo Limpo. Quando questionou seu superior sobre o motivo de estar sendo removido, já que essa não era política comum da São Paulo Railway, Antônio disse que o transferia “a bem da disciplina”, já que Álvaro teria publicado um artigo injurioso contra ele no *Jornal do Povo*. Como este declarou que não havia escrito os artigos e que tinha provas disso, o chefe de estação disse que de nada valeria, pois tinha certeza que fora ele, e se Álvaro não tinha condições de mudar de estação, que se exonerasse do emprego. Em sua queixa à Justiça, Álvaro disse que recorria a esse meio porque a injúria que estava sofrendo era muito grave, visto que além de perder o emprego não conseguiria outro “por ser falado por ai pelo querelado que era difamador de patrões”. Antonio não prestou declarações, sendo que a própria companhia SP Railway respondeu as acusações dizendo que tinha direito de demitir funcionário no momento que bem entendesse.

Foi criada uma comissão de trabalhadores favoráveis à Companhia e outra de trabalhadores em solidariedade a Álvaro, que se dirigem ao querelado para pedir a readmissão do conferente na sua estação de origem. A mobilização em favor do querelante evidencia que ele era um trabalhador de referência na São Paulo Railway, fato que é ratificado pelo depoimento de Bernardino Alves, português, 47 anos, casado e que trabalhava como carregador. Em suas declarações, aponta que soube por comentários no armazém do Pary que estavam sendo publicados artigos contra o superior responsável pela estação, e logo começou falatório sobre de quem seria a autoria deles. Logo, a autoria foi atribuída ao queixoso, por ser ele “o mais activo e inteligente empregado do armazém”. Mesmo com todos os esforços, o ferroviário não foi readmitido. A Inglesa ganhou a batalha, inviabilizando a manutenção do status de referência política de Álvaro entre os trabalhadores da estrada de ferro.

Mas não era só nas relações de trabalho que se expressava a lógica de controle e cerceamento da população – e das suas resistências - no processo de urbanização da Barra Funda. A tentativa de contenção dos laços de solidariedade é patente em quase a totalidade da documentação que trata dos momentos de socialização de trabalhadores pelo bairro, com forte

repressão sofrida pelas pessoas que tentavam usufruir desse espaço de maneiras outras que não através do trabalho. Não à toa, esse trabalho iniciou tratando de uma briga em uma venda de bairro, em que carroceiros brigaram por desavenças pessoais. No entanto, só temos acesso ao cotidiano desses carroceiros porque um deles, João Cláudio⁷¹, que perseguia o seu oponente pelo bairro, se deparou com o cabo Benedicto Antônio. O cabo, vendo que João estava bastante embriagado, tentou efetuar a prisão do carroceiro negro, já que inclusive estava informado da contenta na venda. Mas João resistiu e o agrediu com facadas e golpes, como rasteiras. A resistência de João a prisão continuou mesmo com reforço de outros cabos, que vieram para conter a situação e acudir o companheiro de trabalho, sendo necessários cinco policiais para conseguir imobilizar João e conduzi-lo até a delegacia. Os guardas destacaram em seus depoimentos que João dominava muitos “golpes de capoeira”. João exprime bem na sua resistência ativa a prisão que a população considerava legítima suas próprias formas de resolução de conflitos.

A postura de João também deixa clara uma questão que perpassa todos os outros processos que tratam da repressão às práticas de lazer e de ocupação do espaço pela população: a desconfiança popular em relação à autoridade. Se não se pode dizer que a população se colocava contra as leis por entender que elas tinham sido criadas em função de manter os privilégios das camadas mais ricas, eles tinham a “constatação prática de que a autoridade mais visível, o meganha, estava nas ruas e nos botequins da cidade para reprimir os homens pobres” (CHALOUB, 2001, p.282). Além do capoeira João Cláudio, temos uma família que bebia cerveja na porta de casa a noite e é reprimida pelos guardas, que mandam que façam silêncio respeitando a ordem do espaço público⁷², assim como brigas em locais em que as pessoas iam para apostar no jogo do bicho, com interferências de oficiais de justiça⁷³, e também briga em casa comercial, onde, depois de beber muito, dois amigos entram em desacordo, se insultam, se agredem, e são contidos pelo inspetor de quartelão.⁷⁴ Em todos os casos, há resistência da população em relação a autoridade constituída, que pode tanto aparecer e criar o conflito, como no caso da família que bebia cerveja na porta de casa e foram abordados por guardas, como podem aparecer para mediar conflitos, como no caso da briga

⁷¹ A Justiça contra João Cláudio, 1909. Processo número 058J0244 - 0032 - 2, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

⁷² A Justiça contra João Marques Caldeira e Ângelo Tremante, 1909. Processo número 011F0234 - 0032 - 4, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

⁷³ Francisco José de Souza contra João Marques Caldeira e Manoel Francisco de Barros, 1909. Processo número 010D0954 - 0048 - 4, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

⁷⁴ Francisco Gonçalves contra Gaspar da Silva Alvarenga, 1896. Processo número 1000152037 - 3, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

na casa comercial, que contou com a intervenção do inspetor de quartirão. A desconfiança da autoridade por vezes, como no caso de João Cláudio, não se restringia a tentar impedir a sua ação, mas também tomava postura ativa de contraviolência com a autoridade. Outra atitude bastante comum da população para se furtar das ligações com a polícia e com o judiciário era informar endereços falsos ou parciais, dificultando a sua convocação para prestar declarações oficiais. Esse problema ocorreu no primeiro processo de atropelamento, com as duas mulheres que prestaram declarações, as duas únicas testemunhas que não eram trabalhadoras ferroviárias, e tiveram de ser convocados duas vezes, com a insistência do juiz que acompanhava o caso, até serem encontradas. A resistência da população a judicialização dos seus conflitos tinha, também, vinculação com o espaço:

Este sentimento de desconfiança dos populares em relação a Justiça era sem dúvida bastante profundo e generalizado, especialmente num período de rápidas e violentas transformações urbanísticas. Havia a consciência clara de que “não eram bons os negócios com a justiça”, e este sentimento, apesar de raramente expresso em palavras, é facilmente percebido por certos atos de nossos personagens. (CHALOUB, 2001, p.281)

Tentar orientar e direcionar os rumos e sentidos do desenvolvimento da urbanização de São Paulo entre o final do século XIX e o começo do século XX fazia parte do projeto de controle e cerceamento da população, colocado em prática por diversas figuras do poder institucional. Controlar suas relações no trabalho, no lazer, nas relações com a vizinhança, era também uma forma de buscar condicionar o que as pessoas faziam do espaço onde viviam. A sociabilidade dos nossos personagens, que em seu cotidiano foram construindo o bairro da Barra Funda, sofria com essas condicionantes – repressão que deixou marcas na formação daquele espaço vivido. No entanto, as próprias contradições da institucionalização desses poderes permitiram resistências e outras formas de relações de poder que também marcaram profundamente a urbanização do bairro.

As relações de poder informais no cotidiano do bairro

Em uma sexta-feira de dezembro do ano de 1909, uma família imigrante prolongava a noite bebendo cerveja e conversado na calçada de uma casa, na Rua Brigadeiro Galvão, por voltas das 10 horas da noite. Esse momento de sociabilidade da família, que foi interrompido pela intervenção de um praça da Guarda Cívica, chegou até nós pela abertura de inquérito

policial contra João Marques Caldeira e Ângelo Tremante⁷⁵ por parte da Justiça. O praça Antonio Gonçalves Filho, que declarou ser brasileiro, de 18 anos, residente a Rua Bela Cintra nº101, e saber escrever, dirigiu-se ao posto policial de Santa Ifigênia para informar que estava de serviço pela rua Brigadeiro Galvão e que ali “viu-se obrigado a chamar a ordem um indivíduo que saía de uma casa a fazer escândalo na rua”. O praça acrescenta que esse indivíduo, que depois tomou conhecimento ser João Marques Caldeira, estava gritando e “praticando toda sorte de desordem”. A repreensão do praça fez com que Marques retornasse para dentro da casa, no entanto, momentos depois, saiu novamente fazendo desordem, nas palavras do praça, e seguiu para a rua Barra Funda. O praça então seguiu Marques, que entrou no porão de uma casa e chamou um companheiro, e os dois agrediram o praça Antonio, quebrando o seu espadim. O policial alegava que, estando nessa situação, se viu forçado a disparar um tiro do revólver, e que nesse momento os dois indivíduos que o estavam agredindo voltaram correndo para o porão.

As declarações do praça são muito diferentes de todas as outras testemunhas do processo, que são em geral familiares de Marques e Tremante, ou outros vizinhos do bairro. A começar pelo fato de que as confusões daquela noite não acabaram da forma que o policial relatara: um adolescente da família que entrou em conflito com o praça foi preso, levado primeiramente ao posto policial de Santa Ifigênia e depois a Delegacia Central. Antônio Vieira, de 16 anos, brasileiro, solteiro, alfabetizado, que declarava ser alfaiate, morava na casa em que o conflito começou, na Rua Brigadeiro Galvão nº68, com seus pais, e era sobrinho de Marques, que era irmão de sua mãe. O depoimento do padrasto de Vieira nos revela a versão da família sobre o desenrolar do conflito naquela noite. Matheus Hernandez, era um português de 34 anos, casado com a mãe de Vieira, que declarou como profissão ser proprietário, residir na Rua Brigadeiro Galvão nº68, e ser alfabetizado, dizendo que naquela noite:

[...] estava na sua rua, umas casas acima, quando chegou o cunhado e entrou em conversação com os presentes. O cunhado, então, mandou um portador chamar sua irmã, na casa 68, ao que ela respondeu que não poderia sair por estar adoentada; respondeu então pela janela. O policial “um rondante” se aproximou e disse ao Caldeira que se retirasse, pois não podiam estar conversando ali; que se persistissem seriam levados ao posto policial. Que ele depoente, então, ouvindo a conversa, interpelou o praça que perguntou ao interrogado se ele tinha alguma cousa com aquelle facto; respondeu o declarante a praça que sendo elle esposo da senhora que nesse momento fallava a Caldeira, tinha obrigação de por-se ao par do que se passava; que o

⁷⁵ A Justiça contra João Marques Caldeira e Ângelo Tremante, 1909. Processo número 011F0234 - 0032 - 4, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

soldado ameaçou de prisão. Sua esposa, então, falou ao soldado que cuidasse melhor de suas obrigações. que o soldado disse a ela “entre para dentro, canalha, sinão você também vae para o xadrez”. Que ele declarante fez com que o cunhado e a mulher fossem pra dentro; encerrando o incidente e dizendo ao soldado que no dia seguinte iria ate a policia para tomar providencias. 20 minutos depois, o cunhado foi embora. que sua esposa, preocupada em saber se o irmão chegara bem, mandou o seu filho Antonio Vieira (enteado do declarante) verificar; este moço de 16 anos foi preso. Ele declarante resolveu tomar um bonde e foi atrás do enteado no posto policial de Santa Ephigenia; ao chegar, disseram-lhe que o moço ali estava para prestar declarações. Quando chegou no posto o soldado dizia que um bando de turbulentos lhe quebraram o espadim; seu enteado dizia que o policial lhe dissera que quebrara o espadim numa queda. Diante dessas contradições o carcereiro mandou o policial ir a Delegacia Central, prestar depoimento ao delegado.

Um dos acusados desse auto crime é um conhecido nosso, o oficial de justiça João Marques Caldeira, que estava presente no processo de penhora de bens de um provável bicheiro morador da Barra Funda sobre o qual nos debruçamos no segundo capítulo. Marques, um português de 25 anos, casado, morador na rua Lopes de Oliveira nº88, alfabetizado, diz que não teve qualquer participação no crime que o acusam, sabendo da ocorrência apenas pelo que leu nos jornais. Marques diz que não estava na casa de sua irmã quando começou o conflito com o praça, mas que na verdade estava na casa de seu irmão José Vieira “ouvindo tocar violão”. Que então ouviu, pois as casas eram próximas, um praça ofendendo sua irmã, e que nesse momento saiu a rua e então escutou o praça dirigindo “palavras injuriosas” a sua irmã, “chamando-a canalha e obrigando-a a sahir da janella”. Nesse momento, Marques e Manuel travaram um embate verbal com o praça, em defesa da mulher da família, e, segundo Marques, o praça foi embora logo depois disso, seguindo a Rua Cardoso Ferrão. Marques também não se demorou na casa do irmão, e continuou seu caminho em direção a casa do sogro, na qual morava, na Rua Barra Funda nº21, chegando ali encontrou “quatro ou cinco pessoas, palestrando” na porta da casa. Mas Marques não ficou nesse segundo momento de confraternização da noite, chamando por “Angelino Tremante”, para que este abrisse a porta, então entrou em casa e ouviu os tiros quando já estava recolhido, e declarou ainda que só soube o que tinha acontecido depois, pelos jornais. Ângelo Tremante era cunhado de Marques, italiano de Nápoles de 23 anos, sapateiro, alfabetizado, que morava na rua Barra Funda nº27, e em suas declarações reforça a versão de Marques, dizendo que já estava dormindo quando o cunhado bateu a porta o chamando, que os dois entraram e voltaram a dormir.

Pelas declarações dos acusados, vemos que há um discurso comum da família que se envolveu no conflito com o praça, de que este foi o culpado pelo distúrbio, pois não tratava de seus deveres e ainda por cima maltratava uma mulher. No entanto, o relato do ocorrido não é igual, tendo muitos elementos soltos e mesmo conflitantes, além das partes do conflito terem um peso diferente para cada declarante: a parte da família que teve que lidar diretamente com a prisão do adolescente dá mais destaque aos acontecimentos do próprio conflito inicial, que levaram o menino a sair de casa; já os acusados, que estavam sendo questionados sobre uma agressão que ocorreu após o primeiro conflito, davam mais destaque ao que aconteceu após o conflito, especialmente ao trânsito de Marques da casa de seus irmãos até sua casa, e o que estava acontecendo na Rua da Barra Funda naquele momento.

Esse desencontro das versões sobre os fatos dado pela família também aparece nas declarações de Maria de Jesus Vieira, a mulher que alega ter sido insultada pelo praça. A portuguesa de 40 anos, analfabeta, casada com Matheus, disse que na ocasião da briga com o praça estava na janela da sua casa, e que seus irmãos, que estavam em uma casa próxima, onde um deles reside, lhe ofereceram um copo de cerveja, mas Maria recusou porque estava doente. Diante da recusa “seu irmão [Marques], insistindo com a declarante, dirigiu-lhe gracejos, oferecendo-lhe a bebida”. Segundo Maria, foi nesse momento que o praça apareceu, dizendo que “não admittiam gritarias áquella hora”. Maria se interpôs a autoridade, argumentando que aquilo era apenas uma conversa em família, o praça então ficou irritado com a intervenção de Maria, que segue confirmando a história de seu marido, que este discutiu com o praça, assim como seu irmão, mas que todos tiveram ordens de Matheus para entrar e evitar o agravamento do confronto, já que pretendia fazer queixa posterior sobre a postura de Gonçalves. Segundo Maria, o praça se foi logo em seguida disso porque “ouvia-se o apito da ronda”, e seu irmão Marques partiu meia hora após o ocorrido. Diz ainda que mandou seu filho ir ver se o irmão tinha chegado bem em casa, mas logo após a saída do filho alguém batia a sua porta para informar-lhe que ele havia sido preso. Quem trouxe o recado foi “um moço chamado Nicolau, morador nesta capital a Rua da Barra Funda, próximo do grupo escolar do mesmo nome, empregado na Repartição de Águas”. O último a prestar declarações no auto crime é o próprio Nicolau Pezutti, um italiano de 22 anos, solteiro, alfabetizado, morador na rua Barra Funda nº13, que diz que já estava se recolhendo, por volta das 11 horas da noite, quando encontrou com Antônio Vieira, que ele conhecia por este ser servente de pedreiro, sendo conduzido pela polícia, e então Antônio pediu que informasse a sua mãe o que

estava acontecendo. O processo não tem prosseguimento e é arquivado ainda naquele dezembro de 1909.

Ficar “palestrando” na porta de casa, beber cerveja na calçada com a família, ir na casa de um irmão ouvir violão... a família de João Marques Caldeira – que em outro processo aparecia como um ator do poder institucional agindo sobre os moradores do bairro – nos mostra cenas do cotidiano dos momentos de lazer da Barra Funda, nos permitindo a aproximação da movimentação das ruas do bairro a noite, deixando entrever uma intensa relação entre a vida em família, em vizinhança e a ocupação do espaço público, e também dos espaços que faziam a ponte entre este e o privado – as portas e janelas. Para além do conflito em que a família se envolve com o praça, que busca disciplinar seu uso do espaço de maneira “ordeira”, a resistência da família, não só em se contrapor a autoridade, mas também por viver e se utilizar do espaço de maneira significativa, e as sociabilidades travadas por esses personagens com aquele bairro em formação, se incurstraram na experiência de urbanização daquele espaço – muitas das ruas da Barra Funda atual abrigam nos finais de tarde e durante boa parte da noite famílias sentadas nas calçadas conversando e crianças brincando na rua, a despeito de hoje ser um bairro com dinâmica integrada ao centro expandido. Se uma memória do espaço nos permite reencontrar o passado no presente (LEPETIT, 2001, p.149), pela estabilidade que este elemento tem em relação aos demais nos deslocamentos temporais, isso ocorre justamente porque os grupos que se estabelecem em determinada área urbana não encontram um terreno vazio de significados, lidando continuamente com a ressignificação ou rechaço das formas antigas (LEPETIT, 2001, p.147). Por isso, os instantâneos da vida dessa família imigrante nos permitem entender a formação de uma dinâmica de sociabilidade que influenciou a estruturação urbana da Barra Funda. Afinal, como aponta Lepetit, “a cidade não dissocia: ao contrário, faz convergir, num mesmo tempo, os fragmentos de espaço e os hábitos vindos de diversos momentos do passado” (2001, p.141).

De princípio, o que mais chama atenção no processo aberto pela Justiça contra João Marques e Ângelo Tremante é a repressão do praça contra as práticas de vida de família. O discurso da ordem se faz imperioso em toda a argumentação do praça Antônio, seja por chamar a família “à ordem”, seja por argumentar que a rua, sobretudo aquele horário, “não era espaço para gritaria”. A família resiste a intervenção do aparato policial contra suas práticas de sociabilidade e de uso do espaço, mas não se colocam frontalmente contra o discurso da ordem: está implícito no discurso dos acusados e das testemunhas de que a família não

infringia as regras do convívio social, que não saiam a ordem, apesar de terem apresentado alguns elementos que nos mostram que realmente é provável que a família fizesse um barulho considerável. Para além da música e da conversa na porta de casa, é dito por uma das testemunhas que quando os irmãos perguntaram se Maria queria cerveja ela respondeu ainda de dentro de casa, o que é provável que tenha feito gritando, para permitir que seus irmãos a escutassem; Maria ainda diz que quando recusou a cerveja seus irmãos fizeram “gracejos”, o que também sugere um certo grau de ruído. A família, no entanto, simplesmente refuta a versão do praça, dizendo que o que se passava na porta de sua casa era simplesmente uma “conversação de pessoas de uma mesma família”.

A família com que o praça se confronta não é uma família paupérrima: vê-se pelo fato de que conseguem viver em mais de uma casa, em geral divididos pelos núcleos familiares; além disso, todos os homens tem profissões declaradas, incluindo Matheus, o patriarca da casa na qual se deu a contenda, que declarou ser “proprietário”. Não parece ser, no entanto, uma família realmente abonada, já que Antônio, filho de Maria e enteado de Matheus, apesar de se declarar como alfaiate, exercia serviços como servente de pedreiro, como nos expõe um vizinho da família. O praça que aborda a família não se sente intimidado pelas consequências que uma eventual crítica contra a sua conduta pudessem acarretar, o que sugere tanto que o prestígio social da família não deveria ser alto como também que a ação do praça não era exatamente condenável pela institucionalidade. Há um elemento no conflito que fica um pouco apagado: o praça era brasileiro, e todos os membros da família eram estrangeiros, inclusive Ângelo, que era parente apenas de Marques por ser seu cunhado, que diferente da família portuguesa, era italiano. Se essa diferença de origem pode trazer outros conflitos mais diretos, de rixas entre nacionais e imigrantes, havia também um conflito em outro nível que se desenhava na repressão aos imigrantes: a imigração de trabalhadores europeus servia também a um projeto de construção de uma ética do trabalho, que caminhasse em serviço do enquadramento dos homens livres em trabalhadores assalariados, por isso a esse grupo social cabia propagar o exemplo do trabalhador “morigerado, sóbrio e laborioso” para o trabalhador nacional. Nesse contexto, uma inadequação de um imigrante ao modelo parecia muito mais perigoso, e os imigrantes considerados vadios eram durante punidos (CHALHOUB, 2001, p.77). A família imigrante, no seu momento de divertimento no final do dia, mesmo após cumpridas as suas respectivas jornadas de trabalho, ameaçam a ordem com a manutenção de seus hábitos de lazer, especialmente quando esses ocupam o espaço público. Mostrar o tempo

vago era perigoso, já que “enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante à ordem” (CHALHOUB, 2001, p.73).

A resistência dessa família em relação ao poder institucional, entretanto, não é tudo que podemos apreender desse auto crime, e só ocorre porque é amparada por várias outras relações de poder não institucionais, como os laços entre a família de imigrantes, entre a família com seus vizinhos e também pelas relações internas no grupo, como as questões de gênero envolvidas no conflito. As sociabilidades e as relações de poder não institucionais, gestadas entre grupos e pessoas, no seu cotidiano, não deixam de ter alguma influência dessas questões mais gerais que perpassavam a vida dos habitantes de São Paulo naquele momento. Se nesse auto crime, de dezembro de 1909, João Marques Caldeira está em condição de ser reprimido pela institucionalidade, na figura do praça, no outro auto crime em que ele aparece nessa pesquisa, que é datado de maio do mesmo ano de 1909, a sua participação no processo estava mais vinculado a institucionalidade, já que se colocou em conflito com um morador da Barra Funda pois foi penhorar bens deste, cumprindo suas funções como oficial de justiça. Esses lugares aparentemente contraditórios que Marques ocupa são, na verdade, uma boa expressão de que não é só esse nosso personagem que assumiu posturas que poderiam ser entendidas como desconexas, mas que a própria condição em que se desenrolaram seus conflitos levava o processo a ter esse cerne ambíguo:

Em termos de prática de vida das classes populares, então, a necessidade de ser competitivo – isto é, de ser bem-sucedido na luta pela sobrevivência – traduz-se em ações aparentemente contraditórias. De um lado, temos um mundo do trabalho em geral conflituoso, onde os indivíduos competem com o intuito de garantir um meio de sobrevivência. Mas, por outro lado, esta necessidade de sobreviver se traduz também nas construções de redes de solidariedade e ajuda mútua entre familiares, amigos e vizinhos, que visam viabilizar a reprodução da existência de todos. (CHALHOUB, 2001, p.152)

Marques, alternando sua posição em relação ao poder institucional, viveu as contradições desse processo, equilibrando-se entre garantir a própria sobrevivência e, em simultâneo, lidando com condições adversas e criando laços para enfrentar por meios coletivos as questões cotidianas que emergiam de um momento particularmente conflituoso, em muitos sentidos. Ao que podemos apreender do auto crime, a família de Marques tinha meios de subsistência, mesmo que não fosse exatamente uma família rica, já que inclusive conseguiam manter residências separadas, algo que não era tão comum assim nesse período na cidade como um todo, e também não na Barra Funda – vimos que havia diversas

habitações coletivas, de famílias e trabalhadores. Não por menos: em 1913, quando os salários tinham média de três a quatro mil-réis por dia, uma moradia de seis a nove metros quadrados custava um aluguel mensal de quarenta a cinquenta mil-réis (PINTO, 1994, p.76-77). A escassez de moradia, e seu custo elevado, era só mais um dos elementos, embora vital, da dificuldade de sobrevivência dos setores médios e pobres da população em São Paulo naquele período.

Na prática, o dinamismo econômico trazido pela economia cafeeira atingia os setores mais pauperizados de uma maneira que não permitia que os lucros fossem minimamente aproveitados socialmente: “nos períodos de euforia do café, o maior volume dos negócios acarretava o aumento dos preços internos; e nos períodos de recessão, tendia-se a compensar a depreciação igualmente a custa dos preços internos” (PINTO, 1994, p.75-76). Além de conviver com esse cenário de que as mazelas econômicas eram sempre direcionados para os setores mais pobres e médios, que se afiguravam inclusive em graves crises de carestia sofridas nos períodos de 1894-1897 e de 1903-1906, a população convivia ainda com uma realidade do mercado de trabalho que, como já foi apontando, buscava o excesso de mão de obra para rebaixamento dos salários até níveis realmente irrisórios, ou nulos:

Muitas das empresas comerciais de pequena envergadura dependiam, para o seu funcionamento, do trabalho parcamente remunerado de ajudantes que, devido a escassez do emprego, se submetiam aos pagamentos incertos, muitas vezes em espécie, recebendo a roupa do corpo, moradia, alimentação e a aprendizagem do ofício como forma de remuneração pelos serviços prestados, ou que “trabalhavam de graça” para o patrão, em troca das eventuais gorjetas que poderiam receber de sua clientela. Tratava-se de um regime de trabalho regular, mas cuja remuneração era casual e irrisória. (PINTO, 1994, p.94)

Assim, podemos ver o quanto as atividades comerciais eram fundamentais para a sobrevivência de um grande setor da população paulista. Se as próprias atividades industriais no começo do século XX estavam voltadas especialmente para bens de consumo e não bens de capital, isso também expressa a realidade desse setor que abrigava apenas uma pequena parte dos trabalhadores urbanos no período, cerca de 15% (DIAS, 1994, p.22). A população pobre e média se via em funções ligadas ao próprio crescimento material da cidade, como a construção, as olarias, os serviços, especialmente os domésticos, e o comércio, fixo ou ambulante. Um desses espaços de trabalho, que aparece fartamente na nossa documentação, era utilizado com diversos fins, mas que tinha uma função que se sobressaía por tornar aquele lugar um ponto de confluência e de encontro: os botequins, casas comerciais e vendas de

bairro não tinham como fim único servir bebidas num momento de relaxamentos de seus clientes, mas acabavam por se utilizar dessa condição para criar uma referência entre sua freguesia, que também fazia compras de outros gêneros no local.

Encontramos um desses espaços em um auto crime do ano de 1896, que foi aberto contra Gaspar da Silva Alvarenga⁷⁶ pelo seu colega Francisco Gonçalves. A briga que deu início ao processo aconteceu na Rua Brigadeiro Galvão nº45, Gaspar, um português de 36 anos, solteiro, que declarava ser proprietário, disse que convidou Francisco para ir a casa comercial “matar o bicho”⁷⁷, e lá tiveram uma discussão, depois de já muito bêbados, mas que não se lembra de ter ofendido o amigo. Já Francisco afirma que o amigo o ofendeu durante a briga, utilizando expressões como “ladrão, filho da puta, e vai pra puta que o pariu”. A partir da denúncia de Francisco é aberto o inquérito, e todas as testemunhas arroladas moravam na Rua Brigadeiro Galvão. A particularidade desse processo reside no fato de que há uma evidente disputa entre os vizinhos que participam do desenrolar do auto crime, já que Francisco constitui um advogado e tenta de toda maneira desacreditar as testemunhas, mesmo as que eram favoráveis a ele.

Vemos essa questão se desenhar já no depoimento da primeira testemunha, um carroceiro português de 53 anos, casado, de nome Antônio Duarte, que relatou que por volta das 8h ou 9h da manhã, foi “matar o bicho” na casa comercial e ali encontrou Francisco Gonçalves e Gaspar da Silva, e lhe pareceu que os dois discutiam por causa de uma conta. Antônio disse que Gaspar realmente xingou Francisco dos três nomes mencionados no processo, e que ainda sacou uma arma, mas esta foi recolhida pelo inspetor de quartirão antes que algo acontecesse. A declaração de Antônio é interrompida por perguntas duas vezes: a primeira pelo advogado de defesa, que questiona a testemunha se assistira ao começo da briga, e este respondeu que não; e a segunda pelo promotor, que aventou se havia alguma explicação para Gaspar ter sacado o revólver, ao que Antônio respondeu que não, pois Francisco não ameaçava Gaspar nem respondia as agressões que sofria. Mesmo com esse depoimento, que fortalecia a versão de querelante sobre o conflito, Francisco disse que o depoimento de Antônio era suspeito porque este era seu inimigo e deveria ser ignorado.

⁷⁶ Francisco Gonçalves contra Gaspar da Silva Alvarenga, 1896. Processo número 1000152037 – 3, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

⁷⁷ Segundo Chaloub, para os trabalhadores cariocas do mesmo período “matar o bicho” significava “tomar uma caninha” (CHALOUB, 2001, p. 256).

O próximo depoimento era do dono da casa comercial, Manoel Rodrigues Dias, português, de 23 anos, solteiro e negociantes estabelecido na Rua Brigadeiro Galvão nº45, onde também morava. Declarou que no momento dos fatos estava trabalhando no interior da casa, e por isso não presenciou a discussão. Disse apenas que sabia que Gaspar chegou primeiro, e depois Francisco, e que aí estavam os dois “matando o bicho” e a discussão começou logo depois que chegou a testemunha Antônio. Disse ainda que não sabia se alguém tinha puxado uma arma de fogo, mas que sabia que Gaspar entregou ao inspetor um revólver que trazia consigo. O último português a depor no processo foi João da Costa, de 42 anos, casado, natural da Ilha de São Miguel, residente a rua Brigadeiro Galvão nº 24, carroceiro e analfabeto, que disse que estava encostado em uma carroça que pertencia ao queixoso quando viu Gaspar com uma arma em punho chamar Francisco pra sair da venda, e o ouvi proferir as duas primeiras ofensas contra o queixoso. Declarou que não sabia o porquê da briga, e enfatizou que os dois sempre foram amigos. Francisco também desacreditou o depoimento de João, afirmando que “era suspeito porque este era seu inimigo”.

As duas últimas testemunhas são italianos, sendo a primeira morador de uma casa em frente a casa comercial. Miguel Fraise, de 43 anos, casado, negociante, declarou que chegou a sua casa quando a questão já estava no fim, mas que notou que Gaspar estava muito embriagado e que tinha uma arma nas mãos, que logo entregou ao depoente, pois este é inspetor de quarteirão. Disse ainda que não sabia o motivo da discussão, mas que parecia uma discussão por dinheiro, e também informou que não ouviu ninguém pronunciar calúnias contra o Francisco. Argumentou por fim que “Gaspar lhe entregou a arma espontaneamente e que conhecia ele por homem pacífico, não desordeiro”. Talvez por se tratar de uma autoridade, a tentativa de deslegitimar o depoimento de Miguel foi mais tênue por parte do advogado de Francisco, que dizia que por este ser italiano não entendia certas palavras, e quando disse que Gaspar era pacífico na verdade se referia ao fato do acusado não ser barulhento. Miguel, no entanto, reforça seu depoimento, alegando que “reside a muitos anos no país e domina bem a língua portuguesa”. Já a última testemunha foi profundamente questionada pelo advogado de Francisco. Ângelo Piccaro, de 28 anos, casado, analfabeto, residente na Rua Brigadeiro Galvão nº36, declarou que morava na casa fronteira da briga, mas que nada viu, nem ouviu dizer por outras pessoas o que ocorreu na contenda. Disse ainda que, nos trechos da discussão que escutou, lembra de palavras injuriosas terem sido proferidas, mas não se lembra quais exatamente já que se passaram 2 meses do ocorrido.

Informou que “um tempo atrás deixou de falar com o querelado por uma questão menor, mas hoje em dia cumprimentam-se”. O advogado de Francisco disse que o depoimento não devia ser levado em conta pois a testemunha era “inimiga capital” do querelante.

O processo aberto por Francisco contra Gaspar tem claramente uma série de relações de poder intrabairro ocultadas, mostrando-nos, pelos depoimentos das testemunhas, e pelas confrontações a esses depoimentos feitos pelo advogado de Francisco, que havia uma série de relações entre esses homens que não podemos apreender com pormenores, mas que deixam claro que a briga só evidenciou uma série de outros conflitos latentes. Esse tipo de briga entre vizinhos e companheiros sempre parecem ter outras razões para vir a público e explodir em violência que a questão imediata que aparece nos autos. Assim, o que por vezes é entendido pela Justiça, e pelas classes dominantes, como conflitos fúteis que resultam em uma violência desnecessária, são na verdade um desenrolar de conflitos bastante significativos para seus participantes:

O ajuste violento nunca surge de um momento para o outro, de maneira fútil e imprevista. Estes conflitos são em geral resultado de um processo relativamente longo de escalada de tensões, de disputas e de troca de provocações entre indivíduos ou grupos em confronto. E, principalmente, a eclosão desses conflitos revela geralmente uma grande valorização dos diversos rituais de solidariedade e ajuda mútua que unem as pessoas. (CHALOUB, 2001, p.202)

As pessoas que realmente habitam aquele espaço, que partilham cotidianamente valores, e que entendem as “normas próprias reguladoras de suas desavenças” (chalhoub, p.309), é que podem compreender o desenrolar próprio daquele conflito, para além do que está visivelmente aparente. Vemos que o conflito se deu sem qualquer interferência dos que circundavam a contenda, mesmo que todos tivessem claro que o conflito estava realmente ocorrendo, como declararam em seus depoimentos. A única intervenção é feita pelo inspetor de quartelão, que só se envolve quando uma das partes saca um revólver. Observando o comportamento dos circundantes, podemos ver com mais clareza quais as normas daquele grupo social em relação aos conflitos: segundo Chalhoub, é comum que os expectadores não interfiram nas discussões, mostrando que ali é socialmente aceito a resolução de conflitos por vias violentas, mas não desiguais (2001, p.328). Se um dos oponentes está em evidente desvantagem, como no caso de uma das partes sacar uma arma, a intervenção é mais provável. Aliás, é interessante notar que o inspetor de quartelão não efetuou nenhuma prisão

no desenrolar do conflito, sendo o processo aberto posteriormente, por queixa direta de Francisco, apesar de haver uma clara infração da lei com a ameaça a mão armada.

A não interferência do inspetor, no sentido de não levar a resolução do conflito para o espaço da institucionalidade, já é uma mostra de como as relações informais de poder operavam no desenvolvimento e na significação do espaço urbano da Barra Funda. Os botequins, as casas comerciais, as vendas, eram reconhecidos como espaços de sociabilidade do bairro, em que as questões entre os habitantes da vizinhança podiam vir a público e ter seu desenlace. Outro traço que revela um determinado tipo de relação com o espaço nos surge na figura de Manoel, que tinha sua casa comercial no mesmo endereço de sua residência. Essa associação entre moradia, trabalho e lazer é bastante presente na Barra Funda de então, e em outros bairros da cidade também em formação naquele período, com o bairro da Bixiga, e não eram uma realidade apenas dos setores mais pauperizados da população (LANNA, 2002, p. 124). Como vimos em outros casos das Obras Particulares⁷⁸, havia muitas casas na Barra Funda que tinha a dupla função trabalho/moradia. Um dos usos mais comuns era justamente utilizar o primeiro cômodo, que dava diretamente à rua, para abrir um negócio:

Trabalhando com custo operacional mínimo, inúmeras famílias sobreviviam aproveitando o quarto da frente de sua própria casa para estabelecer pequenos armazéns de secos e molhados, quitandas de frutas e legumes, vendas, botequins, “bodegas”, bares de bebidas e petiscos; outras separavam um quarto para o casal e os filhos e nos outros cômodos montavam pensão. (LANNA, 2002, p.117)

A opção por esse tipo de negócio estava relacionada com o peculiar momento econômico que se vivia na cidade, já que o mercado consumidor estava em expansão, mas não havia assim tantos recursos disponíveis para setores médios travarem grandes empreitadas iniciais. Desenvolver pequenos comércios e ofícios autônomos em geral requeria pouco capital inicial, que depois, com os lucros, poderia ser diversificado em outras atividades – se o negócio prosperasse para além da sobrevivência imediata, o que não costumava ser a regra. Esse tipo de negócio contou com a participação de um setor ativo da economia paulista de então: as mulheres tocaram não só empreitadas de comércios ambulantes, como as quituteiras e quitandeiras, mas também se estabeleciam em vendas e botequins (LANNA, 2011, p.118),

⁷⁸ Por exemplo: Ofício com pedido de Victorino de Faria Guimarães. Encadernado 1A. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo; Croqui anexado ao ofício com pedido de Cyro Falsoni. Encadernado 415. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

se tornando conhecidas em seus bairros. Podiam tocar o negócio junto com a família, marido, filhos, irmãos ou sobrinhos, mas em muitos casos parecem ser o próprio esteio do negócio, como no caso de Thereza, a dona da venda onde começou a saga belicosa de João Cláudio⁷⁹ pela Barra Funda.

Thereza era uma italiana que conduzia a sua venda, um espaço de sociabilidade dos trabalhadores da estação da Barra Funda. Apesar de não ter sido convocada a depor no processo, a dona da venda teve um papel fundamental no desenrolar dos fatos, já que sua interferência no conflito contribuiu muito para o desfecho da briga. Impedindo João Cláudio de adentrar no seu estabelecimento, mas permitindo essa vantagem a seu oponente, que assim conseguiu se evadir, levando João a continuar a perseguição e ser detido por guardas algumas ruas mais a frente. O poder simbólico expresso pela postura de Thereza mostra que a sua posição como dona de uma venda, como autoridade em um espaço que era importante para a sociabilidade de um determinado grupo (nesse caso, os carroceiros da Barra Funda), determinava um tipo de relação com os fregueses, que às vezes a coloca como antagonista destes, mas que ao mesmo tempo compartilhava do mesmo espaço e dos códigos de resolução de conflitos daquele meio social (CHALOUN, 2001, p.265). Thereza pode ter simplesmente determinado que o espaço da briga era na rua, e não na sua venda, ou pode querer ter favorecido José Marcelino, que era imigrante como a dona, em detrimento do negro João Cláudio, mas essas questões, apesar de serem tão importantes quanto impossíveis de precisar pelas fontes disponíveis, não mudam o resultado da ação de Thereza, que só foi possível pelo lugar social que ocupava como dona da venda.

A proximidade da venda da italiana com o local de trabalho dos personagens do auto crime parece ser um dado fundamental para nos aproximarmos da dinâmica social no qual se desencadeou aquele conflito. A Rua do Bosque corre paralela a linha do trem, na porção do bairro entre o equipamento férreo e a várzea, e era não só o local de trabalho como também o de moradia de muitos homens e famílias que tinham seu sustento provido por funções ligadas as ferrovias. Por isso, a venda de Thereza era um espaço movimentado não só no fim do dia, mas durante todo o período de trabalho, em que carroceiros paravam em momentos de descanso durante suas jornadas. Justamente por essas características das vendas, botequins e casas comerciais, parecem ser lugares privilegiados para encontrar conflitos entre os trabalhadores. Sendo que os intervalos de descanso, para tomar cachaça ou café, “prolongado

⁷⁹A Justiça contra João Cláudio, 1909. Processo número 058J0244 - 0032 – 2, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

às vezes pelo jogo a dinheiro, eram bastante comuns principalmente entre os carvoeiros, estivadores, carroceiros, ambulantes e outros trabalhadores que não se viam circunscritos a um espaço fechado rigidamente disciplinado” (CHALOUB, 2001, p.96), era comum que nesses espaços emergissem os conflitos por questões de trabalho que não podiam ser resolvidas no próprio ambiente de trabalho, já que as brigas durante o serviço ameaçavam a própria forma de sobrevivência desses trabalhadores (CHALOUB, 2001, p.96).

Esse tipo de relação dos momentos de folga do trabalho era propiciado pela própria relação com a jornada produtiva, muito menos fixa e regulado naquele período. Não era comum haver uma separação total entre os períodos de trabalho e descanso, especialmente nos setores mais pobres, já que a intensa luta pela sobrevivência não permitia essa organização rígida da vida. Buscando incessantemente meios para conseguir se manter, a população paulistana do período via que “o trabalho e a diversão estavam integrados no ritmo diário de sobrevivência do trabalhador” (PINTO, 1994, p.230). Exemplo máximo disso eram os trabalhadores casuais, que trabalhavam por empreitadas, que tornavam o ponto de espera por trabalho, onde poderiam ser recrutados para algum serviço no dia, um espaço festivo, onde muitas práticas de resistência foram criadas pela população para se contrapor a tristeza do conformismo da espera do trabalho (PINTO, 1994, p.232).⁸⁰ Esses espaços de confraternização e sociabilidade também tinham a função, servindo como espaço de resolução de conflitos, de ajudar os trabalhadores a não desencadearem brigas em seus locais de trabalho, já que por isso podiam ser demitidos e até mesmo ficar marcados e terem dificuldade de encontrar outra ocupação por má fama entre os patrões.

João Cláudio, e os carroceiros da Barra Funda que se envolveram no conflito na venda de Thereza, tiveram melhor sorte que Júlia das Dores⁸¹, a cozinheira que não pôde contar com outro espaço para resolver seus conflitos com o jardineiro da casa em que trabalhava, entrando em confronto físico com o jardineiro na casa dos seus patrões, durante a jornada de trabalho e sofrendo uma punição exemplar: permaneceu presa por seis meses, um tempo muito superior ao de João Cláudio. Tanto Júlia como João Cláudio eram negros, e trabalhadores pobres, portanto não foi qualquer vantagem do ponto de vista da posição social que garantiu a João um tratamento mais brando por parte da Justiça. De fato, o caso de Júlia

⁸⁰ De espaços como esse surgiram importantes manifestações de resistência cultural do bairro, como o Grupo Carnavalesco da Barra Funda, criado em 1914, por trabalhadores negros das linhas férreas. Estes mesmos trabalhadores também ocuparam com rodas de tiririca, a capoeira paulista, e com rodas de samba, o Largo da Banana, espaço de recrutamentos especialmente de carregadores e carroceiros jornalheiros.

⁸¹ A Justiça contra Júlia das Dores, 1918. Processo número A81 1000161844-6, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

apresenta duas aparentes desvantagens, para as representações que permeiam o sistema judiciário, em relação ao caso do carroceiro negro: a cozinheira não se intimida em brigar abertamente na casa dos patrões, colocando a vista, no próprio ambiente da classe dominante, os conflitos dos trabalhadores na sua luta pela sobrevivência – Júlia ainda faz questão, durante o decorrer do processo, de não deixar os patrões ausentes de culpa no desenrolar daquele conflito, já que ela mesma havia tentado a mediação de seus problemas junto aos patrões, sendo sistematicamente ignorada por eles; além de negra, Júlia era uma mulher de meia-idade, solteira, que provia seu próprio sustento, e se colocou de uma forma a garantir que não fosse alvo de humilhação, tendo uma postura ativa contra uma submissão que ela não tolerava como aceitável. Nada mais aterrorizante para uma justiça que tinha como função social garantir a subserviência dos setores mais pobres da população em relação a uma sociedade moderna, mas ainda fortemente estamental, calcada na ética do trabalho, que os setores mais ricos da São Paulo do capital cafeeiro estavam buscando construir.

A resistência de Júlia nos faz ver que a população do período não se contrapôs a um projeto modernizante da cidade que pretendia esmagar seus modos de vida apenas através dos grupos mais visíveis na historiografia, como os sindicatos operários e as agremiações políticas de trabalhadores, também porque esse próprio projeto não era colocado para a vida dos setores pobres e médios apenas através do trabalho. O próprio espaço de construção do urbano era um largo campo de batalhas, em que as imposições e transgressões se davam de maneira cotidiana na rua, nas praças, becos e várzeas dos rios (SANTOS, 1998, p.177). Entretanto, não é possível ver esse processo de maneira estanque, como se um projeto fosse colocado pela classe dominante e os oprimidos simplesmente se opusessem a ele. As formas de controle, e também de resistência, eram por vezes mais sutis, e também mais dialéticas:

A realidade do controle social é, portanto, do ponto de vista da classe trabalhadora, algo ambíguo e paradoxal. [...] é paradoxal no sentido de que a visão de mundo das classes populares contém e é acrescida continuamente de elementos que as tornam não só objetos do controle social, mas também sujeitos de seu próprio controle. Reside neste último aspecto, talvez, a principal sutileza da dominação de classe numa sociedade capitalista: aqueles que são objetos de exploração econômica se sentem, na maior parte do tempo, como se fossem os principais autores de sua própria vida. [...]“Ser” competitivo significa, acima de tudo, conceber-se como “ser” individual, solitário, “livre”, e não como “ser” produto de um conjunto de relações sociais específicas. (CHALOUB, 2001,p. 152 e 157)

Os laços de solidariedade, assim como as teias de relações de poder informais, entre os moradores da Barra Funda, formaram um campo de ação através do qual as pessoas não só podiam manter seus hábitos de vida contra o disciplinamento institucional, mas também construir uma noção de espaço e intervir no processo de urbanização do bairro para além do lugar que estava formalmente reservado a essa parte da população. Essa resistência não se dava só por efetivamente modificar o espaço, mas por construir usos e significados diferentes da classe dominante, já que, como pontuado por Martins⁸², cada posição de classe determina uma noção distinta do espaço: as pessoas de diferentes estratos sociais não fazem os mesmo percursos, ou, se os fazem, estes não têm significações iguais para todas elas, da mesma forma como existem relações díspares com o uso dos rios e com os estabelecimentos comerciais do bairro, mesmo sendo esses espaços materialmente rigorosamente os mesmos. Através de suas sociabilidades, os moradores da Barra Funda estabeleceram vínculos com os espaços que os permitiram resistir a seu enquadramento simplificador.

Cidade dual: projetos e contraposições

As marcas que as relações de poder, formais e informais, institucionais ou não, deixam na urbanização da Barra Funda são profundas. As contradições inerentes ao processo vivido pelos habitantes do bairro na virada do século XIX para o XX não são, no entanto, algo isolado do processo histórico que a cidade atravessava como um todo. Se aqui nos atentamos as relações que permeavam a ocupação das bordas urbanas, movimento tão fundamental no nosso recorte histórico, é justamente porque entender esse processo diz muito sobre as modificações ocorridas também no núcleo urbano mais antigo⁸³. A construção, desconstrução,

⁸² Em análise de um processo-crime que investiga um assassinato cometido por um artesão/operário italiano contra um casal parente de seus patrões, Martins aponta a necessidade de atentar para como a questão da classe determina uma noção diferente do espaço: “Além disso, houve desencontros por questão de minutos, inclusive após a morte dos Castelli e antes da prisão de Micheli às 9h. Os desencontros ocorreram, em grande parte, porque Micheli, operário que andava a pé, e Guido Aliberti, industrial que se deslocava de automóvel, tinham concepções diferentes do espaço que os levava a fábrica e tendiam a fazer trajetos diferentes, como aconteceu naquela manhã.” (MARTINS, 2002, p. 332).

⁸³ Como apontado: “Embora os historiadores possam tomar a decisão de selecionar essas evidências, e escrever uma história de aspectos isolados do todo (uma biografia, a história de uma instituição, uma história da caça a raposa etc.), o objeto real continua unitário. O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com os outros de determinadas maneiras, tal como atores individuais se relacionavam de certa maneira. Na medida em que essas ações e relações deram origem a modificações, que se tornam objeto de investigação racional, podemos definir essa soma como um *processo* histórico, isto é, *práticas* ordenadas e estruturadas de maneira racionais” (THOMPSON, 1981, p.50-51).

significação e ressignificação da expansão urbana de São Paulo passaram justamente por construir não só uma prática, mas também um discurso sobre a relação dessa nova ordenação e segmentação da cidade. Um discurso que, inclusive, se contrapunha as práticas concretas dos habitantes da cidade daquele momento.

Por largo período sustentou-se um discurso sobre o desenvolvimento urbano de São Paulo que privilegiava uma visão de grandes saltos: a cidade passaria direto da condição imóvel da “modorra colonial” (MARINS, 2011, p.211), onde ficou largos anos condenada ao provincianismo, para a pungente “capital do café” (CAMPOS, 2002, p.17), centralidade do abundante capital agroexportador, uma cosmopolita e moderna cidade republicana, que daria novo salto em direção a metrópole industrial, locomotiva do país (CAMPOS, 2002; MARINS, 2011). Essa visão, largamente combatida⁸⁴, guardava em seu cerne o solapamento das disputadas internas, das próprias contradições do processo, dos caminhos outros que estiveram abertos e foram parcialmente seguidos, inclusive. Mas, sobretudo, invisibilizam toda uma história da capital paulista, que construiu hábitos e sustentou a estruturação urbana, que pretendia ser sufocada pela metrópole do café. Evidência mais marcada desse processo, a tese da “segunda fundação de São Paulo”, que teria ocorrido na década de 1870, deixa claro o desejo de se desligar do passado, dos hábitos arraigados da população paulistana, e da projeção do “destino manifesto de grandeza”, essência e destino da urbanização paulistana. Nessa toada, era como se “não existissem fraturas e conflitos no quadro social, e estes não repercutissem nas mudanças urbanísticas” (CAMPOS, 2002, p.18-19). Mas fica claro que as fraturas teimam em aparecer quando nos aproximamos das práticas da vida real dos habitantes da capital paulista, que em muito se contrapunham a um “modelo formador” de práticas modernas, ordenadas e disciplinadas (MARINS, 2011, p.211).

Se a crítica a essa visão estanque das “fases” da urbanização paulistana é consideravelmente consolidada, outro aspecto fundamental desse período ainda sofre com uma visão pouco problematizada em relação ao seu desenvolvimento histórico. Isso se deu justamente nas questões ligadas a expansão e segmentação urbana de São Paulo naquele período, que por vezes se foca apenas nas representações coletivas do concretamente vivido, criando uma “dimensão imaginária relativa a cidade” (MARINS, 2011, p.210) que transforma em prática uma visão bastante parcial, e direcionada, da urbanização paulistana:

⁸⁴ DIAS, 1995; BUENO, 2008; CAMPOS, 2002; GARCEZ, 2011.

Havia, porém, uma outra cidade, que não constava das belas fotografias de Gaensly, e que crescia em ritmo bem mais intenso do que as obras de Antonio Prado. Na zona leste, para além do Tamanduateí, os bairros industriais da Mooca, Brás e Belenzinho formavam um mundo a parte, regido pelos apitos das fábricas, abrigando em cortiços ou vilas a imensa população imigrante. Suas chaminés enfumaçadas era vistas pelos paulistanos do centro como um paisagem estranha e vagamente ameaçadora. [...]o cinturão industrial crescia, ocupando as várzeas: Pari, Ipiranga, Barra Funda. [...] de um lado, os bairros industriais, a população operária e os arrebaldes populares se avolumavam à margem das políticas dominantes de intervenção urbanística, concentradas na área central e nos loteamentos da elite. De outro, surgiam disputas entre grupos e interesses envolvidos em tais projetos de modernização urbana. (CAMPOS, 2002, p.91 – 92)

Sem dúvida, Malta capitou bem a intenção das intervenções dos setores dominantes da cidade naquele momento, na criação de uma cidade perfeitamente segregada e com um avançado grau de especialização do espaço. Esse projeto de cidade teve uma forma material, mas teve principalmente uma forma simbólica, que foi amplamente difundida pelos meios de veiculação ideológica dos setores mais diretamente interessados em construir essa imagem sobre a capital paulista. Os textos de memorialistas, especialmente os de estrangeiros⁸⁵, construíram uma forte representação de cidade dual, em que a cidade estaria dividida entre a parte que trabalha e a parte que “se diverte”⁸⁶, ou seja, a cidade estaria perfeitamente dividida entre sua parte rica e pobre, com cada segmento da sociedade tendo sua moradia e seus espaços de sociabilidade separados. Mas a cidade não é só o que um setor, mesmo que poderoso, pretendeu fazer dela: no tecido citadino, os cruzamentos são fundamentais, e para entender suas mudanças é preciso atentar a todas as suas vias, não exagerando o peso de nenhuma delas (LEPETIT, 2001, p.141-142), afinal, esse processo nunca é simultâneo, já que “o comportamento dos cidadãos, as políticas de planificação urbanística, econômica ou social desenvolvem-se segundo cronologias diferentes” (LEPETIT, 2001, p.145).

Assim, o projeto modernizante que parte da camada mais rica da população de São Paulo tinha para cidade não era tudo que se encontrava na cidade. Os tempos eram muito mais de “convivência tensa de temporalidades que de rupturas” (DIAS in: OLIVEIRA, 2005, p.166), e a noção de que a cidade progredia rapidamente em direção a sua modernização e aburguesamento se confrontava com um cotidiano que indicava mais inchaço que crescimento

⁸⁵ PAOLI, 1991; CAMPOS, 2002. E, como crítica, MARINS, 2011.

⁸⁶ Durante a Segunda Guerra Mundial, Fiorello La Guardia, prefeito de Nova York, veio a São Paulo. Levaram-no ao prédio Martinelli, então o mais alto da cidade, símbolo da sua modernidade e progresso. Lá no topo, olhando a cidade, La Guardia a teria entendido: “Daquella parte si lavora”, disse, olhando para o Brás, Mooca, Belenzinho; “Da questr’alta si mangia”, referindo-se ao Centro, Consolação e Paulista. PAOLI, Maria Célia. “São Paulo operária e suas imagens (1900-1940)” IN: **Espaço e Debates**, nº33, 1991, p.27.

(DIAS, 1994, p.15). Como vimos ao longo da análise de nossos processos, e por diversos outros trabalhos que se debruçam no cotidiano da população paulista⁸⁷, a vivência dos paulistanos daquele período nos mostra uma “uma cidade ainda muito misturada, das lavadeiras, dos vizinhos inquilinos de quarto, das escarradeiras ao lado do sofá de palhinha” (OLIVEIRA, 2009, p.158). Obviamente, a representação da cidade dual estava calcada em profundas transformações que a cidade realmente vivia: ao mesmo tempo em que se tentava de toda forma enquadrar o homem livre em trabalhador assalariado, numa “fonte de acumulação de capital” (CHALOUN, 2001, P.254), buscava-se também lucrar com esse setor de outra maneira, através da exploração de sua necessidade de conseguir uma moradia em um espaço urbano cada vez mais caro, por preços impulsionados inclusive por disputas internas da classe dominante.⁸⁸ Mas nada disso foi suficiente para que a imagem urbana se tornasse única naquele período em São Paulo, obrigando as grandes aspirações cosmopolitas de parte de sua elite a conviver, ao mesmo tempo, com a expansão da urbanização e com a resistência de aspectos da antiga vila, e mesmo de cenários quase rurais, como as várzeas, os descampados e matas (OLIVEIRA, 2005, p.16). Nesses contrastes de paisagem residem os conflitos de uma população que procurava manter formas de sobreviver para além da submissão – e também de uma resistência sobre a sua própria formulação do espaço para além dos enquadramentos formais.

A necessidade de buscar uma divisão física, concreta e simbólica, uma especialização do uso do espaço, aparece com muita força no final do período imperial em São Paulo, e parece ter motivações bastante sintomáticas do processo social que se vivia naquele momento, já que o fim da escravidão vem por em cheque a proximidade física possibilitada pela separação legal entre livres e escravos; com a igualdade formal entre as pessoas “sua organização e distribuição espacial deverá criar e indicar as diferenças e lugares sociais” (LANNA, 2002, p.174). A constituição de uma burguesia paulista que não vinha da herança aristocrática do período colonial também era mais um elemento nessa necessidade da separação e diferenciação. Esse sentido da ação de buscar a segregação e a especialização do espaço está baseada no entendimento de que a organização do espaço urbano é uma ferramenta, poderosa, de controle social e econômico (ENGLES, 2008). Mas o espaço não é

⁸⁷ DIAS, 1994; OLIVEIRA, 2005; GENNARI, 2005; MARINS, 2011;

⁸⁸ Lembrando que: “Obviamente, no entanto, no confronto entre aqueles que tinham muito – a grande burguesia comercial – e aqueles que tinham menos – a pequena burguesia exploradora das habitações coletivas e do comércio a varejo –, os maiores perdedores foram aqueles que nada tinham – a classe trabalhadores, que morava em grande número nas habitações coletivas, cada vez mais escassas, caras e precárias, das freguesias centrais da cidade.” (CHALOUN, 2001, p.140)

apenas marcado pelas tentativas de dominação sobre os setores despossuídos, sendo muito mais um produto dos embates que essa tentativa engendra. Se houve a tentativa de separação do espaço, fica evidente que ela não foi bem sucedida no plano concreto, mesmo que tenha conseguido perpetuar um certo tipo de memória sobre o espaço urbano desse período. A importância e a presentificação desse processo estão expressas na formulação de Villaça:

Nossa tese é de que, para as metrópoles brasileiras, a força mais poderosa (mas não a única) agindo sobre a estruturação do espaço intra-urbano tem origem na luta de classes pela apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço construído e na segregação espacial dela resultante. (VILLAÇA, 2001, p.45)

Os personagens e o cotidiano da Barra Funda nos permitiram refletir sobre como o processo de urbanização de São Paulo no final do século XIX e começo do século XX esteve marcado por profundas contradições provenientes da relação entre setores da classe dominantes que, em associação com o poder público, orientavam a urbanização com fins de permitir uma forte exploração capitalista das atividades urbanizadoras, direcionando assim um certo tipo de ocupação do espaço urbano, com a resistência da população, que se fiava em seus hábitos, em suas práticas cotidianas de vida e de sobrevivência, forjando estratégias para também gravar no espaço urbano os seus próprios significados.

Considerações finais

Nos passos de João Cláudio, Júlia das Dores, João Marques Caldeira, Assumpta Simonsen, e tantos outros, perseguimos as experiências da urbanização vivenciadas pelos moradores da Barra Funda ao longo de três décadas. Através dos autos crimes, nos deparamos com o cotidiano de carroceiros, donas de botequim, maquinistas, cozinheiras, guardas civis, donas de casa, oficiais de justiça, lavadeiras, negociantes e proprietários, que nos abriram a possibilidade de problematizar a Barra Funda para além de um imaginário cristalizado, que nos escondia as dimensões das relações entre distintos setores sociais convivendo, pelos consensos ou pelos conflitos, naquele bairro em formação. Das plantas e croquis, vieram a materialização das ruas, calçadas, casas, quintais e palacetes que nos deram os contornos materiais da construção daquele espaço, reforçando a impressão de uma heterogeneidade das formas de morar e de viver na Barra Funda. Dos palacetes com diversos cômodos, às casas com espaços bem divididos – entre funções de uso – em cinco cômodos, chegando às pequenas casas de três cômodos (o mínimo permitido pela legislação do período) e ainda vendo vestígios das famílias e grupos de pessoas habitando espaços ainda menores (o que nos é indicado por pedidos de transformação de coqueiras em habitações de “operário” e em pedidos de repartição de um quarto em três⁸⁹), além das diversas habitações coletivas com as quais nos deparamos, chegamos a um espaço urbano que não conseguiu ser controlado, normatizado e enquadrado na imagem da cidade moderna e especializada que seria o símbolo do capital cafeeiro.

Focar o estudo na busca das experiências da urbanização nos permitiu refletir não só como aquelas pessoas sentiram o processo histórico pelo qual passavam, mas, sobretudo, nos permitiu enxergar esse processo a partir de uma dupla relação, ou seja, não seria possível apreender a experiência destrinchando seus elementos: ela é necessariamente um elemento relacional. A experiência não se constitui apenas a partir do concretamente vivido, mas também dos embates, do que poderia ter sido e não foi. Afinal, no desenrolar de um processo histórico, tanto as necessidades materiais, quanto os valores, vão construindo os caminhos possíveis a serem trilhados, mas não sem conflitos, já que “serão sempre um terreno de contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos” (THOMPSON, 1981, p.194). Estudar as experiências da urbanização da Barra Funda permitiu nos aproximarmos das

⁸⁹ Ofício com pedido de Nazzareno Lupattelli. Encadernado 377. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

contradições e conflitos do processo, que nos apontam as fraturas do que se concretizou, indicando todos os outros caminhos que estavam em aberto e não foram trilhados.

Nesse percurso, encontramos a ocupação e urbanização da Barra Funda inserida dentro da expansão urbana de São Paulo após 1870, processo que se intensificou ao final do século XIX pela concentração de recursos proporcionada pelo capital cafeeiro, que trouxe investimentos da lavoura e da exportação dos grãos para outras atividades, especialmente para as atividades urbanizadoras. Nesse desenvolver urbano, vimos que houve uma determinação de sentido dessa exploração urbana por processos anteriores: os regimes de concessões de terras vigentes nos períodos anteriores a República permitiram que as terras se concentrassem em poucas mãos, fazendo com que poucas famílias tivessem o controle de grandes áreas que passaram a ser fundamentais para expansão urbana. Não havia sequer terrenos disponíveis no entorno da antiga macha urbana para a abertura de vias para ligações com as novas regiões ocupadas da cidade. Assim, houve uma grande concentração da exploração da terra urbana, que está intimamente relacionada com os deslocamentos da expansão da cidade a partir do núcleo central, determinando qual sentido que cada um desses novos vetores de expansão tomou, relacionado com os interesses, de classe, operados por quem tinha mais poder de intervenção sobre esse processo de expansão urbana.

Nesse ínterim, encontramos a ocupação e urbanização da Barra Funda, que nos possibilita diversos elementos para observar que o processo de transformação urbana que São Paulo atravessou não foi linear, que houve embates fortes e interesses conflitantes que agregam elementos sobre os problemas decorrentes da nossa forma de urbanização. O caso do bairro da Barra Funda aponta para certos grupos de influência, que impulsionaram a expansão e ordenação urbana de São Paulo a partir de interesses específicos, e que permearam a implementação tanto de serviços públicos como privados. Vemos que o ramo de negócios relacionado à expansão da cidade estabeleceu prósperos empreendimentos no período sobre o qual se debruça esse estudo, articulando empresas e poder público, que, em geral, estiveram sob a influência de um número restrito de famílias. A Barra Funda viveu mais uma das experiências de como o fazer da cidade estava se tornando um negócio de primeira ordem naquele momento, que pode ser relacionada com outras experiências de bairros como o Brás, o Campos Elíseos, a Várzea do Carmo.

Procuramos a partir de então entender que desdobramentos a Barra Funda sofreu nesse processo de exploração da terra urbana, e um dos elementos que mais chamava a atenção era

justamente a composição mista da ocupação do bairro, com diferentes setores sociais o habitando simultaneamente, às vezes convivendo numa mesma rua modestas casas e oficinas com palacetes. A grande demanda por moradia é um dos elementos que se relaciona com esse cenário encontrado no bairro. Ela veio principalmente de um crescimento abrupto da demografia da cidade, uma explosão de habitantes bastante estudada pela historiografia, que nos mostra migrações internas de ex-escravos e grandes levas de imigrantes europeus ocupando a cidade. Os elementos históricos que contribuíram para a explosão demográfica da capital paulista estão também relacionados com a possibilidade da exploração do fazer urbano, já que o acréscimo da população traz uma grande possibilidade de negócios, tanto com a terra quanto com o mercado de construções, e outras atividades relacionadas – afinal, os promotores da imigração europeia eram, em São Paulo, também expressivos investidores nas atividades urbanizadoras. Deparamos-nos então com um vigoroso mercado de aluguéis, que foi se estruturando de tal forma que passou a ser bastante influente nos rumos que a urbanização paulistana tomava então.

Nessa trajetória, percebemos que há elementos para deixar apontado que a ocupação mista de bairros como a Barra Funda não foi um simples revez do que tinha sido planejado para eles, mas que foi possibilitada pela própria lógica daquele mercado com as atividades urbanizadoras. O mercado de aluguéis fazia, de várias formas, render mais os investimentos naqueles imóveis, mas também possibilitava que setores não desejados, aparentemente, no projeto inicial, encontrassem um local acessível para morar. A ocupação mista é também, então, uma resultando de dois elementos que abundavam na Barra Funda: casas de aluguel e uso misto do espaço (moradia e trabalho, no mesmo imóvel). O crescimento urbano, que movimentou a economia de forma expressiva naquele momento, se calcava também nos setores médios e empobrecidos, que financiavam a construção concreta e simbólica da modernidade das elites paulista urbanas.

Mas se a exploração da terra urbana é um dos motivos que explicam o cotidiano misto da Barra Funda, ela não termina a questão: tão fundamental para essa composição do bairro foi a própria resistência dos moradores, que através de suas práticas de sociabilidade influenciaram a urbanização daquela franja da cidade de maneira marcada. Os fragmentos das vidas dos moradores da Barra Funda foram nos mostrando que se havia um projeto para a cidade, que buscava fazer juz a uma cidade moderna, europeizada, ele não foi implementado plenamente também porque, para além dos interesse econômicos conflitantes dentro da

própria classe dominante, o cotidiano dos moradores, suas estratégias de sobrevivência, se contrapunham a uma cidade perfeitamente ordenada. Esse processo contraditório que a Barra Funda nos traz a partir do cotidiano de seus moradores, que é em parte proveniente da busca de exploração das atividades urbanizadoras pelos setores dominantes, em confronto com a resistência dos habitantes da cidade, que se valiam da preservação de seus hábitos, forjando estratégias para também gravar no espaço urbano os seus próprios significados, desmontam o imaginário de um processo ordenado de expansão urbana, de uma modernidade que nasceria rapidamente e enterraria o passado. A cidade imaginária, perfeitamente segregada e especializada, não existia: além do lucro e de seus caminhos tortos, a resistência das pessoas e suas sociabilidade também interferiram na efetivação daquele projeto. A tão falada “desordenação” da cidade também significou a acomodação das forças em relação a insistente manutenção da população de suas práticas cotidianas contra uma “modernização” massacrante. Assim, acreditamos que elementos trabalhados nessa dissertação contribuam na reflexão sobre como o mercado de terras e imobiliário urbano foram parte expressiva das especificidades da modernização vivida pelo país, com São Paulo como centro econômico irradiador, a partir daquele momento (BRITO, 2009, p.126).

Muitas questões ficaram em aberto ao longo dessa pesquisa. Pela própria natureza de nossas fontes, e do campo no qual se insere esse trabalho, o esmiuçar das experiências da urbanização da Barra Funda permitiram problematizar vários nexos possíveis entre a urbanização dos bairros das franjas da cidade e constituição de um determinado tipo de negócio com as atividades urbanizadoras que estava em marcha em São Paulo no final do século XIX e início do século XX.

Referências

Fontes

AUTOS CRIME DA CAPITAL. Arquivo do Tribunal do Judiciário de São Paulo.

OBRAS PARTICULARES. Arquivo Histórico de São Paulo.

BRASIL. Senado Federal. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. 1890. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

OFÍCIOS DIVERSOS. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/poder.php>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Código de Posturas da Câmara Municipal da Imperial Cidade de São Paulo*. 1873. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1875/resolucao%20n.62,%20de%2031.05.1875.html>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

Bibliografia

ÁLVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando Afonso; SOUZA, Luís Antônio. A sociedade e a Lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na primeira República. *Justiça e História: revista do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 32-58, 2003.

ANDRADE, Margarida Maria de. *Bairros além Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Mooca e Belenzinho*. Tese (Doutorado)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1991.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed., trad. Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1994.

BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da Habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Estação Liberdade; FAPESP, 1998.

BRITO, Mônica Silveira. *A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo, 1890-1911*. 2000. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. Propriedade da terra, crédito e mercado imobiliário em São Paulo: 1850-1910. In: REIS, Nestor Goulart. (Org.). *Sobre dispersão urbana*. 1ed. São Paulo: Via das Artes, 2009, v. 1, p. 125-136.

BRUNELLI, Aidelli et al. *Barra Funda*. São Paulo: DPH, 2006. (Série História dos bairros de São Paulo).

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. A cidade como negócio: mercado imobiliário em São Paulo no século XIX. In: FRIDMAN, Fania; ABREU, Mauricio (Org.). *Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

_____. *Aspectos do Mercado Imobiliário em Perspectiva Histórica: São Paulo (1809-1950)*. São Paulo: FAUUSP, 2008.

_____. Mercado Imobiliário em perspectiva histórica (1809-1950). In: REIS FILHO, Nestor Goulart. (Org.). *Sobre a Dispersão Urbana*. São Paulo: Via das Artes, 2009, v. , p. 95-113.

_____. Novas tecnologias para velhos desenhos: projeto de pesquisa “arquivo histórico municipal Washington Luís - a cidade de São Paulo e sua arquitetura” In: *9º seminário docomomo Brasil: interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente*. Brasília . Junho de 2011. Disponível em:<http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/164_M02_RM-NovasTecnologiasVelhosDesenhos-ART_beatriz_bueno.pdf>. Acessado em: 12/03/2014.

CAMPOS, Cândido Malta . *Os rumos da cidade: Urbanismo e modernização em São Paulo*. 1. ed. São Paulo: Senac, 2002.

CAMPOS, Eudes. Casas e vilas operárias paulistanas. *Informativo do Arquivo Histórico Municipal*, São Paulo, ano 4, n. 19, jul./ago. 2008. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info19/i-estudos.htm>>. Acesso em: 7 fev. 2013.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: Global, 1985.

CANUTTI, Rita Cássia. *Planejamento urbano e produção do espaço urbano*. 2008. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CORRÊA, Mariza. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. São Paulo: Editora UNESP, 1987.

DEAN, Waren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.

DECCA, Edgar de. *Silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Prefácio. In: PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: A vida do Trabalhador Pobre na Cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: EDUSP, 1994.

DOMINGUES, Petrônio José. *Uma História Não Contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Edusp, 1984.

GENNARI, Luciana Além. *As casas em série do Brás e da Mooca: um aspecto da constituição da cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2005.

GROSTEIN, Marta Dora. *O papel da irregularidade na estruturação do espaço urbano no município de São Paulo*. 1987. Tese (Doutorado)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1987.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1973.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LANNA, Ana Lucia Duarte. *Ferrovias, cidades, trabalhadores: 1870/1920* (Livre-Docência)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. O bexiga e os italianos em São Paulo, 1890/1920. In: LANNA, Ana; PEIXOTO, Fernanda; LIRA, José; SAMPAIO, M Ruth. (Org.). *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península, 1978.

LÉRIAS, Reinéro A. *O Encilhamento e a cidade de São Paulo, 1890-1891*. 1988. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1988.

MARICATO, Erminia. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARINS, Paula César. Garcez. Um lugar para as elites: os Campos Elíseos de Glette e Nothmann no imaginário urbano de São Paulo. In: LANNA, Ana Lucia Duarte; PEIXOTO, Fernanda Arêas; LIRA, José Tavares Correia de; SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. (Org.). *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda, 2011, v.1, p. 209-244.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo*. São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. 2. ed. São Paulo: Hucitec; UNESP, 2002.

MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1980.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza*. São Paulo, 1845-1895. São Paulo: Hicitec, 1985.

MONTALEONE, Joana. *Sabores urbanos*. Alimentação, sociabilidade e consumo. São Paulo: Alameda, 2010.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. *O trabalho da mulher e do menor na indústria (1890-1919)*. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1977.

_____. *O acidente do trabalho em São Paulo (1890-1919)*. Tese (Doutorado)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1984.

OLIVEIRA, Maria Luiza de. *Entre a casa e o armazém*. São Paulo: Alameda, 2005.

_____. Uma senhora na rua do imperador: população e transformações urbanas na cidade de São Paulo, 1870-1890. In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 3, p. 155-198.

PAOLI, Maria Célia. “São Paulo operária e suas imagens (1900-1940)” IN: *Espaço e Debates*, nº33, 1991, p.27.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O barão de Iguape, um empresário da época da independência*. São Paulo: Editora Nacional, 1976

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: A vida do Trabalhador Pobre na Cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: EDUSP, 1994.

PIRES, Walter. *Configuração territorial, urbanização e patrimônio: Colônia da Glória (1876-1904)*. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003.

RAMOS, Aluísio Wellichan. *A cidade como negócio: aspectos da atuação do setor imobiliário e da relação público-privado na Barra Funda e na Água Branca (Município de São Paulo) - um exame crítico da operação urbana Água Branca e do projeto 'Bairro Novo'*. 2006. Tese (Doutorado)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

ROLNIK, Raquel. *A Cidade a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1997.

SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do capital*. Bauru: Edusc, 2010.

SAES, Flávio de Azevedo Marques. *As ferrovias de São Paulo: Paulista, Mogiana e Sorocabana (1870-1940)*. 1974. Dissertação (Mestrado)–Universidade de São Paulo, 1974.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem Tudo Era Italiano - São Paulo e pobreza (1890/1915)*. São Paulo: Anablume Editora Comunicação, 1998.

SANTOS, Fabio Alexandre dos. *Domando as águas: salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930*. 2006. Tese (Doutorado)– Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SEGAWA, Hugo. São Paulo, veios e fluxos: 1872-1954. In: PORTA, Porta (Org.). *História da cidade de São Paulo (1889-1940)*. São Paulo: Ed. Paz e Terra; Petrobrás, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Janaína Carneiro Santiago da. Criminalidade feminina e vadiagem em São Paulo (1890 - 1920). IN: MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *História Econômica: agricultura, indústrias e populações*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2006. p.69-79.

SILVA, Wellington Barbosa da. “Uma autoridade na porta das casas”: os inspetores de quarteirão e o policiamento no Recife no século XIX (1830-1850). IN: *SAECULUM – Revista de História*. João Pessoa, jul/ dez. 2007. Disponível em: <http://www.pm.al.gov.br/intra/downloads/bc_policial/pol_06.pdf> Acessado em: 11/03/2014

SIMONI, Lucia Noemia. *O Arruamento de terras e o Processo de Formação do Espaço Urbano no Município de São Paulo 1840/1930*. 2003. Tese (Doutorado)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. A Planta da Cidade de São Paulo de 1897: uma cartografia da cidade existente ou da cidade futura. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3., 2009, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto, 2009.

SIQUEIRA, Lucilia. *Bens e costumes na Mantiqueira. Socorro no prelúdio da cafeicultura paulista (1840-1895.)* Tese (Doutorado)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinhas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1989.

_____. *Ritos de magia e sobrevivência - Sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.